



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 52

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 12 de janeiro de 2022

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputado Tiago Branco e Deputada Elisa Sousa (substituída no decorrer da Sessão pelo Deputado Marco Costa)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão iniciou-se com o **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, onde foram apresentados os seguintes votos:

– **Voto de congratulação pelos 25 anos da Escola Cardeal Costa Nunes**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Marco Costa (*PSD*) e usado da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– **Voto de congratulação pelo 25º aniversário da Escola Cardeal Costa Nunes**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Mário Tomé (*PS*), o referido voto foi

aprovado por unanimidade;

– [**Voto de congratulação pelos 50 anos do Agrupamento de Escuteiros 344 – Lajes**](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Rui Espínola (*PSD*) e usado da palavra os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*) e José Pacheco (*CH*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [**Voto de congratulação ao Economista Gualter Furtado pelo Prémio Carreira da Ordem dos Economistas**](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Vitória Pereira (*PSD*) e usado da palavra a Sra. Deputada Sandra Faria (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [**Voto de saudação a António Borges Barbosa pelo Prémio de Melhor Aluno da Universidade dos Açores**](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Vitória Pereira (*PSD*) e usado da palavra a Sra. Deputada Sandra Faria (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [**Voto de Pesar pelo falecimento do Presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli**](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro (*PS*) e usado da palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [**Voto de Pesar pelo falecimento da Artista Maria José Berquó de Aguiar Rodrigues Cavaco**](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Ana Quental (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [**Voto de Pesar pelo falecimento de Rosa Almerinda Gaspar da Silveira**](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Carlos Freitas (*PSD*) e usado da palavra o Sr. Deputado Mário Tomé (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

De seguida, o Sr. Deputado Nuno Barata (*IL*) usou da palavra para fazer uma **declaração política**, na qual intervieram os Srs. Deputados António Vasco Viveiros (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Sérgio Ávila (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e António Lima (*BE*), bem como o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*).

A **declaração política** que se seguiu foi apresentada pelo Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*), na qual intervieram os Srs. Deputados João Bruto da Costa (*PSD*) e José Pacheco (*CH*).

Posteriormente, deu-se continuidade ao debate do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 43/XII – “Revogação do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 5/2021/A, de 26 de abril – Proibição de utilização de glifosato”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as Alexandra Manes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Rui Martins (*CDS-PP*), Pedro Neves (*PAN*), José Eduardo (*PS*), Bruno Belo (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*).

Em votação final global, o diploma foi aprovado.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Bruno Belo (*PSD*), António Lima (*BE*), Rui Martins (*CDS-PP*) e Carlos Furtado (*Independente*).

Dando continuidade à Agenda da reunião, passou-se para o debate e votação do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 36/XII – “Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o regime jurídico de atividades sujeitas a licenciamento das câmaras municipais na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

A apresentação do diploma coube ao Sr. Deputado Pedro Neves, tendo usado da palavra os/as Srs./as Deputados/as Luís Soares (*PSD*), Alexandra Manes (*BE*), Joana Pombo (*PS*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), José Pacheco (*CH*), Berto Messias

(PS) e Paulo Estêvão (PPM), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado.

Por fim, deu-se início ao debate da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 23/XII – “Estabelece medidas para a redução do consumo de produtos de utilização única e a promoção da reutilização e reciclagem”](#), apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Após a apresentação do diploma por parte do Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel), intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as José Contente (PS), Gustavo Alves (PPM), Marco Costa (PSD), Pedro Neves (PAN), Rui Martins (CDS-PP) e António Lima (BE).

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 55 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos.

Eram 10 horas e 07 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Célia Otelinda Borges **Pereira**

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da **Costa**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Maria Isabel Góis **Teixeira**

Mário José Dinis **Tomé**

Miguel António Moniz da **Costa**

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da **Franca**

Rui Filipe Vieira **Anjos**

Sandra Micaela Costa Dias **Faria**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**

Maria **Valdemira** **Gouveia** Andrade **Carvalho**

Vasco Alves **Cordeiro**

Vilson Filipe da Costa **Ponte** **Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Elisa Lima de **Sousa**

Flávio da Silva **Soares**

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto da Costa** Machado da Costa

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Jorge Miguel Amaral **Oliveira**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da **Costa**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Rui Miguel Mendes **Espínola**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

António Manuel Raposo **Lima**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Chega (CH)

José Eduardo Cunha Pacheco

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Independente

Carlos Alberto Borges Rodrigues Furtado

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nossa manhã está reservada ao **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, para a emissão e votação de votos e declarações políticas.

Vamos iniciar com os votos que deram entrada na Mesa.

O primeiro é um voto de congratulação pelos 25 anos da Escola Cardeal Costa Nunes, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa para a sua apresentação.

Deputado Marco Costa (PSD): Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação pelos 25 anos da Escola Cardeal Costa Nunes

A Escola Cardeal Costa Nunes foi inaugurada em 10 de novembro de 1996. Ao longo destes 25 anos, a escola foi várias vezes colocada em primeiro lugar nos resultados de provas finais de ciclo do ensino básico, alguns primeiros lugares nacionais e regionais em Olimpíadas do Ambiente e da Física, vencedora de concursos como o Parlamento Jovem, Geração Depositário, entre outros.

No momento da comemoração do seu vigésimo quinto aniversário é também fundamental lembrar a sua comissão instaladora, nas pessoas do professor Manuel Tomás Gaspar da Costa, professora Paula Castro, professora Manuela Tomás, professora Isabel Manito, D. Fátima Ávila e a D. Maria Helena Marcos, membros da sua comissão instaladora e do primeiro do conselho executivo, prestando-lhes assim a devida homenagem.

Ao longo da sua existência, a Escola Cardeal Costa Nunes tem pautado o desempenho por estabelecer parcerias com instituições locais e nacionais, envidando esforços para trabalhar com personalidades de reputação nacional e regional, nas diversas áreas da ciência e da cultura, junto da comunidade local e comunidade escolar, como centro de debate, de conhecimento e de desenvolvimento.

Das parcerias estabelecidas, salienta-se o protocolo estabelecido com a Universidade de Aveiro pelo seu impacto no plano científico e cultural.

Em 2006, a escola iniciou o processo de transformação em “escola digital” e com uma rede estruturada de fibra ótica, oferecendo aos alunos e professores as melhores condições para o processo ensino e aprendizagem.

Até 2008, o pavilhão da escola foi palco de jogos do mais alto nível competitivo nacional e internacional, nomeadamente na modalidade de hóquei em patins. Referimo-nos à Taça Latina e ao emotivo jogo Portugal-Espanha.

No dia 5 de janeiro de 2009, foi inaugurado o edifício 2 da Escola Cardeal Costa Nunes, trazendo assim todos os alunos do 1.º ciclo da Madalena para a escola

sede. Com a concretização deste projeto, em parceria com a Câmara Municipal da Madalena, melhorou-se significativamente as condições de trabalho para alunos, professores e funcionários deste nível de ensino.

A Escola Cardeal Costa Nunes foi também palco do lançamento da fase final da candidatura da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha do Pico a Património Mundial.

Estes são alguns dos dados de uma escola sempre em movimento, são 25 anos a projetar o futuro, a recriar o amanhã e a ensinar a sonhar.

Com o surgimento da Escola Cardeal Costa Nunes terminou também, para muitos filhos da comunidade do canal, como eu, a necessidade para prosseguir estudos, sair de casa aos 15 anos, dirigindo-se às ilhas vizinhas na procura de outros horizontes no ensino.

Com o surgimento da Escola Cardeal Costa Nunes terminou também, para muitos filhos da comunidade do canal, como eu, a necessidade, para prosseguir estudos, de sair de casa aos 15 anos, dirigindo-se às ilhas vizinhas na procura de outros horizontes no ensino.

Com o surgimento da Escola Cardeal Costa Nunes é também o momento de fazer a justa homenagem a quem, de forma privada, mesmo que com apoio público, levou avante a criação e manutenção em funcionamento do Externado Particular na Madalena, até 1996, cumprindo e fazendo criar futuro aos Madalenenses, e como tal a nossa homenagem à D. Maria Cecília do Amaral.

E todo este contexto bem representado, no seu hino, que aqui sito:

“Cada bago é uma letra, cada pedra é uma palavra

Cada aula é uma etapa, na vida feita de lava.”

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe que seja aprovado um voto de congratulação à Escola Cardeal Costa Nunes pelo seu 25.º Aniversário, reconhecendo o mérito da Comunidade Educativa que, no seu dia-a-dia, contribui para qualificar a Escola

Pública da Madalena e é também uma forma de agradecimento ao trabalho de todos aqueles que, durante todo o ano, se empenharam na educação e formação das nossas crianças e jovens.

Do mesmo deverá ser dado conhecimento ao Conselho Executivo, à Assembleia de Escola, ao Conselho Pedagógico, à Câmara Municipal da Madalena, à Assembleia Municipal da Madalena, à Associação de Pais e Encarregados de Educação e à Secretaria Regional da Educação.

Disse.

Horta, sala das sessões, 12 de janeiro de 2022.

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Rui Espínola, Elisa Sousa e Marco Costa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM associa-se a este voto de congratulação pelos 25 anos da Escola Cardeal Costa Nunes.

Eu posso dizer que tive a honra, também, de integrar o primeiro corpo docente desta escola. Vejam como o tempo passa. E a escola era, na altura, dirigida pelo Professor Manuel Tomás, que é o pai do atual Deputado Miguel Costa. Era dirigida com muita eficácia.

Eu lembro-me dos primeiros tempos, que foram primeiros tempos com muitas dificuldades do ponto de vista da organização. As instalações eram novas, o corpo docente era novo, todo o pessoal administrativo.

E, portanto, foi sempre um projeto que foi lançado de uma forma bastante estruturada. E a verdade é que a escola adquiriu, do ponto de vista organizativo, da qualidade do seu corpo docente e também da influência que teve junto da

população local, um prestígio muito assinalável.

Portanto, foi um êxito. Um êxito, como aqui é referenciado neste voto, que significou muito para aquela comunidade.

E eu, da minha parte, tenho a referenciar saudades daquele tempo. Era muito mais novo, mas lembro-me também que todo o corpo docente se empenhou muito, muito, para que fosse um sucesso e contribuir para aquilo que é hoje, uma escola de sucesso.

Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Parecendo não haver, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sra. Secretária.

Secretária: Bom dia a todos.

O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também, pelo 25.º aniversário da Escola Cardeal Costa Nunes, o Grupo Parlamentar do PS apresenta um voto.

Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Mário Tomé (PS): Bom dia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

25º aniversário da Escola Cardeal Costa Nunes

A Escola Cardeal Costa Nunes, sita na Vila da Madalena, na Ilha do Pico, foi

criada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 23-A/96/A, de 7 de junho, iniciando a sua atividade letiva em 96/97, celebrando o seu 25.º aniversário no passado mês de novembro.

Quase vinte anos depois da oficialização do ensino básico e secundário nos outros dois concelhos da ilha, em 1996, a Escola Básica e Secundária da Madalena que, por iniciativa do Governo Regional, tomou como patrono a eminente figurada da Igreja Católica, o Cardeal Dom José da Costa Nunes, natural da Candelária do Pico.

Muitas foram as vicissitudes que a história registou sobre o modelo e até sobre o nome da escola, mas em 10 de novembro de 1996, já o ano letivo ia adiantado, a escola abriu as suas portas, mesmo sem qualquer representação do Governo, nesse ato tão importante para o concelho da Madalena e da ilha do Pico. Foi a Comissão Instaladora, composta por Manuel Tomás (presidente), Paula Castro (vice-presidente), Isabel Manito (secretária), Fátima Azevedo (administrativa) e Maria Helena Marcos (auxiliar), que procedeu à abertura da Escola Cardeal Costa Nunes.

Aqui, naturalmente, destaca-se o papel determinante do Dr. Manuel Tomás, professor já reformado, que deixou um contributo indelével para toda a comunidade escolar da ilha do Pico, muito em particular na evolução educativa, onde a administração dos espaços escolares, como o da Escola Cardeal Costa Nunes, é prova inegável disso mesmo.

As obras prosseguiram, no respeitante às instalações desportivas, completando-se em 1998, e procedendo-se à abertura das mesmas com um espetacular jogo de hóquei em patins entre as seleções nacionais de Portugal e de Espanha.

Ao longo dos seus 25 anos de existência, a escola tem vindo a servir a comunidade onde se insere, tendo como principais objetivos educar e dotar os alunos de competências que possibilitem a sua integração numa sociedade que se caracteriza pela constante adaptação e mudança, acompanhando a evolução nas novas

tecnologias; proporcionar a todos os alunos, nomeadamente àqueles com necessidades educativas especiais, um modelo de ensino facilitador da aprendizagem e integrador; promover um clima de participação democrática na organização da escola; desenvolver dinâmicas de interação entre escola e comunidade, entre outros objetivos.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pela passagem dos vinte e cinco anos da Escola Básica e Secundária Cardeal Costa Nunes, pelo inegável papel que veio desempenhar no desenvolvimento cultural, científico e desportivo para os jovens do concelho da Madalena.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento aos órgãos de gestão desta escola, à Assembleia, ao Conselho Executivo e ao Conselho Pedagógico.

Disse.

Horta, Sala de Sessões, 12 de janeiro de 2022.

Os Deputados, Mário Tomé, Vasco Cordeiro, Andreia costa e Sandra Faria.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sra. Secretária.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD pelos 50 anos do Agrupamento de Escuteiros 344 das Lajes. Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Espínola. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Rui Espínola (PSD):

Voto de Congratulação

50 anos do Agrupamento de Escuteiros 344 – Lajes

“Se tiver o hábito de fazer as coisas com alegria, raramente encontrará situações difíceis.”

Robert Baden-Powell.

No passado dia 21 de dezembro de 2021, o Agrupamento de Escuteiros 344 da Vila das Lajes, ilha Terceira, comemorou os seus 50 anos de existência.

A sua história é indissociável do dinamismo do seu fundador na paróquia da então freguesia das Lajes, o Reverendo Padre Lino Vieira Fagundes, e do seu pioneirismo na criação de oportunidades de formação para os jovens da freguesia, que permitissem o seu desenvolvimento intelectual, moral, ético, relacional, espiritual e físico.

Oficializado no Corpo Nacional de Escutas – Escutismo Católico Português, na ordem de serviço de dezembro de 1971, o Agrupamento 344 – Lajes constituiu-se como um exemplo de atratividade, de dinamismo, de formação de cidadãos ativos, de partilha de conhecimentos, de contacto com a natureza, de espírito de grupo e de interajuda.

O seu primeiro acampamento anual, possível em 1972, após cedência das primeiras tendas por parte das Forças Armadas Americanas instaladas na Base das Lajes, viria a proporcionar a experiência única do contacto intrínseco com a natureza. Tratou-se e ainda se trata de uma das experiências mais apreciadas pelos nossos jovens devido ao contexto único e intimista com a natureza, às atividades divertidas e instrutivas realizadas e às aprendizagens proporcionadas que fazem do escutismo uma atividade diferenciadora e atrativa em relação a outros contextos de educação não formal.

A participação do Agrupamento 344 – Lajes em todos os Jamborees Regionais,

em vários ACARAL, em ACANAC, Rover Regional e DRAVE, multiplicaram experiências, atividades, conhecimentos, relacionamentos e permitiram uma formação ativa dos jovens e a promoção da cidadania.

As suas deslocações e acampamento em diversas ilhas dos Açores, bem como em Portugal Continental perspetivaram novas realidades e responsabilidades coletivas.

A sua participação nas Semanas Escutistas, em atividades culturais e religiosas e em ações de voluntariado contribuíram para imprimir nos jovens os valores da solidariedade, da partilha, do respeito e da responsabilidade enquanto comunidade.

O Agrupamento 344 – Lajes foi, nestes 50 anos, responsável pela formação de centenas de jovens lajenses, que hoje são parte ativa e integrante de uma comunidade, exemplo para as gerações futuras e responsáveis pela perpetuação dos valores do movimento.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida no dia 12 de janeiro de 2022, aprove um voto de congratulação pelos 50 anos do Agrupamento de Escuteiros 344 – Lajes.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Agrupamento de Escuteiros 344 – Lajes, à Junta de Freguesia da Vila das Lajes e à Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Horta, Sala das Sessões, 12 de janeiro de 2022.

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Rui Espínola, Elisa Sousa e Marco Costa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao voto aqui apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, pela voz do Sr. Deputado Rui Espínola, saudando, naturalmente, este Agrupamento, saudando e celebrando o trabalho cívico e de voluntariado de todos aqueles que, ao longo dos últimos 50 anos, contribuíram para a criação, o crescimento e a consolidação do trabalho deste Agrupamento 344, na então freguesia da Lajes e hoje também na vila das Lajes. Esse trabalho engrandece em grande medida a vila das Lajes, valoriza também aquela que é a tradição do movimento escutista no concelho da Praia da Vitória. Note-se, por exemplo, que é na Praia da Vitória que está a sede regional da Junta Regional dos Escuteiros dos Açores, através da sediação lá da Associação ALERTA.

E, portanto, saudamos o trabalho realizado. E nestas questões é sempre difícil pessoalizar, mas vou ter que fazê-lo, saudando, naturalmente, todos aqueles que contribuíram para o trabalho deste Agrupamento, mas saudando também aquele que é hoje o chefe deste Agrupamento, o Celso Mendonça, que há longos anos chefia este Agrupamento e que tem dinamizado com grande atividade o trabalho deste Agrupamento 344 junto de muitas crianças e de muitos jovens daquela vila. E, portanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota, com gosto, favoravelmente o voto aqui apresentado.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Chega associa-se, naturalmente, a este voto pelo meio século do Agrupamento 344 das Lajes.

E gostaria também de o estender a todos os Agrupamentos e a todo o trabalho do escutismo que tem sido feito nos Açores, em Portugal e pelo mundo todo.

Hoje, penso que é comum a preocupação que nós temos com a juventude. E o que se perdeu da dinâmica que o escutismo tinha junto dos nossos jovens, nós temos urgentemente que conseguir recuperar, retirar os jovens daqueles malefícios que nós todos conhecemos, mas também dos novos malefícios. E o escutismo tem dado um bom contributo ao longo dos anos. Prova é que temos aqui meio século de um agrupamento.

Um forte braço a eles todos e que continuem a fazer esse trabalho mesmo que o tempo seja difícil.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Parecendo não haver, vamos colocar à votação este voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sra. Secretária.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD ao economista Gualter Furtado pelo Prémio Carreira da Ordem dos Economistas.

Para a sua apresentação, tem a palavra a Sra. Deputada Vitória Pereira. Faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Vitória Pereira (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

ao Economista Gualter Furtado pelo Prémio Carreira da Ordem dos Economistas

Gualter José Andrade Furtado foi distinguido com o Prémio Carreira da Ordem dos Economistas, durante a realização do 9.º Congresso Nacional daquela prestigiada instituição, que decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, sendo o Prémio devido “aos relevantes cargos que, com saber e competência, desempenhou ao longo da sua carreira”.

O Congresso que procurou fazer uma reflexão sobre a recuperação, as pessoas, as empresas e o estado em Portugal, contou com a presença da direção nacional da Ordem dos Economistas, da presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, Isabel Mota, de economistas e gestores do país, e outras entidades oficiais. O encerramento esteve a cargo do Bastonário da Ordem dos Economistas, Rui Leão Martinho.

O distinto açoriano, micaelense e furnense recebe este prémio pelo reconhecido mérito com que desenvolveu “as suas atividades, com talento, profissionalismo e ética”.

Gualter Furtado, nasceu a 1 de fevereiro de 1953 na pitoresca freguesia das Furnas, desenvolveu uma parte significativa da sua carreira em Ponta Delgada, quer como economista, como docente da Universidade dos Açores, como político e como gestor da banca.

Ao longo da sua adolescência, estudou na Escola Industrial e Comercial de Ponta Delgada e mais tarde no Instituto Comercial de Lisboa, Secção de Economia, tendo mais tarde entrado no Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, onde viria a licenciar-se em Economia e se destacou como um dos 100 alunos do Quadro de Honra da Universidade.

Como estudante universitário, participou nos Órgãos de Gestão da Universidade, nomeadamente no Conselho Diretivo em representação dos estudantes, e na

implementação da estratégia para enviar muitos assistentes do Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa para prosseguirem os estudos de doutoramento em universidades estrangeiras.

Tendo terminado o segundo ano da Universidade (Instituto Superior de Economia), foi convidado para monitor, num tempo de regresso de professores universitários que estavam no exílio, o que exigiu ter muitas vezes de os substituir. Começou por lecionar no Instituto Superior de Economia, depois no Instituto Universitário dos Açores e Universidade dos Açores, tendo mais recentemente desempenhado as funções de membro do Conselho Geral desta instituição. Durante este período publicou vários estudos, incluindo ensaios e artigos sobre as pequenas economias insulares.

Quando deixou de lecionar na Universidade foi trabalhar para a banca, inicialmente como colaborador, e mais tarde como responsável pela gestão, sendo atualmente o Presidente da Comissão Executiva do Novo Banco dos Açores.

Gualter Furtado preside ainda ao Conselho Económico e Social dos Açores. O Conselho tem por competência pronunciar-se sobre inúmeras matérias, entre elas as políticas regionais para a área económica, social, laboral e ambiental, utilização de fundos comunitários, estruturais e específicos, bem como promover o diálogo e a concertação entre os parceiros sociais.

Gualter Furtado foi também membro do IV e V Governo dos Açores, tendo sido o responsável máximo pela área das Finanças e Planeamento, bem como da Administração Pública, e tendo saído do Governo a seu pedido.

Ao longo da sua extensa carreira profissional, participou no saneamento e recuperação do subsistema bancário regional e trabalhou no processo de implementação da nossa adesão à Comunidade Económica Europeia, sendo esta última bastante decisiva para os Açores na substituição da quebra das receitas da Base das Lajes.

Não obstante o acumular de conquistas profissionais relevantes, é de louvar

também o papel que teve na participação como representante do Governo dos Açores no Grupo de Trabalho que teve a seu cargo a proposta da primeira Lei de Finanças Regionais das Regiões Autónomas, a qual viria a regular as relações financeiras entre o Estado Português e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, abrindo também a possibilidade do Estado ter absorvido uma parte muito significativa da Dívida Pública dos Açores.

Gualter Furtado sempre defendeu a importância de respeitarmos a autonomia dos serviços e a gestão do conflito de interesses. As pessoas devem ser avaliadas pelo seu comportamento e pelos resultados e sem condicionalismos.

Com esta reputada distinção, o Dr. Gualter José Andrade Furtado vê reconhecida a sua marcante e longa carreira em favor da sua Região.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária em janeiro de 2022, a aprovação de um voto de congratulação pela notável distinção do economista Gualter Furtado com o Prémio Carreira da Ordem dos Economistas.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Dr. Gualter José Andrade Furtado, à Ordem dos Economistas, à Direção do Novo Banco dos Açores, à Universidade dos Açores e à Junta de Freguesia de Furnas.

Horta, sala das sessões, 12 de janeiro de 2022.

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Rui Espínola, Elisa Sousa, Vitória Pereira e Marco Costa.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Sandra Dias Faria, faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Sandra Faria (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao voto apresentado pelo

Grupo Parlamentar do PSD a congratular o economista Gualter Furtado pelo Prémio Carreira atribuído pela Ordem dos Economistas.

É um reconhecimento que acaba por ser particular, feito pelos seus pares, naquele que foi o percurso de um micaelense, de um furnense, mas agora também um residente na freguesia dos Arrifes já há largos anos.

Este é um exemplo de contributo para a nossa Região, quer em diferentes papeis, seja no setor bancário, seja também como cidadão ativo, mas vou destacar aqui aquele que foi o seu papel também na Universidade dos Açores, quer como docente e, mais recentemente, também no Conselho Geral dessa instituição, que deu o seu contributo para o crescimento da nossa Academia.

Fazer aqui referência também ao atual papel que desempenha no Conselho Económico e Social dos Açores. Numa fase da sua vida, como dizia-me ele há dias, em que já deveria estar dedicado a outras andanças, mas que continua por esta via a dar o seu contributo de um cidadão ativo, um cidadão dos Açores, mas também um cidadão do mundo, com uma perspetiva que possa, efetivamente, beneficiar a nossa Região.

Por isso mesmo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao voto apresentado, congratulando também o economista Gualter Furtado.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sra. Secretária.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de saudação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD a António Borges Barbosa pelo Prémio Melhor Aluno da Universidade

dos Açores. É apresentado pela Sra. Deputada Vitória Pereira.

Deputada Vitória Pereira (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

a António Borges Barbosa pelo Prémio de Melhor Aluno da Universidade dos Açores

No passado dia 9 de novembro de 2021, o Novo Banco dos Açores atribuiu o Prémio de Melhor Aluno do conjunto das Licenciaturas de Economia e Gestão da Universidade dos Açores do ano letivo de 2020/2021 ao estudante António Borges Barbosa.

António Borges Barbosa é natural da ilha de São Miguel, da freguesia da Fajã de Baixo, e é filho de Luís Alberto de Sousa Barbosa e de Maria Cristina Ferreira Borges Barbosa.

O seu percurso escolar, antes de ingressar na Universidade dos Açores, passou pelo Colégio de São Francisco Xavier, Escola Básica Canto da Maia e Escola Secundária Domingos Rebelo.

O prémio agora atribuído permitirá ao recém-licenciado um prémio monetário e a frequência de um estágio remunerado na instituição bancária promotora, permitindo deste modo a aquisição de competências para a sua vida profissional. A cerimónia de entrega deste prémio contou com a presença do aluno, da Comissão Executiva do Novo Banco dos Açores, da representante da Reitoria e do Prof. Doutor João Teixeira, presidente da Faculdade de Economia e Gestão, da Diretora da Licenciatura em Gestão, Prof^a Doutora Maria Luísa Rocha, bem como de outros docentes da universidade, alunos e convidados.

Este prémio representa um incentivo à qualidade e à excelência e resulta de uma parceria entre o Novo Banco dos Açores e a Universidade dos Açores, desde o

ano letivo de 2008/2009, premiando, assim, a excelência há 13 anos.

A atribuição deste prémio realça a importância do ensino superior de finanças e gestão, à qual é reconhecida ao Novo Banco dos Açores através da distinção e promoção da excelência dos melhores alunos da Academia Açoriana.

O Novo Banco dos Açores é o único Banco com sede na Região Autónoma dos Açores e foi o primeiro Banco a ser criado nos Açores nos últimos noventa anos e também o primeiro deste novo milénio.

Deputado Sérgio Ávila (PS): Não é verdade!

Deputado José Ávila (PS): Foi a Caixa!

A Oradora: Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Bancada Parlamentar do Partido Social Democrata dos Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária em janeiro de 2022, a aprovação de um voto de saudação ao estudante António Borges Barbosa, saudando este jovem pela distinção conferida, sendo o mesmo um motivo de orgulho para a ilha de São Miguel, e uma referência para toda uma geração que decidiu investir nas suas competências académicas.

Do mesmo deve ser dado conhecimento ao premiado, à sua família, à Junta de Freguesia de Fajã de Baixo, à Reitoria da Universidade dos Açores e à Comissão Executiva do Novo Banco dos Açores.

Horta, sala das sessões, 12 de janeiro de 2022.

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Rui Espínola, Elisa Sousa, Vitória Pereira e Marco Costa.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Sandra Dias Faria, faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Sandra Faria (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de saudação ao aluno António Borges Barbosa pelo Prémio de Melhor Aluno, não como aqui está, e permita-me, Sra. Deputada, a correção, não é melhor aluno da Universidade dos Açores, mas, sim, o melhor aluno nas licenciaturas de Economia e Gestão. Poderá não ser da Universidade dos Açores.

Mas aquilo que releva é, de facto, a atribuição e o reconhecimento do percurso deste aluno em particular e também aquele que foi um esforço iniciado pela Academia, em particular pela Faculdade de Economia e Gestão, com a aproximação ao tecido empresarial para a atribuição de prémios aos melhores alunos das várias licenciaturas e mestrados. Aliás, esta é a Faculdade que, neste momento, tem prémios em todas as licenciaturas e mestrados que ministra, mas outras Faculdades também já o fazem.

É, de facto, uma iniciativa importante, não só pelo reconhecimento que é dado ao aluno, ao próprio ensino na nossa Academia, mas, acima de tudo, pela aproximação ao tecido empresarial, facultando a oportunidade a estes alunos de estagiarem em organizações de destaque na nossa Região e permitir-lhes, assim, um início de carreira com distinção.

Por isso, associamo-nos e parabenizamos, também, novamente, o António Borges Barbosa.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar então à votação deste voto de saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor.

Secretária: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Passamos aos votos de pesar. O primeiro deles é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista: voto de pesar pelo falecimento do Presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli. É apresentado pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

**Voto de Pesar pelo falecimento do
Presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli**

Faleceu na madrugada de ontem (11 de janeiro), em Aviano, aos 65 anos de idade, o Presidente do Parlamento Europeu, David Maria Sassoli.

Encontrava-se hospitalizado desde o passado dia 26 de dezembro.

David Sassoli nasceu em Florença a 30 de maio de 1956.

Na década de 1970, licenciou-se em Ciência Política pela Universidade de Florença.

Para além das funções políticas que assumiu com dedicação e zelo, foi, profissionalmente, jornalista e apresentador de televisão.

David Sassoli obteve a sua carteira profissional de jornalista em julho de 1986 e, em 1992, entrou para os canais da estação de televisão pública italiana, a RAI. Após alguns anos na Rai 3, passou a pivot do TG1, o telejornal do principal canal, a Rai Uno, tornando-se num dos jornalistas mais conhecidos da Itália. Em 2007, no âmbito ainda do seu percurso profissional como jornalista, foi nomeado subdiretor do TG1.

David Sassoli foi membro ativo da associação italiana “Articolo 21, liberi di”, fundada em 2001, com o objetivo de defender a liberdade de expressão.

Em 2009, abraçou a militância política no Partido Democrático, de centro-esquerda.

Nesse mesmo ano foi eleito Eurodeputado pelo círculo da Itália Central, com o maior número de votos naquele círculo eleitoral.

Entre 2009 e 2014, foi o líder da delegação do Partido Democrático no Parlamento Europeu e integrou o S&D, o grupo parlamentar dos socialistas e socialistas-democratas.

Nas eleições europeias de 2014, Sassoli foi reeleito para o Parlamento Europeu. E a 1 de julho, foi eleito um dos vice-presidentes dessa instituição.

A 3 de julho de 2019, foi eleito Presidente do Parlamento Europeu para a primeira metade da legislatura, mandato que exerceu quase na sua totalidade, uma vez que, nos termos do acordo entre as duas maiores famílias políticas presentes no Parlamento Europeu, estava já prevista a eleição do/a Presidente para a segunda metade da legislatura.

Da sua Presidência destacam-se, pela própria natureza dos tempos que atravessamos, as medidas extraordinárias que permitiram ao Parlamento Europeu desempenhar as suas funções e exercer as suas prerrogativas durante a pandemia, ao abrigo dos Tratados.

Exerceu a sua influência na defesa de um Orçamento de longo prazo da União Europeia ambicioso, que contemplasse eficazes mecanismos de recuperação económica pós-pandemia.

Um líder nato, David Sassoli manifestou grande solidariedade para com os menos afortunados no início da crise pandémica, desenvolvendo, nomeadamente, ações de apoio nas cidades que acolhem o Parlamento Europeu, como a distribuição de refeições a associações de caridade e a utilização de edifícios do Parlamento Europeu para o acolhimento de mulheres vítimas de violência.

Para além disso, no Conselho Europeu de 23 de abril do ano passado, alertava e apelava para a necessidade de unidade nestes tempos críticos de pandemia.

Noutra ocasião, sobre o mesmo contexto, acrescentou:

"A pandemia deu-nos novas responsabilidades e deveres, a responsabilidade de

fazer escolhas e o dever de o fazer no interesse de muitos e não de poucos".

O Presidente Sassoli deixa também um legado através dos abrangentes reptos à reflexão que lançou aos Eurodeputados, para reforço da democracia parlamentar. Europeísta convicto, David Sassoli disse no seu discurso perante o Conselho Europeu do passado mês de dezembro aquilo que pode ser considerado a síntese ótima do futuro da União Europeia:

"Do que a Europa precisa - e precisa acima de tudo - é de um novo projeto de Esperança. Penso que podemos construir esse projeto com base numa abordagem robusta, com três vertentes: uma Europa que inova; uma Europa que protege; e uma Europa que ilumina".

Nos termos Regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores emita este voto de pesar pelo falecimento do Presidente do Parlamento Europeu, David Maria Sassoli.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Presidência do Parlamento Europeu, à Presidência do Conselho da União Europeia, à Presidência da Comissão Europeia, ao Conselho Europeu, à Direção do Grupo Parlamentar dos S&D no Parlamento Europeu, à Presidência da República Portuguesa e ao Governo da República Portuguesa.

Disse.

Horta, Sala de Sessões, 12 de janeiro de 2021.

Os Deputados, Vasco Cordeiro, Andreia Costa, Sandra Faria e Miguel Costa.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o Grupo Parlamentar do PSD se associa ao voto do Partido Socialista, mas também à nota de pesar do Sr. Presidente da Assembleia relativamente ao falecimento do Presidente do Parlamento Europeu.

Da sua vasta atividade pública, quer como jornalista, destacamos, naturalmente, as suas funções como Deputado do Parlamento Europeu desde 2009, nos últimos dois anos como Presidente do mesmo Parlamento.

Da sua vida fica, naturalmente, o seu contributo para o sucesso do projeto europeu, o empenho com que o defendeu, também para os direitos humanos e para a liberdade na Europa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Vamos então passar à votação deste voto de pesar. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sra. Secretária.

Secretária: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD pelo falecimento da artista Maria José de Aguiar Rodrigues Cavaco. É apresentado pela Sra. Deputada Ana Quental, a quem dou a palavra. Faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Falecimento da Artista Maria José Berquó de Aguiar Rodrigues Cavaco

Maria José Berquó de Aguiar Rodrigues Cavaco, artista plástica e professora, deixou-nos prematuramente no passado dia 5 de janeiro, aos 54 anos de idade,

vítima de doença prolongada.

Nascida em Ponta Delgada no ano de 1967, estudou Artes Plásticas – Pintura na Faculdade de Belas Artes de Lisboa, tendo terminado os estudos em 1990. Mais recentemente, em 2017, concluiu em Arquitetura, com tese teórico-artística, pelo Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa.

Após completar a licenciatura, então com 23 anos, a pintora regressou à ilha de São Miguel e acumulou a pintura com o ensino, lecionando no ensino secundário e, mais tarde, na Universidade dos Açores, ao mesmo tempo que ia apresentando regularmente exposições individuais na Galeria Fonseca Macedo, em Ponta Delgada, que a levaria a feiras de arte internacionais como a ARCOmadrid.

Maria José Cavaco teve um papel fundamental na divulgação e desenvolvimento da arte contemporânea nos Açores, designadamente através da implementação do Projeto ARTCA, de que foi coordenadora, e integrou a Comissão de Curadores instaladora do Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas.

Maria José Cavaco, como era mais conhecida, deixa um legado insubstituível à pintura e arte açorianas, quer pelo número de 19 exposições individuais que realizou no período de 1991 até ao presente, quer pela sua presença em diversas exposições coletivas, sobretudo em Portugal e Espanha, quer ainda pela sua participação em coleções públicas e privadas, entre outras Figueiredo Ribeiro, Abrantes; Fundação Carmona e Costa, Lisboa; Fundação Portuguesa das Comunicações, Lisboa; Câmara Municipal de Lisboa; Presidência do Governo Regional dos Açores; Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas, Ribeira Grande, Açores; Museu Carlos Machado, Ponta Delgada; Centro Cultural da Caloura, São Miguel; e Universidade dos Açores.

O seu extenso currículo profissional conta em 2012 com uma Bolsa de Criação Artística no domínio das Artes Plásticas, da responsabilidade do Governo Regional dos Açores, em 2016 distinção com o Prémio Regional de Pintura

António Dacosta, e desde 2018 integra o Conselho Regional de Cultura dos Açores.

A propósito da exposição internacional coletiva nas Canárias, intitulada “Horizontes Insulares”, disse ao jornal PÚBLICO que “Nos Açores nós acabamos por ter perceções diferentes do que é uma ilha”, pois “se estivermos no grupo central, temos uma noção de arquipélago, porque vemos as ilhas à volta: temos a visão da ilha como um rochedo, esse bocado de terra no meio do mar, e conseguimos imaginá-la de fora. Mas aqui em São Miguel não temos praticamente essa vivência de arquipélago, só quando saímos de avião ou de barco. Como é uma ilha grande, há uma continuidade geográfica que nos faz perder a noção de horizonte insular.”

Essas temáticas arquipelágico-marítimas acabariam por ser marcantes em algumas das suas criações artísticas, onde se cruzam técnicas e materiais diversos, inspirados no cruzamento de outras formas de expressão como a literatura.

O Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas realizou no ano de 2021 a primeira grande exposição retrospectiva do seu percurso, ‘Lugares de Fratura’, onde foi possível descobrir um vasto corpo de trabalhos realizados entre 2000 e a atualidade”.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário no mês de janeiro de 2022, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Maria José Berquó de Aguiar Rodrigues Cavaco, relevando o seu insubstituível legado para a arte e pintura regional e nacional, enobrecendo as suas qualidades enquanto artista e pedagoga, e endereçando as sentidas condolências a todos os seus familiares e amigos.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à sua família, à Câmara Municipal de Ponta Delgada, à Secretaria Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital, à Galeria Fonseca Macedo, à Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, ao Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto

Universitário de Lisboa e ao Ministério da Cultura.

Disse.

Horta, sala das sessões, 12 de janeiro de 2022.

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Rui Espínola, Elisa Sousa e Marco Costa.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos então votar este voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor.

Secretária: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo e último voto de pesar é pelo falecimento de Rosa Almerinda Gaspar da Silva. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Freitas para a sua apresentação.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

pelo falecimento de Rosa Almerinda Gaspar da Silveira

Rosa Almerinda Gaspar da Silveira nasceu a 11 de setembro de 1935 no lugar de Santa Cruz, na freguesia das Ribeiras, concelho das Lajes do Pico.

Aos 24 anos foi estudar para a ilha do Faial, cumprindo em dois anos a escolaridade de cinco anos do primeiro e segundo ciclos do curso complementar dos liceus. Ingressou mais tarde na Escola do Magistério Primário, na cidade da Horta, onde se graduou.

Posteriormente, lecionou na ilha de São Miguel, onde completou o sexto e sétimo

ano no Liceu de Ponta Delgada.

Ao longo do exercício da sua atividade docente na ilha de São Miguel, assumiu por diversas vezes as funções de direção escolar, tendo sido diretora do Colégio da Mãe de Deus. Durante o seu desempenho profissional lecionou Educação Permanente (alfabetização de adultos) no Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada e foi ainda Coordenadora de Educação Permanente da ilha de São Miguel.

Foi membro da Legião de Maria durante vários anos na Paróquia de São Pedro, tendo desempenhado diversas funções inerentes à atividade religiosa.

Na I Legislatura (20 de julho de 1976 – 6 de novembro de 1980) foi deputada em regime de substituição pelo círculo eleitoral da ilha de São Miguel, pelo PPD/PSD.

Mais recentemente, na sua reforma, regressou a Santa Cruz das Ribeiras, sendo até ao seu falecimento uma cidadã ativa, exercendo cargos em diversos órgãos sociais das instituições da freguesia, como a Associação Feminina de Santa Cruz das Ribeiras e a Sociedade Filarmónica Recreio Ribeirense. Ao longo deste período, participou ativamente nas atividades desenvolvidas pela Paróquia de Santa Cruz das Ribeiras. Faleceu a 22 de dezembro de 2021.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de janeiro de 2022, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Rosa Almerinda Gaspar da Silveira.

Do presente voto de pesar deverá ser dado conhecimento à família.

Horta, sala das sessões, 12 de janeiro de 2022.

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Rui Espínola, Elisa Sousa e Marco Costa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A leitura do voto de pesar pelo colega Carlos Freitas é bem demonstrativo do percurso de vida da Sra. Rosa Silveira.

A Sra. Professora Rosinha, como era conhecida no lugar de Santa Cruz e pelas pessoas de Santa Cruz das Ribeiras, deixa-nos um legado notável de dedicação à causa pública, às instituições e às pessoas.

Tive essa oportunidade de ser seu amigo, de conviver muito tempo com ela. E, de facto, estamos a falar de um ser humano extraordinário, uma pessoa boa.

E, naturalmente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao presente voto.

Muito obrigado.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sra. Secretária.

Secretária: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Encerramos, assim, a apresentação e votação dos votos.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com **declarações políticas**.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Nuno Barata para a sua declaração política. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Açorianos:

Aproveito este momento para desejar a todos um 2022 cheio de coisas boas, trabalho, perseverança e muita saúde.

Temos pela frente dias difíceis, dias de grande estoicismo, de superação e de perseverança na senda do reposicionamento das sociedades em níveis aceitáveis da confiança dos homens pelos Homens.

O Parlamento Europeu aprovou, no passado dia 16 de dezembro de 2020, e o Conselho posteriormente adotou, o Regulamento que estabelece o quadro financeiro plurianual da União Europeia para o período de 2021 a 2027.

O citado Regulamento da União prevê um orçamento de longo prazo para a Europa a 27 que ronda os 1074 milhares de milhões de euros, incluindo a integração do Fundo Europeu de Desenvolvimento.

Juntamente com este instrumento de recuperação está também o Next Generation EU, no valor de 750 mil milhões de euros. Este orçamento permitirá à União Europeia disponibilizar ao longo dos próximos 6 anos um financiamento sem precedentes de 1,8 biliões de euros para apoiar a recuperação após a pandemia de COVID-19 e as prioridades de longo prazo da União Europeia em diferentes domínios da sua intervenção.

Na verdade, só com perseverança, esperança e rigor será possível encarar o futuro próximo e agarrar as oportunidades únicas criadas pelos fundos da União Europeia, sejam eles do quadro especial previsto no PRR, sejam do quadro financeiro plurianual 2021/2027.

Só um regime de contas públicas equilibradas e uma economia relançada nos permitirá, num futuro próximo, enfrentar riscos como o da inflação ou o do decréscimo de financiamento por parte da União Europeia.

Desde 2019, o Iniciativa Liberal tem alertado para a preocupante situação financeira da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente no concernente aos níveis de endividamento e à situação de falência técnica de algumas empresas do Sector Público Empresarial Regional.

O Relatório da Auditoria à Conta da Região de 2020, divulgado há dias pelo Tribunal de Contas, veio confirmar as nossas suspeições e os alertas que deixámos durante o período eleitoral para a eleição que nos trouxe aqui a esta Casa, em 2020.

O endividamento total da Administração Pública Regional, em final desse ano, era de 2489,5 milhões de euros; a isso acrescem 391 milhões de euros de avales da Região à totalidade de empresas do SPER e 80,3 milhões de euros de garantias da Região em forma de carta de conforto em número de 10, sendo que 7 delas foram emitidas para garantir financiamento de curto prazo à transportadora aérea SATA.

Para além disso, as responsabilidades emergentes prestadas pela Região ao SPER não incluído no perímetro orçamental, ou seja, que não estão incluídos nos 2489,5 milhões de euros, cresceram, em 2020, cerca de 345,8 milhões de euros, dos quais se destacam, mais uma vez, 197 milhões de euros só para a SATA.

O total da dívida do Setor Público Empresarial Regional fora do perímetro é assim de 1015 milhões de euros.

Em 2020, a receita da Região foi inferior à despesa em cerca de 200 milhões de euros, o que indicia um crescimento da dívida nos próximos anos que poderá estar entre os 280 e os 300 milhões de euros a cada ano que passa até 2030, sendo que até 2023 as necessidades de financiamento da Região serão de cerca de 1200 milhões de euros, ou seja, um pouco acima da média que atrás referi.

Das 14 entidades do Setor Público Empresarial Regional, 13 delas têm a sua atividade operacional quase totalmente dependente ou de transferências da Região ou, em alternativa, de crédito bancário.

Aquilo que enfrentamos no primeiro ano desta nova Legislatura não augura nada de bom. Mas manter a mesma trajetória das contas públicas regionais, por tudo aquilo que aqui já foi dito, é insustentável. E este não é o caminho que nós queremos para os Açores.

É verdade que o ano em referência se trata de uma atipicidade pois que decorre da situação pandémica. Deve, no entanto, servir-nos de ensinamento, tal como todas as crises e as consequências delas advindas devem servir para olharmos as nossas chagas. Serve ainda para atentarmos à necessidade de nos precavermos nos melhores anos para estarmos preparados para enfrentar, ao mesmo nível que os nossos outros parceiros comunitários europeus, as adversidades das crises emergentes sejam elas de que origem forem.

Nas contas da Região, do Estado, das empresas ou das famílias, aplicam-se as mesmas regras, é fundamental garantir recursos para eventualidades. A nossa Região não tem feito isso e parece não querer começar a fazê-lo agora.

No orçamento deste ano, entre a anteproposta e a aprovação final, temos uma redução das necessidades de endividamento na ordem de 143 milhões de euros, mercê das exigências da Iniciativa Liberal. No entanto, continua alto o nível de endividamento previsto, que é na ordem dos de 152 milhões de euros.

É urgente parar com esta sangria não sem antes garantir que isso não impacte no real fortalecimento da economia que se revela, neste momento, prioritária com especial atenção para a industrialização, para a transformação energética, para a transição digital e, fundamentalmente, para a qualificação e fixação de talentos, mantendo os custos e a despesa corrente absolutamente controlados.

Temos, por isso, pela frente uma missão hercúlea que não se compadece com eleitoralismos, com amadorismos ou sequer com a continuidade de políticas socialistas, sejam elas implementadas pelo Partido Socialista, pelo PSD, pelo CDS, ou seja por quem for.

Mais de 20 anos de políticas socialistas geradoras de dependências do Estado/Região criaram um ciclo de subdesenvolvimento que condena os Açores à estagnação económica e social.

A Iniciativa Liberal apresentou um programa de governação que consubstancia uma nova visão de sociedade, com propostas concretas, detalhadas e explicadas,

simples, frugais até. Fazemos questão de sermos claros, queira quem governa fazer diferente e os resultados serão diferentes.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Nuno Barata.

Está apresentada a declaração política e estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que partilhamos muitas das preocupações apresentadas pelo Sr. Deputado Nuno Barata, da Iniciativa Liberal.

Tendo ele começado por aquilo que são as perspetivas dos fundos europeus para o próximo quadro comunitário, é bom recordar aquilo que os Açores beneficiaram nos últimos 20 anos do ponto de vista dos apoios comunitários e, sobretudo, centrados e com o objetivo da convergência. E a verdade é que, infelizmente, falhamos. Em 1999, ou seja, no final do século passado, o PIB *per capita* da Região relativamente à média europeia, comparando com os dados relativamente a 2020, nós pioramos em cerca de 2,4% a nossa situação relativa. Isto demonstra claramente aquilo que foi o insucesso do aproveitamento do apoio extraordinário europeu. E, portanto, isto, claramente, indica a necessidade de um caminho diferente. Nesse sentido, concordamos com aquilo que também defende o Sr. Deputado Nuno Barata.

Agora, o que entendemos é que, em muitas das preocupações, este Governo já demonstrou a inversão de políticas, nomeadamente naquilo que resulta da reestruturação do Setor Público Empresarial. Mas, naturalmente, há outras que necessitam de um enfoque mais forte.

E nós poderemos identificar três áreas essenciais na inversão da situação:

Em primeiro lugar, o aumento da competitividade das empresas regionais através da melhoria dos custos de contexto;

O segundo ponto tem a ver com o investimento público em áreas reprodutivas, que é essencial, sem criação de riqueza não se inverte a situação;

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E o terceiro tem a ver, naturalmente, com aquilo que é o controlo do endividamento público, sobretudo fazendo com que o seu peso relativo relativamente ao PIB tenha um decréscimo a partir de agora. E essa é uma expectativa que temos.

O que pensamos é que o Governo, no início da legislatura e naquilo que era um período difícil, tomou medidas essenciais. Naturalmente que há rumos que têm que ser invertidos, outros têm que ser reforçados.

Há dados positivos relativamente àquilo que é o controlo dos custos de funcionamento da Administração Pública, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

O Orador: ... em que o crescimento é praticamente nulo.

Temos a questão da Saúde e da Educação que, naturalmente, teve acréscimos pontuais extraordinários relativamente à reestruturação das carreiras, à contratação de mais professores.

Mas, naturalmente, o Orçamento da Região necessita, claramente, que, no mínimo, se chegue ao final da legislatura sem o aumento do endividamento e que o crescimento do PIB seja superior àquele aumento de endividamento que ainda é esperado nos próximos dois anos.

Essa é uma perspetiva otimista que temos. Pensamos que há sinais na economia que demonstram ou acalentam algum otimismo, nomeadamente aquilo que são os indicadores económicos dos últimos meses: o caso do mês de agosto, o caso do mês de setembro, o caso do mês de outubro, em que o índice de atividade económica melhorou 8, 11 e 10%. São dados muito positivos. Naturalmente que também outros, como o aumento do consumo ou ainda o aumento das vendas a

retalho de produtos alimentares.

E, portanto, esse conjunto de indicadores ainda é, naturalmente, reduzido, mas não deixam de acalentar alguma esperança de que o ano de 2022 traga boas notícias do ponto de vista económico, quer na recuperação das empresas, quer naquilo que é o aumento de rendimento das famílias, na redução do desemprego. Nesse caso, há aqui duas medidas estruturais que são essenciais naquilo que se falou, do ponto de vista da redução dos custos de contexto das empresas, que é a redução fiscal, quer em sede de IRC, de IVA e de IRS. E, naturalmente, também a questão da Tarifa Açores.

E, portanto, nós encaramos com otimismo. Percebemos as preocupações e partilhamos muitas delas, do Deputado Nuno Barata, mas partimos para 2022 com uma perspetiva bastante otimista.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Felicitar até aqui o Sr. Deputado por nos ter trazido estes vários temas.

Aí vêm eles. Eles, quem? O dinheiro, desta Europa que nos dá com a direita e que nos tira com a esquerda. Esta é a dura realidade. Mas sem essa Europa, dificilmente estaríamos onde estamos.

A nossa visão, que não difere em muito do que disse aqui o Deputado da Iniciativa Liberal, é perceber se mais uma vez este tal dinheiro, Sr. Secretário, este tal

dinheiro que já veio por aí com as Agendas aos pontapés e depois deu no que deu e com avanços e recuos, se este dinheiro vai realmente parar às pessoas, se este dinheiro vai realmente parar à economia, se este dinheiro vai realmente parar às famílias, ou se este dinheiro vai parar aos mesmos.

É esta, sempre, a nossa preocupação, aqui, sim, percebermos se nós vamos cortar isto e fazer um novo caminho, aquilo que nós achamos, aquilo que nós prometemos a quem votou em nós que nós iríamos fazer, ou se vamos continuar a arranjar desculpas para que o caminho seja o mesmo, as pedras é que vão sendo diferentes. Isto não é concebível.

A economia faz-se com as empresas. A economia não se faz com o Estado. A economia faz-se com as empresas que dão emprego. Não há empregos sem as empresas. Isto, sim, seria um Estado Comunista, em que o Estado é que gerava o emprego. São as empresas. E são as pequenas empresas, que todos os dias nos gritam, que todos os dias têm dificuldades, que todos dizem dizer que algo está mal. Damos um rebuçado e calamos durante um mês ou dois ou três.

Ainda há pouco, recebia da área da Cultura o novo grito de alerta: nós estamos aflitos. Todos os dias recebo da lavoura: nós estamos aflitos. Nós temos que começar a ouvir a rua. Nós temos que começar a ouvir quem está aflito.

O papel do Estado não é subsidi dependência. O papel do Estado é criar as condições para que as empresas estejam a trabalhar e a gerar lucro.

Quando se começa a partir do princípio de que para abrir uma empresa é procurar qual é o subsídio que se adequa, então o melhor é não abrir empresa nenhuma, porque a economia não se faz assim, a economia não se faz baseada na subsidi dependência. Não se gera falsos empregos baseados na subsidi dependência. Não se gera economia baseada na subsidi dependência.

Estes apoios são fundamentais na crise pandémica que nós atravessamos. Mas é fundamental, como dizia o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, que daqui para a frente consigamos andar pelos nossos próprios pés.

E quanto à SATA, aguardamos todos ansiosamente por perceber que caminho é que a SATA vai ter. Muito ansiosos por perceber o que é que foi dito a Bruxelas, por perceber que fim ou começo ou recomeço terá a SATA.

É esta a visão que nós temos que ter. E se nós achamos que somos uma solução de direita, temos que agir como direita e não andarmos a dar continuidade às políticas de esquerda.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública. Faz favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Também algumas notas relativas à oportuna intervenção do Sr. Deputado Nuno Barata sobre a questão das Finanças Públicas e da reestruturação do Setor Empresarial Regional: um dos objetivos fundamentais do Governo nesta matéria, desde a primeira hora, foi, de facto, estancar a origem do crescimento de um endividamento e, por outro lado, promover o crescimento económico através, também, do impulso da nova, se quisermos, geração de fundos comunitários, que constituem uma oportunidade que não pode ser perdida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E de onde partimos? Partimos de uma situação em que a trajetória é facilmente descrita com dois números: em 2009, o rácio de dívida sobre o PIB era de 9,5% e, em 2020, aumentando, como é óbvio, os perímetros e todas as mudanças que houve, eram 57%.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E estamos a discutir os tais 12 anos. Em 12 anos houve esta trajetória. E esta trajetória não é sustentável. Tem o seu histórico, tem os seus aspetos, não

vou agora dissecá-los.

Qual é a visão do futuro? A primeira questão é pôr a economia com um ritmo diferente. Por isso, é importante o investimento.

Como é que o estamos a fazer? O que é que isso tem a ver com a dívida pública? Vamos olhar para o ano que passou, 2021. A dívida que se contraiu foram 195 milhões de euros, dos quais 25 foram para pagar stock de dívida da saúde, portanto, a dívida já estava constituída. A dívida não nasce quando se paga. A dívida nasce quando se constitui. E desses, dos 170 remanescentes, 90 foi para apoiar a execução de ações com fundos comunitários, e a execução foi boa, e 80 foi para dar entrada na SATA, no final do ano, no âmbito já de uma ação que tem a ver com a situação de emergência Covid e a necessidade, autorizada por Bruxelas, desta entrada de capital.

E no próximo ano, este que está a entrar, o stock de dívida previsto é o mesmo, 170 milhões de euros: 90 milhões para apoio de ações com fundos comunitários e 80 para apoiar o plano de reestruturação, que a seu tempo, e esperemos que seja breve, viremos dar conta dos seus traços principais.

Mas também não estou sem estar aqui a dar os pormenores, mas a filosofia da reestruturação da SATA é voltar à clareza das contas entre a SATA Air Açores e a Sata Internacional, para além da Aeródromos e, portanto, da parte da carga, portanto, as quatro empresas que constituem o Grupo SATA, essa clareza.

No caso da SATA Air Açores, tem um destino assente no concurso que ganhou. A SATA Internacional tem que constituir a sua própria autonomia e fazer o seu percurso, uma vez que, após a reestruturação, terá que viver no *one time, last time*, portanto, não viverá à conta do erário público.

E, portanto, o que quero aqui deixar é que a questão principal para o futuro é, de facto, o crescimento económico e a sua redistribuição na diminuição dos níveis de pobreza. Se fizermos isto, o problema vai no bom sentido.

A intenção para este mandato é terminar no último ano e não precisar de

endividamento adicional. É o compromisso que temos.

Reestruturar o Setor Público, temo-lo feito a um ritmo intenso, usando o tempo não no sentido de deixar as ações diluírem-se, temos tentado fazer dentro do tempo possível e prudente, com a maior rapidez possível. E, por isso, estamos a procurar estancar dívidas, como a que Santa Catarina, por exemplo, acumulava, e que, a partir deste contrato de gestão que já está em concurso internacional, possa ser, digamos, interrompido. No caso da Sinaga, também interromper um ciclo de gastos, que acumulou mais de 35 milhões de destruição de valor. O caso de Santa Catarina eram cerca de 26 milhões, também, de euros. São quantias muito substanciais em empresas públicas que é necessário estancar.

Tudo isto é um trabalho que não se faz num dia, é uma direção para um mandato que estamos a prosseguir e que procuraremos ter êxito.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Sérgio Ávila, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à matéria da intervenção do Sr. Deputado Nuno Barata, gostaríamos, em primeiro lugar, de dizer que há um dado muito relevante no relatório que referiu do Tribunal de Contas em relação às contas de 2020. E como referiu a dívida pública regional, na sua globalidade eram 2485 milhões de euros, menos 1600 milhões que há três meses atrás o PSD tinha anunciado. Ou seja, o que há

aqui é uma diferenciação substancial entre aquilo que é a realidade no final de 2020 e aquilo que o PSD tinha referido sobre essa matéria.

Mas eu só gostaria de dizer que a dívida pública dos Açores representa um valor do PIB, do seu Produto Interno Bruto, da riqueza gerada, que é cerca de metade do país e muito menos da metade daquilo que se passa na Madeira.

E, nesse contexto, mais relevante do que valores absolutos são os valores relativos. E esses asseguram um nível de sustentabilidade, mas que não devem ter a tendência que tiveram, efetivamente, refletido no último ano.

É bom lembrar que 2020 foi o ano em que a Região teve que enfrentar a grande pandemia de Covid. E apesar de o Orçamento de Estado permitir 440 milhões de euros para endividamento, a Região só recorreu em 285 milhões, muito menos do que aquilo que podia, ao contrário dos anos seguintes em que se utilizou na totalidade aquilo que previa no Orçamento de Estado, com uma diferença substancial, que se omitiu ontem e que se volta a omitir hoje: é que, em 2020, a Região enfrentou Covid com confinamento absoluto, sem ter a possibilidade de receber um cêntimo de fundos comunitários. E, mesmo assim, aquilo que nós recorremos ao endividamento para esse efeito foi muito inferior ao que o Orçamento de Estado permitia, ao contrário dos anos seguintes, 2021 e previsto para 2022, que se vai ao limite previsto no Orçamento de Estado e onde se tem ao mesmo tempo fundos comunitários para esse efeito.

E permita-me dizer, Sr. Secretário, que comparar 2009 de dívida pública sem o SEC 2010, com um perímetro completamente diferente, não é minimamente sério do ponto de vista intelectual, porque está a comparar coisas que não se pode comparar.

Mas há uma coisa que disse na justificação do aumento da dívida em 2021, no ano que acabamos: 90 milhões foi para fundos comunitários e 80 milhões para um aumento de capital social da SATA no final do ano. E aqui surge-me uma dúvida: se a Região, em 2021, recebeu, devolvido pela SATA, 76 milhões de euros de

aumentos de capital, que constituíram receita da SATA em 2021...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(*Joaquim Bastos e Silva*): 72!

O Orador: ... 72 milhões de euros que recebeu e faz um aumento de capital de 80, justifica o endividamento, em 2021, de 80 milhões de euros para fazer uma despesa que já tinha receita de devolução da SATA. É uma questão que nós não entendemos e que não percebemos sobre essa matéria.

Agora, outro aspeto essencial e é esse que eu gostaria de analisar...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Devíamos falar sobre o buraco que os senhores deixaram!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Os açorianos não percebem e isso o senhor não explica!

O Orador: Podemos falar das intenções todas que assim quiserem, mas há um dado que tivemos conhecimento ontem... É que nos preocupa profundamente os resultados do Setor Público Empresarial do terceiro trimestre deste ano, que foram ontem divulgados. Por exemplo, em relação à SATA, se tirarmos o efeito do aumento do subsídio público, a SATA, no terceiro trimestre de 2021, tem piores resultados em 10 milhões de euros que teve até ao terceiro trimestre de 2020 em confinamento absoluto e com os aviões parados. Ou seja, sem subsidiação, a SATA, em 2021, nos primeiros três trimestres, degradou os seus resultados.

Os hospitais tiveram resultados líquidos, nos primeiros três trimestres, inferiores, piores do que no ano anterior.

E olhamos com particular atenção e preocupação para o aumento muito significativo que se verificou, em 2021, até ao terceiro trimestre, do passivo da SATA Air Açores, do passivo da SATA Internacional e também do conjunto de outras empresas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É preciso ter descaramento!

O Orador: O que quer dizer que, mais do que, por vezes, as intenções, importa,

efetivamente, é a realidade dos factos.

E o relatório do terceiro trimestre de 2021 não abona nesses resultados. É essa, efetivamente, uma preocupação acrescida nesse contexto, porque, em 2021 e 2022, a Região tem à sua disposição muitos mais fundos comunitários do que tinham anteriormente previsto. E tendo mesmo muitos mais fundos comunitários, o recurso ao endividamento tem um valor, comparativamente com os fundos comunitários disponíveis, muito superior àqueles que se justificava.

Além de outras questões que, obviamente, sendo os fundos no âmbito do PRR um financiamento a 100%, com exceção do IVA, justificar aumento de endividamento para comparticipação de fundos comunitários que não têm comparticipação para além do IVA não parece também uma justificação para esse aumento do endividamento.

Por isso, uma nota final: nós temos uma dívida pública global em relação ao PIB, primeiro, que é muito inferior, de acordo com o Tribunal de Contas, àquilo que tinha sido referido e anunciado há poucos meses pelo PSD; segundo, em 2021, o aumento do endividamento foi nos limites daquilo que permitia o Orçamento de Estado e, na nossa opinião, não justificável e não enquadrada com a parte dos fundos comunitários; terceiro aspeto essencial, já agora, que é muito fácil o que se verificou em termos de execução de 2021, onde, no mês de dezembro, a receita de fundos comunitários passou de 59 milhões para 166 milhões, ...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... resulta da classificação no ano passado da antecipação dos fundos do PRR. Não se trata de uma execução de fundos comunitários, trata-se da classificação como receita, em 2021, de fundos comunitários que a Região recebeu antecipadamente e que não estava disponível para ser recebido nos anteriores fundos comunitários. Portanto, dizer que se tem uma melhor capacidade de execução de fundos comunitários, aproveitando para classificar a antecipação de fundos, não me parece que seja um aspeto muito relevante e que

valorize necessariamente quem o faz. O que vai acontecer é que, a partir de 2022, a partir deste ano, a Região não irá receber fundos comunitários em função daquilo que vai executar, porque em 2021 classificou como receitas fundos comunitários que não executou em termos práticos. E isso irá agravar a projeção de receitas de fundos comunitários face ao orçamentado, conforme alertamos aqui aquando da discussão do Orçamento deste ano.

Aliás, todas as nossas previsões que fizemos, quer no Orçamento para 2021, quer no Orçamento para 2022, deram exatamente certo e corresponderam à realidade. E, como dissemos, o que está em causa e a preocupação é que, no ano passado, 2021, a Região beneficiou de um conjunto de receitas extraordinárias muito elevadas. Inclusivamente, é bom dizer, o Governo da República...

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: ... não deduziu em receita do IVA a variação da taxa de IVA e só o fará em 2022.

E, em terceiro lugar, para complementar tudo isso, a Região resolveu classificar antecipadamente receitas de fundos comunitários que serão executadas no futuro. Por isso, quem compara execuções de fundos comunitários...

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: ... omitindo essa realidade...

Presidente: Sr. Deputado Sérgio Ávila!...

O Orador: ... não está a fazer um exercício rigoroso.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

Compreende-se perfeitamente aqui a declaração política do Deputado da Iniciativa Liberal, sobretudo do ponto de vista ideológico.

Para o CDS, também, muitas das preocupações não são novidade. Muitas das posições e da própria visão do setor económico também já eram defendidas pelo CDS. E, de facto, Iniciativa Liberal e CDS até têm algumas semelhanças, mas apenas até ao momento em que deixam de olhar para as pessoas e se preocupam única e exclusivamente com os mercados.

E o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal sabe tão bem quanto eu que na Região Autónoma não é possível aplicar a totalidade do liberalismo económico tal qual a defende, por toda a nossa conjuntura, pelo contexto e pelo próprio tecido económico e empresarial que temos.

De qualquer das formas, concordamos em absoluto com a necessidade de se aplicarem os fundos disponíveis, tanto do PRR, como do PO 2030, na efetiva convergência com o restante território europeu. E que, efetivamente, não se perca desta vez mais uma oportunidade, como a análise daquilo que tem sido o percurso dos investimentos e das oportunidades perdidas, que agora verificamos que foram perdidas, uma vez que não conseguimos essa convergência que estava anunciada e que era esperada com todos os fundos que, ao longo dos anos, fomos, no fundo, usufruindo.

Depois, ouvir o Deputado Sérgio Ávila puxar dos galões relativamente ao relatório do Tribunal de Contas e até mesmo falando da SATA, não falando da situação de falência técnica em que deixou a empresa, é que é atroz.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: Ou seja, custa ouvir para quem está deste lado e que ao longo dos anos foi alertando para a situação calamitosa que o Governo estava a deixar a SATA e que, efetivamente, todas as injeções de capitais e tudo, na verdade, demonstraram um profundo amadorismo na sua gestão e um despesismo atroz de

fundos da Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Marco Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: E, depois, relativamente ao parecer do Tribunal de Contas de 2020 e que foi referido também pelo Deputado Nuno Barata, relativamente às cartas de conforto e aos avais da Região, gostaria era que o Sr. Deputado Sérgio Ávila explicasse aquilo que vem também no relatório do Tribunal de Contas de 2020 relativamente a um aval que foi dado, em que a Região era avalista para um hotel, ou seja, avalista da Angrasol para um hotel em São Miguel, em que a Região era avalista, mas, entretanto, já começou a pagar, já é responsável. E temos aqui: a 31/12/2020, já ascendiam a 3,6 milhões de euros as responsabilidades emergentes da garantia prestada no âmbito desta operação de crédito. Isso é que era importante que o Sr. Deputado explicasse também aos açorianos, porque é que eramos avalistas e agora já estamos a pagar!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isso é que era importante que nós soubéssemos!

Mas, de qualquer das formas, consideramos que estão a ser dados passos importantes. Relativamente às preocupações que o Deputado da Iniciativa Liberal nos trouxe aqui, estão a ser dados passos importantes da parte deste Governo, no sentido de dar uma maior capacidade ao tecido económico açoriano e às famílias, para que possam ser empreendedoras e que, no fundo, possamos prosperar.

A liquidez que este Governo, no fundo, pretende dar aos açorianos com a diminuição da carga fiscal já implementada é bem demonstrativa desta mudança de paradigma e que permitirá, também, aos açorianos, no fundo, ter capacidade de se candidatarem aos próprios programas de apoio ao desenvolvimento que vão sendo disponibilizados. É através desse aumento de liquidez.

Deputado Carlos Silva (PS): O Competir+ está fechado!

O Orador: Consideramos, por isso, que este caminho que está a ser trilhado trará

bons resultados, será eficiente e eficaz para o efetivo desenvolvimento dos Açores e dos açorianos. Por isso, também, olhamos com muito otimismo para o ano que se avizinha e esperamos, sem dúvida, que se concretizem todas aquelas que são as pretensões das medidas que têm vindo a ser anunciadas e daquele que é o trilho que este XIII Governo trilhou desde que apresentou o seu Programa do Governo. Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo dizer que concordo com muitos dos argumentos que foram aqui apresentados pelo Sr. Deputado Nuno Barata.

Aliás, o Sr. Deputado Nuno Barata tem um percurso político de algumas décadas na democracia cristã e, portanto, aquele que é o seu percurso político é, evidentemente, diferente dos puristas da Iniciativa Liberal noutras zonas da geografia portuguesa. E ainda bem que assim é, porque senão seria absolutamente devastador aplicar esse tipo de princípios e de políticas numa região como a Região Autónoma dos Açores, com a dimensão demográfica e económica das nossas ilhas, com a descontinuidade territorial das nossas ilhas e com a situação periférica das nossas ilhas. Isso seria absolutamente devastador.

Mas ainda bem que V. Exa., pelo que eu tenho contabilizado das suas intervenções e das suas votações, tem uma visão bastante diferente, que eu penso que é essencial para que se tomem um conjunto de políticas que têm a ver com o nosso

território, as nossas condições específicas e, portanto, adaptando, evidentemente, aquela que é a corrente ideológica em que V. Exa. agora milita, mas que tem condições específicas. Espero que continue assim.

Devo dizer, em relação a algumas das questões que aqui foram levantadas, o seguinte:

Um, a questão da dívida. Em relação à questão da dívida, eu quero só dizer ao Sr. Deputado Sérgio Ávila que lhe faltou, em relação à soma do Tribunal de Contas, falar e somar também a dívida comercial, faltou-lhe somar a dívida do Setor Público Empresarial Regional fora do perímetro orçamental e faltou-lhe falar também das responsabilidades das parcerias público-privadas. Por isso, o número que refere, evidentemente, não está correto, porque não tem em conta a soma que é necessário fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, dizer-lhe que, ao longo destes anos, eu manifestei sempre a minha preocupação em relação à dívida regional, que é enorme, é muito significativa quando comparada com outros territórios autónomos. Por exemplo, cheguei a dar-vos os exemplos das regiões autónomas espanholas. A nossa dívida é muitíssimo superior. E isso é preciso ter em conta, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Foram intervencionadas antes!

O Orador: ... porque, depois, nós não temos, evidentemente, os mesmos mecanismos que tem o Estado. E, portanto, esta dívida é uma situação preocupante. Herdamos esta dívida.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Recebem apoios, e o senhor sabe isso!

O Orador: E o compromisso deste Governo é resolver esse problema. Nós não começamos com o conta-quilómetros a zero, nem aqui, nem na questão da dívida, nem na questão da SATA.

O que nós herdamos, também, em relação à SATA, é uma empresa em falência técnica e que é preciso salvar. E é isso que nós estamos a fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, da nossa parte, o esforço que estamos a realizar e o que podemos assegurar é que estamos a fazer tudo para salvar esta empresa. Agora, quem a colocou nesta situação foi V. Exa., o Presidente do Governo e os Governos do Partido Socialista ao longo dos anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Dizer-lhe também o seguinte: diz V. Exa., Sr. Deputado Sérgio Ávila, que é muito fácil obter esta taxa de execução que o Governo obteve este ano. Que é muito fácil. Foi a sua expressão. Muito fácil. Se é tão fácil, porque é que não conseguiu, mais o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, ao longo dos últimos oito anos nos Governos de Vasco Cordeiro? E tão fácil, tão fácil, tão fácil, e o senhor nunca lá chegou!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Isso é um argumento primário!

O Orador: É porque não é assim tão fácil, pelo menos para V. Exa.

E o que eu devo dizer também em relação a esta matéria... E então aqueles discursos de novembro? Foi há dois meses! Que nós não conseguíamos executar, que este Governo não conseguia executar... Foi apenas há dois meses e meio! Foi aqui levantada uma tempestade neste mesmo Plenário! Afinal, era fácil. Mas há dois meses e meio era impossível.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Por isso, é evidente que nós estamos a obter bons resultados, estamos a resolver muitos problemas. Mas, como eu já referenciei, o conta-quilómetros não estava a zero. É preciso resolver estes problemas e é necessário inverter o problema da dívida.

E termino já. Tenho pouco tempo e quero ficar com algum tempo para a outra declaração política.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: Aqui, muito haveria a dizer, Sr. Deputado Nuno Barata. Tenho muito a dizer ainda, mas não é possível.

E é só terminar com esta última observação: há muitos problemas para resolver, para inverter. E é isso que nós estamos a fazer.

Mas há uma coisa que eu concordo consigo: é através da via do crescimento económico. Como? Reduzindo os impostos, aumentando a atividade económica. A esquerda diz: bom, mas, depois, não temos impostos para as áreas sociais, não temos receitas. Não, temos receitas por via do crescimento económico. Através do crescimento económico aumentam essas receitas...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso nem sempre é assim!

O Orador: ... e também diminuem as dificuldades das famílias. São duas vias completamente diferentes. E a verdade é que a nossa está a resultar!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Trouxe-nos a Iniciativa Liberal uma declaração política em que aborda o futuro em várias perspetivas, mas focando-se principalmente nas suas preocupações com a dívida pública.

Bem, esta preocupação da Iniciativa Liberal, sendo obviamente legítima, vem numa altura em que, em primeiro lugar, todos sabemos que em praticamente todos os países do mundo, mas focando-me na União Europeia, houve uma necessidade imperativa de, naturalmente, recorrer ao endividamento, até na ausência de outros instrumentos, para acudir a uma situação de emergência.

E não é por acaso que as próprias regras de equilíbrio orçamental da União Europeia, muitas delas foram suspensas neste momento, porque, de outro modo, todos os países entrariam em incumprimento dessas mesmas regras. Isso, por um lado, demonstra a sua inadequação completa à necessidade que existe, que cada país enfrenta e cada região enfrenta em determinados momentos, de acudir a crises.

Se não fosse o aumento da dívida, se não fosse o investimento que existiu na manutenção de emprego em subsídios diretos às empresas, como aconteceu em Portugal e na Região, e bem, muitas vezes até, em alguns setores e em algumas situações, insuficientes, mas, se não fosse isso, nós não tínhamos níveis de desemprego como temos hoje. Nós teríamos, efetivamente, um crescimento exponencial do desemprego, porque sabemos, claramente, que em muitos setores, como na hotelaria, na restauração, na cultura e outros, essas empresas não teriam capacidade, de modo algum, em segurar os níveis de emprego que tinham.

Por isso, quando se diz aqui que são as empresas que criam emprego...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): São! É verdade!

O Orador: ... e que são subsídio-dependentes (até as empresas já são subsídio-dependentes) e que é preciso é acabar com isto tudo, o que se está a dizer é que é preciso lançar milhares de açorianos para o desemprego.

Sei que o Governo não tem tempo, mas gostaria de perceber qual é a opinião do Governo sobre isto, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não pode é falar!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já falou!

O Orador: ... se acha que se vai acabar e se vai terminar com todos os apoios públicos às empresas. Fica a dúvida. Porque, de outro modo, aquilo que isso significa, por um lado, é limitar muito a nossa capacidade de crescimento e, por outro lado, lançar milhares de pessoas para o desemprego, porque ainda há empresas a passar por grandes dificuldades, como sabemos.

Em segundo lugar, esta crise e este aumento do endividamento também demonstra que há necessidade, como se viu na proposta do Orçamento de Estado para este ano, de alterar a Lei de Finanças Regionais, porque ela não impede que de um ano para o outro exista diminuição de transferências do Orçamento de Estado para a Região, como existia na anterior Lei de Finanças Regionais, que foi alterada durante o tempo do Governo do PSD e CDS, durante a vigência da Troika. Essa é uma lição que nós também devemos tirar.

Eu não posso deixar de dizer que, obviamente, o peso da dívida no PIB é um peso sempre relativo. Já foi aqui dito que, se houver crescimento económico, esse peso reduz-se e a dívida torna-se mais leve, mais gerível. Não é com políticas de redução cega do investimento e de cortes no funcionamento da Administração Pública que se reduz a dívida. Pelo contrário, como se provou durante o período da Troika, esse tipo de política a que se chamou de austeridade e que parece ser essa a política que a Iniciativa Liberal quer que a Região siga, leva exatamente a que o peso da dívida relativamente ao PIB aumente...

Deputado Nuno Barata (IL): À falência!

O Orador: ... e crie cada vez mais dificuldades à Região ou ao País, conforme os casos.

Mas há aqui uma situação que já foi referida relativamente à SATA, e a Iniciativa

Liberal tem tempo, por isso pode responder: já todos percebemos que, muito provavelmente, não temos certezas, porque, mais uma vez, não perco a oportunidade de dizer que nós não conhecemos o plano de reestruturação da SATA, não sabemos qual é a necessidade de capital da SATA, mas há, provavelmente, a hipótese daquilo que está no Orçamento da Região para 2022 não ser suficiente. E aquilo que pergunto à Iniciativa Liberal é o que é que fará se for necessário, para além daquele dinheiro que está previsto no Orçamento e que será para a SATA, o que é que fará a Iniciativa Liberal se for necessário injetar mais capital na SATA, se for necessário vir aqui a esta Casa um orçamento suplementar?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o Bloco de Esquerda o que fará?

Deputado Nuno Barata (IL): Eu não sei o que é que o Bloco de Esquerda vai fazer!

O Orador: Sr. Deputado, o Bloco de Esquerda já disse, muitas vezes, que fará tudo e assumirá as suas responsabilidades para salvar a SATA, desde que o Governo seja transparente nesses dados.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): E vai ser!

O Orador: E não temos nenhum problema em assumir.

Agora, o que é preciso é saber o que é que farão os parceiros de coligação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Com os seus votos já temos maioria!

O Orador: Isso não é claro. De coligação e de apoio parlamentar. É o que é que farão, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Consigo e com o PS já temos maioria absoluta! O PS também não quer deixar cair!

O Orador: ... porque criticar e demonstrar toda essa preocupação com a dívida e não querer que a Região assuma mais dívida em momento algum tem consequências. E é preciso que essas consequências sejam claras para os açorianos e açorianas.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: É o que é que fará a Iniciativa Liberal e, obviamente, todos os outros partidos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado.

Pergunto se há mais inscrições para participar nesta declaração política. Não havendo, dou a palavra ao Sr. Deputado Nuno Barata para encerrar a declaração política.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Começando do fim para o princípio, Sr. Deputado António Lima, folgo em saber que o Governo, se for estatista o suficiente para salvar a SATA, já tem o seu voto no orçamento retificativo, não precisa do meu.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente! Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Paulo Estêvão, por mais que o senhor diga que eu não sou liberal, fique sabendo que eu sou liberal. E aproveito para responder a si e ao Sr. Deputado Rui Martins: é precisamente por conhecer a economia e o estado de direito democrático e liberal, que faço esses alertas. Dívida constitui pobreza a curto, a médio e a longo prazo, garantidamente!

E não venham, depois, aqueles que agora defendem constituir dívida para proteger este, aquele ou aquele outro porque o liberalismo não funciona, quando os mercados liberais vierem exigir o pagamento, tarde ou cedo, que vai aparecer, e vêm, depois, como veio agora o Bloco de Esquerda, dizer que os tais mercados nos levaram à asfixia e à austeridade, porque a dívida constituída agora é imposto que vai ter que ser cobrado amanhã em investimento que vai ter que deixar de ser feito amanhã, é desenvolvimento económico que vai deixar de existir.

Eu disse dali daquela tribuna: é para as famílias, é para as empresas, é para as regiões, para o Estado, para a União, seja para quem for, dívida tem que ser paga. E ficamos à mercê, isto é preciso que fique bem claro, dos tais mercados liberais

de capitais. E é isto que temos que precaver. Temos que ser liberais a todo o nível para não ficarmos à mercê dos mercados liberais de capitais. Essa é que é a questão.

Sr. Deputado Sérgio Ávila, folgo em saber que V. Exa. reconhece que os meus números foram lidos com seriedade, porque, de facto, foi isso que eu tentei fazer, foi ler com seriedade o relatório do Tribunal de Contas. Não falei aqui, antes de conhecer o relatório à conta da Região, nem daquela tribuna nem de lado nenhum, nem da dívida da Região, nem da dívida do SPER, porque eu não sou obrigado, nem lendo os relatórios todos que nos caem todos os trimestres sobre o SPER, sobre as contas da Região, a fazer o trabalho dos auditores do Tribunal de Contas, senão eles não estavam lá para nada. Estávamos nós aqui para fazer o trabalhinho todo. E, portanto, folgo em saber que V. Exa. reconhece que fiz uma leitura séria deste assunto.

Sr. Secretário, finalmente, esta nossa declaração política foi só mais um alerta para que o Governo retifique o rumo de construção de dívida pública da Região Autónoma dos Açores. Não podemos continuar, mesmo com os fundos todos que vêm por aí abaixo nos próximos seis anos (e um já lá vai, portanto, são só mais cinco), são muitos milhões de euros, é uma oportunidade única para a Região alterar o seu percurso.

E é fundamental chegarmos ao fim desta legislatura, dure ela o que durar, mas que esperamos que dure até 2024, com este rumo alterado e num caminho diferente, independentemente da bonomia e das boas intenções que tenham tido os Governos anteriores, e eu não quero trazer para aqui este debate, nem me interessa trazer para aqui este debate, interessa-me trazer o debate daqui para diante, daqui até 2024 e de 2024 até 2030, para que possamos pôr os Açores, de facto, num rumo de consistência das contas públicas e de desenvolvimento económico que continue a permitir que se viva nos Açores melhor do que se vivia há 10, há 20, há 30, há 40 e há 50 anos.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está encerrada esta declaração política. O IL também esgotou o seu tempo para este Período de Tratamento de Assuntos Políticos.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 12 horas e 20 minutos.

Eram 12 horas e 04 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que reocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 25 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, passando para a próxima declaração política. Dou a palavra para o efeito ao Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O ano de 2022 inicia-se com eleições legislativas. É, pois, um momento para ouvir o que cada partido tem para oferecer e para os portugueses escolherem uma governação com um horizonte e capacidade de refletir e trabalhar a longo prazo e não a curto ciclo.

Estas eleições devem ser uma revitalização na gestão económica, social e ambiental do país num contexto ainda de pandemia, mas único no que diz respeito a acesso a um pacote de fundos europeus que se espera irrepetível na história.

Contudo, uma governação forte não se traduz numa maioria absoluta, mas sim numa oportunidade de construir uma Assembleia mais diversificada possível, com

várias opções políticas e pluripartidária, com novas visões para Portugal.

As dissoluções de Assembleias trazem-nos à memória subseqüentes maiorias, mas não é esse, comprovadamente, o melhor caminho para a política e para o país. É, pois, muito importante que os portugueses votem através dos mecanismos disponíveis, ainda que insuficientes para contornar os constrangimentos da pandemia, e mostrem aos decisores políticos que a luta contra a abstenção é, também, a luta pela democracia.

Os Açores são, dentre todos os círculos nacionais, aquele cuja abstenção toca, desde 2009, os 60% e que nas últimas legislativas chegou aos 63,5%.

O chamamento ao “voto útil” deve ser, assim, um encantamento ao qual se deve, com todas as forças, resistir.

Já não votar é delimitar o substrato da representatividade política. Não votar não é, tal como foi difundido nos dias de hoje, uma manifestação de protesto. Pelo contrário, a abstenção proporciona sempre uma solução só de alguns e fecha a porta a novas convergências e soluções.

O ano que findou deixou marcas difíceis na vida dos portugueses. Ainda a viver uma pandemia, por entre normas, muitas vezes, questionáveis, que parecem não refletir a opinião especializada e nem sempre adaptadas aos momentos epidemiológicos vividos, Portugal, e mais especificamente os Açores, continuam a sentir o peso do empobrecimento.

Os Açores são a região portuguesa que apresenta uma das mais altas taxas de pobreza e, ao mesmo tempo, um maior número de beneficiários do RSI em função da sua população residente.

A pobreza, se medida através do RSI, não se distribui de forma homogênea pelo território regional, dado que tende a concentrar-se na ilha de S. Miguel. A questão que se coloca é o que é que justifica o lugar ocupado pelos Açores no contexto nacional e o que é que pode explicar a maior incidência do RSI e, mais importante, o que fazer para combater a pobreza não apenas através de palavras, que não é,

como tão apregoado de forma populista por alguns, um fenómeno típico daqueles que não querem trabalhar.

A pobreza não é apenas a palavra sentida por poucos, dramaticamente de tal forma que um terço dos pobres são trabalhadores.

A relação com o trabalho coloca todas as pessoas num lugar que conhecemos: é o nosso vizinho; o nosso familiar; o nosso conhecido, aquele que se cruza todos os dias com o nosso olhar.

Os tradicionais fatores protecionistas da pobreza, embora pesem, já não são funcionais como outrora: a qualificação universitária; a idade mais avançada, próxima da reforma; ou, muitas vezes, um trabalho fixo.

A relação com o trabalho e a pobreza é um leque de várias folhas, mesmo naqueles com diferenciação académica. Nos que estão reformados é intermitente: diversas atividades laborais, atividades informais ou na zona intermédia entre emprego e desemprego, sem nunca saírem do pior lugar da sociedade, o lugar de serem pobres.

Esta trajetória oscilante é predominante nos licenciados precários, sobretudo nos mais novos. Nos que estão desempregados, é acentuada, com a diferença que os períodos de desemprego são muito maiores do que entre os licenciados precários. Nos trabalhadores, é onde este caminho intermitente é menos evidente, mas há muitos com contratos a prazo, até, sem contrato.

E não são apenas os mais jovens licenciados a sofrer desta contingência, para as pessoas em situação de pobreza, esta é uma trajetória que tende a prolongar-se na vida.

Contudo, é fundamental não cairmos na tentação de tornar o debate sobre a pobreza cativo da pandemia. Embora tenha um impacto pois trouxe novos pobres ou intensificou a pobreza daqueles que estavam à porta das suas fronteiras.

Muitas pessoas, caídas na necessidade, encontram refúgio nos seus familiares, dependendo, assim, da família-providência que não consegue ser, por norma, tão

eficaz como o estado-providência. Este complemento é variável: dos idosos para os mais novos, que mesmo com reformas baixas vêm-se obrigados a apoiar os filhos e outros familiares; ou mesmo dos filhos para os pais.

O que leva estas pessoas a refugiarem-se nesta ajuda? Obviamente um Estado que não consegue dar resposta nem encontrar caminhos que esbatam, a longo prazo, as desigualdades sociais.

De acordo com os resultados apurados pelo Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, em Dezembro de 2021, embora em recuperação em relação a 2019 e 2020, 27,7% da população da Região Autónoma dos Açores estava em risco de pobreza ou exclusão social.

Os Açores continuam a ser, seguidamente à Madeira, a região do país com maior nível de exclusão social, distribuição de rendimentos e maior taxa de pobreza: uma tríade que não podemos deixar de lamentar, mas trabalhar para, a todo o custo, inverter.

Não podemos desejar ser uma Região apelativa para quem quer trabalhar se continuam a faltar subsídios de fixação, aprovados nesta Câmara, a médicos especialistas que escolheram os Açores para viver com as suas famílias; se falharmos na dignificação de todos os nossos enfermeiros, se subestimarmos a importância dos chamados assistentes operacionais que continuam sem carreira; ou não robustecermos as nossas forças de segurança com mais meios humanos e materiais, assim como, os nossos bombeiros. Tão somente aqueles a quem batemos palmas por estarem na linha da frente no combate à Pandemia.

Numa Região onde a não ocupação efetiva, mais ou menos sistemática, do quadro legal de juizes é um dos problemas que mais afeta a prestação do Tribunal e da justiça, em especial nas ilhas mais pequenas onde faltam magistrados e oficiais de justiça e as populações ficam desvalidas. Onde os nossos professores têm dificuldade em fixar-se por condicionantes de mobilidade, mas, especialmente, por falta de motivos atrativos que trava a constituição de corpos estáveis de

docentes.

Sras. e Srs. Deputados, como foi dito, a pobreza atinge quem trabalha e quem tem emprego fixo.

É, pois, constrangedor olhar para um recibo como o que aqui trago como exemplo (que vou deixar à Mesa) e vemos que os governos regionais fazem jus à sua justiça social, designadamente pela majoração do salário mínimo, mas termos de questionar qual é a verdade dos factos.

Um assistente operacional a trabalhar a tempo inteiro, num dos hospitais da Região, sem faltas, leva para casa no fim do mês apenas 690,85 euros líquidos, depois de pagos os impostos.

E porquê? Contas feitas, apesar dessa tão apregoada majoração do salário mínimo regional em 5% e da remuneração complementar de 67 euros, acrescida eventualmente de 25% mais, apenas se o trabalhador se lembrar de a solicitar anualmente, face ao aumento do rendimento que passa então a ser tributado em sede de IRS, inclusivamente originando uma subida de escalão, tal majoração apenas o beneficia em cerca de 7 euros mensais, não considerando os descontos para segurança social, e em cerca de 2 euros se incluirmos também esta prestação porque, obviamente, para as mesmas percentagens a verba sujeita a tributação é maior.

Se auferisse o salário mínimo descontaria 11% e com esta alteração passa a descontar 16,6%.

O exemplo do combate à pobreza e desigualdades passa, pois, para o próprio Estado, pelo ridículo acréscimo de 6 cêntimos e meio por dia. A isto é o que se chama de pobreza laboral.

Pior, quem está nesta carreira, não especializada, mas de trabalho especialista de cuidador do doente, chega ao anacronismo de ver um recém incorporado na carreira operacional obter o mesmo rendimento líquido que outro com 15 anos de carreira!

Ainda o que dizer da desigualdade e da injustiça salarial quando os assistentes técnicos recebem, atualmente, de salário de entrada 703 euros. A este valor, em 2022, será aplicada a valorização de 0,9%, o que significa que passam a ganhar cerca de 709 euros, somente 4 euros a mais que o ordenado mínimo nos Açores para 2022, ou quando trabalhadores com mais de 30 anos de carreira que passam a auferir de 709 euros ficarão a ganhar apenas mais 4 euros do que os que entram agora.

Isto para não chamar à colação o vergonhoso salário de 1255 euros ilíquidos de um técnico superior licenciado!

Resumindo, se o salário médio e o achatamento do leque salarial passaram a fazer parte das agendas mediáticas, então o Estado dá um péssimo exemplo nesta matéria, agravado por 15 anos de congelamento de carreiras!

Aqui, o Governo Regional, e tentando esquecer as afirmações do Sr. Presidente do Governo na sua declaração política sobre a saúde, para agradecer o trabalho dos assistentes operacionais durante a pandemia, paga de ordenado base a estes profissionais menos que a Retribuição Mínima Mensal Garantida nos Açores.

Haja saúde, mesmo que não haja dignidade!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a declaração política e estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Pedro Neves, do PAN, trouxe-nos uma declaração política que toca em muitos aspetos e que, naturalmente, atendendo ao tempo disponível também para podermos intervir, não poderemos comentar todos.

Mas retive que o PAN, naturalmente, pelo período até que vivemos em termos de pré-campanha eleitoral, naturalmente, faz uma abordagem daquilo que é a necessidade de todos, também, apelarmos à participação popular, porque sem

participação popular não há democracia e sem uma boa adesão às urnas não temos o espelho real daquilo que é a nossa sociedade e as opções e as escolhas dos açorianos, que, infelizmente, em termos de abstenção, tem sido sempre a nossa preocupação. E temos, também, é bom dizê-lo, tentado de alguma forma conversar entre as diferentes forças políticas para encontrarmos melhores formas de participação popular ou até de facilitação da participação popular.

Mas o que está em causa, também, é importante salientar, quando discutimos nesta Assembleia as eleições legislativas para a Assembleia da República, também é importante que os açorianos conheçam e saibam, efetivamente, o que é que está em causa nestas eleições e em geral naquilo que são as eleições para a Assembleia da República. E trata-se de eleger os representantes dos Açores na Assembleia da República.

E aqui nós podemos, também, ter uma palavra de conforto, certeza e esperança. De conforto, porque sabem os açorianos que os representantes eleitos nas listas do PSD e, para estas eleições, nas listas da Aliança Democrática com a coligação entre o PSD, o CDS e o PPM, os açorianos podem ter essa certeza, que já têm também pela experiência daqueles que nos representaram no passado, que os nossos candidatos põem sempre em primeiro os Açores.

Deputado Jorge Oliveira (PSD): Muito bem!

O Orador: E isso não pode nem nunca deve ser posto em causa, porque provas bastantes têm sido dadas de que os representantes eleitos nas listas de que faz parte o PSD na Assembleia da República põem sempre em primeiro os Açores. E isso é realmente o que está em causa nas próximas eleições, é saber quem, de facto, pode trazer mais-valias em termos da defesa dos Açores e da representação dos interesses dos Açores junto daquelas que são as decisões do Governo e da Assembleia da República.

E essa perspetiva que o PAN nos traz de que é importante a participação popular, para nós, tem idêntico valor e idêntica importância, porque não podemos deixar

de dizer aos açorianos de que de nada serve ficarmos em casa, se bem que alguns, se calhar, não poderão sair de casa, mas de nada serve olharmos para o lado como se estas eleições não nos dissessem respeito diretamente porque estamos a eleger representantes para a Assembleia da República. É errada essa ideia e é errado que fique de alguma forma no espaço público a ideia de que não é tão importante como de facto é.

E a importância que significa ter bons representantes na Assembleia da República é aquela que temos vindo a demonstrar, não só nesta pré-campanha, mas pelo passado da nossa representação na Assembleia da República, em que defendemos causas que são importantes para o desenvolvimento dos Açores e que vão tocar naquele outro aspeto que o Sr. Deputado identificou na sua declaração política como importante para a governação regional, que é o combate à pobreza.

Durante muitos anos, alertamos nesta Casa para o combate à pobreza. Durante muitos anos, fomos ignorados por um Governo que nesta matéria preferiu sacudir a água do capote e deixar o problema agravar-se, ...

Deputado José San-Bento (PS): É preciso ter lata!

O Orador: ... reagindo muito tarde e apenas porque não tinha outra solução, não podia varrer mais para debaixo do tapete aquele que era um problema sério da nossa sociedade.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: E, para terminar, Sr. Deputado, dizer-lhe o seguinte: nós somos reformistas. Não vamos fazer uma revolução nos Açores, mas estamos a dar passos seguros em concertação nesta Assembleia, como eu não me canso de repetir (e as decisões são também suas e desta Assembleia), em concertação com uma maioria que quer, de facto, corrigir muitas das injustiças que estão criadas nos Açores...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não sabe o que é que diz!

O Orador: ... e que levaram a que muitos açorianos tenham esses salários de

pobreza e esses baixos rendimentos, ...

Deputado Jorge Oliveira (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que nos dificultam em termos de competitividade e de crescimento da nossa economia.

E fica a garantia de que da nossa parte vamos continuar a trabalhar, não só na Região para corrigir essas injustiças e debelar essas dificuldades, mas com uma representação forte na Assembleia da República para defender as causas dos Açores, como temos feito no passado e faremos no futuro.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, agradecer-lhe trazer estes temas novamente. Temos trazido também. Quanto à primeira parte, só duas pequenas notas, também não tenho muito tempo:

Quanto à urgência de exercermos o direito de voto, é preciso dizer às pessoas que não basta reclamar, é preciso ir votar;

Quanto à pobreza, sem querer discordar com o que disse, concordo também, mas, mais que palavras, os atos. Pois, lembrava aqui que, mais que as palavras, o Chega foi aos atos. E lembrem-se dos idosos, que o cheque pequenino teve um aumento histórico por vontade e por trabalho do Chega. É assim que se deve fazer e é assim que se combate a pobreza. É uma vergonha viver num país com idosos

a receber pouco mais de 200 euros! É uma vergonha!

Deputado Carlos Silva (PS): O RSI não é uma vergonha!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado José Pacheco (CH): Os idosos a passar fome é uma vergonha!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições. Bom, não havendo mais inscrições, eu darei a palavra ao Sr. Deputado Pedro Neves. Dispõe de muito pouco tempo, mas mesmo assim darei a palavra para encerrar esta declaração política. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por um lado, a declaração política teve duas fases:

Uma das fases era, de uma forma isenta, partilhar sobre o que é que é o voto dos eleitores para todos os partidos. E não, obviamente, não estava a fazer propaganda política para o PAN;

Outra, obviamente, era sobre algo que está mesmo no limite em termos de alguns profissionais dentro da Região que, devido a um erro tributário, um erro de tributação, neste caso um imposto que se paga relativamente ao seu ordenado, recebem menos do que o ordenado mínimo regional. Isso é bastante grave. Temos em determinadas carreiras. Outros que não têm sequer carreira recebem o ordenado mínimo nacional. E, depois, recebem uma retribuição mensal nos Açores para que se esteja pelo menos com esses 5%, mas, depois, reduzimos drasticamente com os impostos. Isso é algo extremamente grave. E tenho pena que os partidos tivessem falado muito pouco de algo que, para o PAN, é extremamente grave, porque isso tem a ver com a dignidade económica das nossas famílias, que estão a trabalhar oito horas por dia, sem faltas, e recebem menos do que aquilo que nós dizemos que é 5% do ordenado mínimo nacional.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está assim encerrada esta declaração política.

Atendendo ao nosso horário, eu penso que todos concordarão que não avancemos para a próxima declaração política.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma interpelação à Mesa.

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é o Partido Socialista que vai realizar a próxima declaração política, da parte do PPM, nós deixamos essa decisão ao Partido Socialista, na medida em que ainda faltam 11 minutos.

Presidente: Eu penso que é insuficiente. Se não houver objeção da Câmara, nós encerraríamos os nossos trabalhos por agora e recomeçávamos às 15 horas, com a Agenda, porque 10 minutos para fazer a declaração política, mais as reações, mesmo contando que todos cumpram com 5 minutos...

Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sim, senhor. Sr. Presidente, atendendo à sugestão aqui feita pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, e as declarações políticas têm um artigo regimental que prevê que fale quem a faz, naturalmente, mas, para permitir aos demais que usem também da palavra, penso que seria útil que passasse para amanhã.

Presidente: Muito bem. Ninguém se opõe?

Regressamos então às 15 horas, com a Agenda.

Bom almoço a todos.

Eram 12 horas e 50 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 06 minutos.

Encerramos, ontem, os nossos trabalhos às 20 horas, no ponto 2 da nossa Agenda. Estava inscrito o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, a quem dou a palavra. Faz favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):
Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ainda bem que houve uma interrupção dos trabalhos de ontem, porque nos permitiu ter uma melhor noção do nível de demagogia e de populismo que revestiu a discussão durante o dia de ontem, mas já lá vamos.

Permitam-me, primeiro, reafirmar aquilo que é verdadeiramente fundamental e que até já tinha sido dito no âmbito da resposta dada ao requerimento do Bloco de Esquerda: a regulamentação do DLR n.º 28/2020/A, de 19 de outubro, efetuada por este Governo, não contraria em nada o espírito e o sentido legislativo do diploma original.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: De facto, o Parlamento Regional legislou no sentido de o Governo Regional regulamentar esta matéria. O Governo cumpriu com esta determinação com bom senso, com responsabilidade e dentro do total respeito pelas competências próprias do Parlamento Regional. Foi exatamente isso que fizemos. Por isso mesmo, ao contrário de algumas acusações que ouvimos, aqui, ontem, por parte do Bloco de Esquerda e do PAN, não se verifica qualquer extravasar ou exorbitar das competências do Governo Regional, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não concordo!

O Orador: ... também não se verifica qualquer ataque ou qualquer invasão das competências próprias do Parlamento Regional, muito menos uma retirada da sua centralidade. Aliás, eu confesso que fui Deputado neste Parlamento Regional, uma grande honra, uma das maiores honras da minha vida, ...

Deputado António Lima (BE): Isso é música!

O Orador: ... e tenho perfeita noção da importância desta Casa no seio da nossa Autonomia e da nossa Democracia.

E é por isso mesmo que volto a afirmar: o Parlamento Regional encarregou o Governo Regional de regulamentar. O Governo Regional procedeu em conformidade e com responsabilidade.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A proibição do glifosato em espaços público está agora devidamente regulamentada e foi criado apenas um regime excecional para casos de utilidade pública e necessidade pública.

Trata-se, na verdade, como disse ontem, de um regime excecional muito restrito, muito conservador, que implica que exista uma situação de risco para o ambiente, para a agricultura, para as florestas, que não haja meios e técnicas alternativos de combate, e um despacho conjunto dos Membros do Governo com competência nesta matéria.

Vejamos, Sras. e Srs. Deputados: que diriam V. Exas. se nos deparássemos com uma situação de risco para o ambiente, para a agricultura ou para as florestas, em que não houvesse alternativa de combate ao glifosato, e o Governo Regional não tivesse acautelado um regime de exceção? Que diriam V. Exas.? Que o Governo Regional tinha sido incompetente, que tinha sido irresponsável, que tinha sido encarregue pelo Parlamento Regional de regulamentar e não tinham previsto um regime excecional que pudesse acautelar estas situações. Era este o debate que nós estaríamos a ter nesta altura.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E eu vou dar alguns exemplos: o Jardim Botânico do Faial alberga alguns dos endemismos mais raros dos Açores. Tem, por exemplo, quatro exemplares do Teixo dos Açores, que é uma espécie em vias de extinção e da qual só se conhecem na natureza cinco exemplares, aqui na vizinha ilha do Pico. Se chegássemos a uma situação de ameaça a esses exemplares num jardim público por proliferação de espécies invasoras, não havendo meios de combate alternativos, o que é que deveria o Governo Regional fazer? Nada? Ficava impávido e sereno perante uma ameaça a um património natural tão importante? Naturalmente que não.

Mas dou mais um exemplo: numa altura em que este Parlamento se prepara para avaliar a possibilidade de criação de um regime jurídico de classificação de arvoredo de interesse público, que diriam V. Exas. se tivéssemos um exemplar, um conjunto de exemplares desses que estão classificados sob ameaça e não houvesse alternativas? O que é que deveria o Governo Regional fazer? Nada? Naturalmente que não.

E é exatamente por isso que é importante ter este regime de excecionalidade. E é exatamente por isso que as entidades que se dedicam à conservação da natureza e ao restauro de habitats concordam e defendem a existência de um regime excecional para a utilização de glifosato neste tipo de ações. Não é propriamente para matar umas urtigas em qualquer beira de estrada e quando o Governo Regional quiser, como disse ontem, aliás, em tom jocoso a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: Não é para isso, é para situações de interesse público.

Depois, também, permitam-me que vos diga outra coisa, Sras. e Srs. Deputados: a indignação demonstrada ontem pelo Bloco de Esquerda e pelo PAN nada tem que ver com um afastamento da centralidade do Parlamento com a criação deste DRR e deste regime excecional, tem que ver com uma posição dogmática, sectária e fundamentalista em relação à utilização do glifosato.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É isso que acontece, porque a agenda do Bloco de Esquerda e do PAN vai muito para além da interdição em espaços públicos, pretendem uma interdição total. Assumam-no!

Deputado António Lima (BE): Mas é isso que está na proposta! Demagogia barata!

O Orador: Esse tipo de radicalismo tem um problema e tem uma consequência, Sr. Deputado António Lima: é que vos cega, deixa-vos longe da realidade. E o exercício da governação não pode ser feito com base em dogmas.

Deputado Carlos Silva (PS): Se os seus colegas aplicassem isso...

O Orador: Para terminar, não esperava, no entanto, que o Partido Socialista se tivesse juntado e tivesse vindo a reboque deste populismo, ...

Deputada Alexandra Manes (BE): Vocês é que andaram a reboque do PS na última legislatura!

O Orador: ... desta demagogia do Bloco de Esquerda e do PAN, como fez, aliás, ontem, o Sr. Deputado José Eduardo, incentivado pela sua bancada. Senão, vejamos: o Partido Socialista tem responsabilidades nesta matéria, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muitas!

O Orador: E vou-vos explicar porquê: a iniciativa do Bloco de Esquerda que deu origem a este DLR deu entrada nos serviços da Assembleia em julho de 2019. Foi discutida e aprovada no Plenário de setembro de 2020 e foi publicada a 10 de outubro de 2020.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E então?

O Orador: Ora, este Governo Regional toma posse a 24 de novembro de 2020, ou seja, quase na reta final dos 60 dias de regulamentação dados por este DLR, a 15 dias do final do prazo estabelecido. Por essa altura já havia no quadro da anterior Direção Regional do Ambiente uma proposta de regulamento preparada. E foi com base nesta proposta, preparada pelo anterior Governo Regional, que previa já este regime de exceção, que o Governo Regional elaborou esta regulamentação. Quer isto dizer, Sr. Deputado José Eduardo, que, se o Partido Socialista continuasse a ser Governo, era este o regulamento que tínhamos, com este regime de exceção. E, portanto, não percebo a cambalhota que foi dada na posição por parte do Partido Socialista!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Parece, efetivamente, que desaprenderam rapidamente o que é que significa o exercício da governação. É caso para dizer, Sr. Deputado José Eduardo: “ Bem prega Frei Tomás...”

Agora, em política não vale tudo. E confesso que não estava à espera de uma postura dessas de um partido com a responsabilidade que tem o Partido Socialista e que pretende ser alternativa de governação.

Muito obrigado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Alexandra Manes, tem a palavra. Faça favor.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para retomar o debate desta iniciativa, quero, em primeiro lugar, recordar que, por iniciativa do Bloco de Esquerda, este Parlamento aprovou o fim do uso em espaços públicos de herbicidas com glifosato, um químico potencialmente perigoso para o ambiente e para a saúde pública.

A proposta aprovada era muito objetiva e muito clara: proibir a utilização de glifosato em espaços públicos, nas zonas urbanas, zonas de lazer e vias de comunicação.

Nenhum artigo da legislação que foi aqui aprovada com os votos favoráveis do Bloco, do PCP, do PS e do PPM, com a abstenção do CDS e contra a vontade do PSD, repito, nenhum artigo previa a possibilidade de serem criadas exceções. A lei estabelece muito bem o que é proibir e onde o é.

Ao Governo competia criar o regulamento para a aplicação da lei, nomeadamente as especificações técnicas em relação às áreas em que a proibição se aplica. Isso o Governo fez bem. E o Bloco pretende manter em vigor.

A proibição aplica-se nos 10 metros à volta dos edifícios das zonas urbanas e 5 metros nas zonas de lazer e nas vias de comunicação terrestre. É esta a regulamentação que competia ao Governo.

Mas o que aconteceu aqui foi muito claro: o PSD, que havia votado contra a proibição da utilização de herbicidas com glifosato em espaços públicos na

legislatura passada, foi derrotado na sua votação. Aproveitou-se do facto de ter passado, entretanto, a liderar o Governo Regional e usou desse poder para contornar uma lei com a qual não concorda.

É isto que está em discussão neste momento. O Parlamento vai aceitar que o Governo possa contrariar a intenção do legislador através de um Decreto Regulamentar?

O Bloco de Esquerda não pode aceitar este desrespeito pelo Parlamento, que abre um precedente muito perigoso à democracia.

Não posso terminar sem assinalar e lamentar, primeiro, a ausência do Sr. Deputado Paulo Estêvão, do PPM, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Tem mais Deputados do PPM aqui dentro!

A Oradora: ... e a alteração radical da posição do Sr. Deputado Paulo Estêvão, que, há menos de dois anos, sobre a proposta do Bloco de Esquerda de proibir a utilização de glifosato em espaços públicos, dizia, e passo a citar: “Trata-se apenas de aplicar uma proibição nos espaços públicos. E aqui, sim, existem alternativas. E, portanto, nesse sentido, é uma proposta que eu considero válida, bem estruturada, com uma boa argumentação e cuja aplicação é racional e possível.” Esta era a posição do Sr. Deputado do PPM, que de um momento para o outro deu uma cambalhota tão grande e tão radical que ficamos sem entender a sua posição. Lamentavelmente, agora, o Sr. Deputado Paulo Estêvão já acha que a proposta é extremista. A cambalhota do Sr. Deputado Paulo Estêvão não é extremista.

Recordo que estamos a falar de proibição de utilização de glifosato apenas em espaços públicos nas zonas urbanas, zonas de lazer e vias de comunicação. Esta lei não se aplica a terrenos privados, a florestas, a áreas protegidas, nem a terrenos agrícolas, como vários Srs. Deputados quiseram fazer parecer.

A criação de exceções para possibilitar a aplicação de herbicidas com glifosato em espaços públicos é um passo atrás na defesa do ambiente e da saúde pública.

Sr. Secretário Regional, fosse a bancada do PS a suportar o Governo, seja a vossa,

a posição do Bloco seria a mesma aqui, a criticar e a tentar revogar esta exceção. Já a do CDS foi a reboque do PS para fazer passar as suas propostas na legislatura passada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dizem aqui, os meus colegas, que o meu nome foi citado pela Sra. Deputada Alexandra Manes. Ó Sra. Deputada, nós todos temos urgências, mas eu estou aqui, Sra. Deputada, para lhe dar a minha opinião e, obviamente, assumir aquelas que são as minhas responsabilidades nesta matéria, portanto, como em todas as outras, com a coragem e a frontalidade.

Eu não sei bem o que é que V. Exa. disse e, portanto, vou ter que adivinhar o que é que V. Exa. disse.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): É fácil! É fácil adivinhar!

O Orador: E o que V. Exa. disse deve ter sido uma coisa destas: que eu votei favoravelmente a sua proposta.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não foi bem isso! Foi um bocadinho mais do que isso!

O Orador: Foi um bocadinho mais do que isso. Muito bem.

Mas o que lhe quero dizer é reafirmar aquilo que eu lhe disse, ou seja, se a proposta fosse votada hoje, voltaria a votar favoravelmente, como votaria de forma desfavorável também a proposta do PCP, que foi votada por V. Exa., que, em relação ao glisofato... ao glisofosato... ao glivosato (está mal), em relação a esta substância, queria a sua proibição total. E o Bloco, se me recordo bem, votou a favor. Portanto, o Bloco tem uma posição fundamentalista nesta matéria. E, nessa altura, eu votei contra, contra essa visão fundamentalista.

E já lhe expliquei, Sra. Deputada, se tivesse que votar outra vez pela proibição nos espaços públicos, votaria outra vez da mesma forma. Outra coisa é ter um regime de exceção, tendo em conta a defesa do ambiente e tendo em conta a não existência de alternativas, que era o que o Governo deveria fazer no âmbito da sua regulamentação.

Portanto, mantenho a minha posição em relação a esta matéria. E aquilo que disse ontem é exatamente isso. Portanto, não vejo aqui nada que aponte no sentido de o PPM ter mudado de opinião. Não mudamos. Agora, não temos a mesma opinião que V. Exas.

Não podem torturar os Deputados de outros partidos para que os Deputados sejam obrigados a ter a mesma opinião que V. Exas. Portanto, eu não tenho a mesma opinião que V. Exas., Sra. Deputada. Não tenho, acho que em relação a este regime de exceção estou de acordo.

Não sei se V. Exa. pretender torturar-me. Não sei o que é que lhe possa fazer em relação a esta matéria. Eu não estou de acordo com a leitura que V. Exa. faz. Portanto, acho que este regime de excecionalidade, nas condições em está descrito, considero que o Governo fez bem. É só isto.

Votaria outra vez a favor a proposta do Bloco? Votaria. Portanto, congruência total do ponto de vista daquelas que são as minhas posições. Agora, não são as vossas, mas em democracia cada um pensa de forma livre. Liberdade existe neste País e nesta Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra novamente para poder relembrar ou avivar a memória do Sr. Deputado Paulo Estêvão e vou passar a citá-lo novamente: “Trata-se apenas de aplicar uma proibição nos espaços públicos. E aqui, sim, existem alternativas. E, portanto, neste sentido, é uma proposta que eu considero válida, bem estruturada, com uma boa argumentação e cuja aplicação é racional e é possível.” Sr. Deputado, foram essas as suas palavras relativamente àquilo que foi legislado e que deu origem a este Decreto Legislativo Regional.

Aliás, nem eu queria dizer isto desta maneira, mas bastaria fazer um raciocínio para perceber as alíneas a) e b) e perceber onde é que se pode aplicar. Seria tão simples!

E torno a dizer a mesma coisa e vou-me repetir: Sr. Deputado Paulo Estêvão, não há nada aqui nesta exceção que não estivesse já previsto aqui, porque, torno a dizer, recordo que estamos a falar da proibição de utilização de glifosato apenas em espaços públicos, nas zonas urbanas, zonas de lazer e vias de comunicação. Esta lei não se aplica a terrenos privados, a florestas, a áreas protegidas, nem a terrenos agrícolas, como vários Srs. Deputados quiseram aqui fazer parecer.

Portanto, ainda mais um Governo que está a apostar na agricultura biológica e a fazer disso uma bandeira!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Fica-lhe bem reconhecer!

A Oradora: Como é que este Governo pode misturar estas duas coisas? Não se aplica. Não tem aplicação.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): Isso é excecional!

A Oradora: Quando se quer tratar da saúde... A Organização Mundial de Saúde já alertou para as consequências que advêm da utilização do glifosato. Isto é como falar nas alterações climáticas e depois legislar da maneira que se está legislando.

Portanto, isto aqui neste Governo é um conjunto de contradições e de vinganças da legislatura passada que está a vir ao de cima. É só isto que se está a passar aqui.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Isso é falta de responsabilidade, Sra. Deputada!

A Oradora: E isto é uma vergonha!

Tentem, por favor, fazer o raciocínio de reler o Decreto Legislativo Regional e ver onde é que é permitido e onde é que não é permitido!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Alexandra Manes, a senhora é uma Deputada e uma mulher previsível.

Deputada Alexandra Manes (BE): Lá por ser mulher sou previsível?

Deputado Gustavo Alves (PPM): Isso é um elogio, Sra. Deputada!

O Orador: Não, não, ouça, é uma qualidade! As mulheres não serem previsíveis é que não é uma qualidade. Ouça, é uma qualidade!

Por isso, eu tenho aqui aquilo que disse. Ou seja, se existirem alternativas. E, portanto, só no caso de não existirem. E no quadro da defesa do ambiente e da floresta utiliza-se esta substância.

Aliás, é curioso que eu me enganei, também, a pronunciar esta palavra no anterior discurso. Devo ter aqui algum problema com o glisofato... gliso... essa substância. Tenho um problema com a pronúncia aqui. Não tragam mais propostas sobre esta substância.

Deputada Ana Luís (PS): Isso acontece muito quando a gente não acredita no que está a dizer!

O Orador: E vejam bem, eu tinha um aparte do Sr. Deputado do CDS, em que eu dizia o seguinte: “Agora estou sozinho. Dentro de dois meses, estarei muito

mais acompanhado.” Não é muito mais, mas é acompanhado, desta vez, no meu Grupo Parlamentar.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Está aconchegado!

O Orador: Portanto, em relação a esta matéria, Sra. Deputada, eu já lhe disse que a minha posição é essa. Percebe perfeitamente. É que se não existirem alternativas nestas questões, tendo em conta as questões ambientais, a questão da defesa da floresta, se não existirem alternativas, o Governo deve ter um instrumento para agir. É tão simples como isso.

Portanto, V. Exa. continua na sua pureza. Parece aquelas pessoas, ouça, aquelas coisas...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Falta de responsabilidade!

O Orador: É que já nem a Bíblia se lê assim! Alguém que vai ler com aquele puritanismo. O Antigo Testamento, veja bem, ...

Deputada Alexandra Manes (BE): Onde isso já vai!

O Orador: ... não sei como é que nós terminávamos todos aqui se tivéssemos essa leitura tão dogmática das coisas, Sra. Deputada. Eu penso de forma diferente.

Deputada Alexandra Manes (BE): Converse com o seu colega!

O Orador: Ouça, eu penso de forma diferente e já lhe apresentei a minha argumentação. Já lhe disse que no caso de excecionalidade concordo. V. Exa. insiste em que não concorda. V. Exa. não concorda. Eu concordo. O PPM concorda com esta matéria e com esta excecionalidade.

E é por isso, e termino, que eu considero que um partido ecologista como o PPM, que ainda os senhores andavam na extrema-esquerda nos anos 70, é por aí que vem o Bloco, já nós defendíamos os princípios ecologistas em Portugal, é por isso que o nosso partido apresenta, na minha perspetiva, uma outra oferta ideológica...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Aprende, Sra. Deputada!

O Orador: ... a quem quer defender a ecologia e o ambiente, mas sem ser dogmático, que é a vertente que V. Exas. apresenta. É o dogmatismo e o excesso

em tudo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E, portanto, o que nós queremos é defender o ambiente, mas queremos ser também pragmáticos, proteger as populações, proteger o património e proteger aquilo que nós consideramos que é essencial. E é, portanto, com bom senso.

E V. Exas. afastam muita gente desta temática ambiental porque são dogmáticos consistentemente. E é isso que é importante aqui referenciar!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E é por isso que, nesta perspetiva, nós apresentamos outra alternativa não dogmática, porque a defesa da ecologia não é património da esquerda, nem sequer começou a ser defendida em Portugal pela esquerda!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo para o debate deste diploma.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Rui Martins, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

Eu retomo o debate, no fundo, onde foi deixado ontem e porque o Deputado Pedro Neves (vou trazê-lo a jogo novamente), aquando da sua intervenção e na

sequência dos apartes, que eram “não apoiado”, adjetivou esses apartes como uso de vernáculo, ou seja, insurgiu-se dizendo que este Decreto Regulamentar Regional, no fundo, era retirar a centralidade ao Parlamento. Ora, eu não percebo onde é que está a retirada desta centralidade, até porque o que este Parlamento fez foi: aprovou um Decreto-Lei que falava numa proibição do uso do glifosato. E dizia: “É proibido, mas (...)”

Deputado António Lima (BE): Não dizia nada!

O Orador: E esse “mas” é exatamente a regulamentação que o Governo vem a fazer.

Aliás, isto leva-me um bocadinho mais atrás, ao primeiro diploma que o PAN apresentou nesta Casa no início desta legislatura, em que o PAN traz o diploma à votação, ou seja, abriu o diploma a qualquer Deputado, como está definido regimentalmente, para que possa fazer as suas propostas de alteração. E chegou, na altura, a dizer que não era justo e que não era assim que se fazia, que estavam os outros Deputados a pôr a unha no diploma do PAN. Inclusivamente, destratou todos os Deputados, mas até o Deputado José Contente porque tinha apresentado propostas de alteração a um diploma que estava aqui. Legitimamente, trouxe o Partido Socialista, na altura, pelo Sr. Deputado José Contente...

(Aparte inaudível)

Não, o Sr. Deputado diz que este Decreto Regulamentar Regional é retirar a centralidade ao Parlamento, quando o Sr. Deputado traz diplomas a esta Casa e quer retirar a centralidade ao Parlamento não permitindo os outros Deputados, como regimentalmente lhes compete, poderem fazer alterações e insurge-se contra as propostas de alteração dos outros Deputados! Essa é que é a realidade! Mas voltando aqui ao assunto e àquilo que disse a Deputada Alexandra Manes, que foi muito interessante, a Deputada Alexandra Manes, na última intervenção,

disse assim: “Não há nada nesta exceção que já não estivesse no diploma.” O que a Sra. Deputada Alexandra Manes disse na última intervenção foi: “Não há nada nesta exceção (do Decreto Regulamentar Regional) que já não estivesse no diploma.” Então, qual é que é o problema? Não estou a perceber o problema. Então, qual é que é o problema do Decreto Regulamentar Regional? Foi isso que a Sra. Deputada disse. Disse: “Não há nada nesta exceção (...)” E leu o que estava no Decreto Regulamentar Regional apresentado por este Governo. E depois disse que isso já estava no diploma.

Deputada Alexandra Manes (BE): As exceções já estavam feitas!

O Orador: Então, se já estava no diploma, qual é que é o problema com este DRR? Não estou a perceber.

E a realidade é tão só, única e exclusivamente esta, Sra. Deputada.

Deputada Alexandra Manes (BE): Ler e interpretar!

O Orador: Sra. Deputada, ainda tem tempo, pode-se inscrever, esteja à vontade. A realidade é esta, Sra. Deputada. A Sra. Deputada quer fazer passar o uso excecional, que é aquilo que está no Decreto Regulamentar Regional, como se fosse o uso preferencial. E a prova mais provada disso mesmo foi aquilo que a Sra. Deputada fez ontem na sua intervenção, quando faz a analogia com as urtigas, que é aquilo que é o mais baixo populismo, porque trouxe a esta Casa, num debate político sério, a desinformação e o alarmismo, porque dizer que se vai usar glifosato num molhe de urtigas é deplorável da sua parte. É muito triste que no debate político a senhora venha trazer desinformação e do mais baixo populismo.

Deputada Alexandra Manes (BE): Por quem Deus manda o recado!

O Orador: Aliás, aquilo que nesta Casa o Bloco de Esquerda tem feito muitas vezes para com outros Deputados e outros Grupos Parlamentares foi exatamente aquilo que a senhora fez e foi exatamente aquilo que a senhora nos trouxe ontem. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como disse ontem e volto a repetir, isto não tem a ver com o tema em questão, quem é contra ou quem é a favor do glifosato, porque a partir de 15 de dezembro de 2022 deixa de ser um problema, porque o Governo vai respeitar mais a Comissão Europeia do que vai respeitar esta Assembleia Regional. É completamente diferente.

Sr. Deputado Rui Martins, se você não sabe o que é vernáculo, eu também não vou usar nenhum tom professoral para lhe dizer o que é. É o vernáculo. É o vernáculo usado por qualquer pessoa e quer dizer o que quer dizer.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não apoiado!

O Orador: Agora, usando o meu vernáculo relativamente a isso, você consegue ser mais demagogo que o Sr. Secretário Regional, usando exemplos em que nós não conseguimos sequer fazer uma comparação.

E você faz inúmeras comparações quando, à partida, você devia ser objetivo e intelectualmente honesto e falar daquilo que nós estamos a falar. O que é que estamos a falar? Do Decreto Regulamentar Regional. Houve uma exceção da parte do Governo, que deveria ser feita nesta Assembleia Regional. É a minha opinião.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Centralidade parlamentar!

O Orador: Eu também pedi interpretação jurídica relativamente a esse assunto. E cada um tem a sua razão, pelos vistos. Para mim, como Deputado, eu acho que

é para tirar a centralidade completa da Assembleia Regional.

Você, depois, dá-me um outro exemplo, um exemplo que eu dei em voz-off ao seu Grupo Parlamentar do CDS e ao Sr. Deputado, que eu não tenho qualquer problema em dizer aquilo que eu disse, porque, para mim, as alterações devem ser feitas na Comissão e não a correr, como foi ontem, da parte do PSD, em que tivemos de pedir um intervalo de meia hora para conseguir verificar tudo.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Leia o Regimento, Sr. Deputado!

O Orador: E eu não concordo com essa prática, peço imensa desculpa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Deputado, temos que alterar o Regimento, mas isso é outro problema.

O Orador: Sr. Deputado Bruto da Costa, eu não concordo, mas tenho que aceitar. São coisas completamente diferentes. Por isso é que teve que se pedir meia hora, porque era um DLR quase novo e nós temos que ver ponto a ponto e não podemos estar a brincar, obviamente, com leis. Mas isto é só a minha opinião, é só a minha interpretação. O jogo é esse e eu tenho que ir pelo jogo. É completamente diferente.

Agora, não vou usar é um exemplo baixo, como o Sr. Deputado Rui Martins o fez, para dar alguma desculpa, ou não, para tirar a credibilidade de um Deputado relativamente a um tema específico, objetivo, direto, que é o que nós estamos a falar, o DRR que não devia ser feito. Não é a minha opinião sobre glifosato, porque para o ano já não estamos a falar, temos que cumprir, a partir de 15 de dezembro de 2022, com a União Europeia. Todos os partidos que estão dentro da União Europeia têm que cumprir, sem exceção.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Parecendo não haver...

Sr. Deputado José Gabriel Eduardo, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Eduardo (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só porque, eventualmente, o Sr. Secretário, hoje, fez uma alusão às minhas capacidades ginásticas de fazer cambalhotas, inscrevi-me para esclarecer que, certamente, o Sr. Secretário ou não ouviu bem a minha intervenção de ontem ou não a interpretou com a devida assertividade. Ontem, na intervenção que fiz, referi-me ao DLR, tal como ainda hoje voltou a ser referido pelo Bloco de Esquerda, de que o âmbito de aplicação do DLR consubstancia-se aos espaços públicos. Até aí, a regulamentação que, eventualmente, fosse criada e que era inscrita no artigo 6.º daquele DLR, ou seja, a regulamentação em relação ao uso naqueles espaços públicos e que já foi, hoje, também, referida sobre a alínea a) e a alínea b), até aí nada, eventualmente, temos a opor. Aquilo que eu, ontem, me referi foi que as exceções sem critério e sem latitude poderão ser perigosas e poderão pôr em causa o efeito pretendido. Estou a ler a minha intervenção, Sr. Secretário.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Tal e qual!

O Orador: As exceções que sejam criadas sem critério e sem latitude podem pôr em causa o efeito pretendido pelo Decreto Legislativo, por esta Assembleia, em 2020. Sr. Secretário, foi isso que eu, eventualmente, hoje... Se não interpretou desta forma, estou novamente a querer esclarecer.

Há uma coisa que eu tenho tentado trazer a esta Casa: factos e a minha coerência com aquilo que digo e com aquilo que faço.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem. É verdade, sim, senhor! Muito bem!

O Orador: A outra questão é que veio a dizer que o DRR estava preparado. Tal como o senhor alegou que o Governo entrou em funções em novembro de 2020, este Deputado que aqui está também entrou em funções nesta altura. E a opinião que tenho hoje perante o DRR que o senhor apresentou seria a mesma que teria perante um DRR trazido por outro qualquer Governo, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Era, era!

O Orador: ... em relação às exceções.

Srs. Deputados, penso que o Sr. Secretário, então Deputado, aquando da discussão, vou passar a ler, ...

Deputada Ana Luís (PS): É bom recordar!

O Orador: ... porque acho que tenho tempo, o Diário das Sessões do dia 10 de setembro, as páginas 149 e 150, onde o Sr. Deputado Alonso Miguel dizia: “Depois, para terminar e reforçar aquilo que disse na primeira intervenção, a questão que está aqui está na abrangência da interdição e da proibição e agora o que estamos a falar é na aplicação em espaços públicos e, de facto, existem alternativas para a aplicação em espaços públicos. Pode ser um começo para uma mudança e nós não negamos que possa de futuro vir a haver suficiente evidência científica de que o glifosato ou os compostos com glifosato podem ser um agente cancerígeno.

Não existe neste momento, mas também reconhecendo que o âmbito e a abrangência do objeto desta iniciativa são na aplicação em espaços públicos, poderá optar-se por aplicar o princípio da precaução, e, aliás, muitos municípios e muitas juntas de freguesia na nossa Região e no nosso País já o fazem.”

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário, aquilo que disse foi isso que eu disse.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):

Mantenho tudo!

O Orador: Mantém tudo o que disse. Então, aquilo que eu disse ontem e que o senhor chamou de cambalhota, que eu poderia dizer aqui que foi uma cambalhotazinha, aquilo que disse sobre a minha cambalhota em nada disse que estava ao contrário, apenas disse que as exceções sem critério e sem latitude podem pôr em causa o diploma aprovado em 2020.

E também disse que a forma como foi trazido, em DRR, e como foram inscritas essas alterações e essas exceções é que não eram bem vistas por parte desta Assembleia. Foi isso que eu disse e é isso que vou reiterar até que acabe esta

discussão sobre o glifosato.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo. Faça favor.

(*) Deputado Bruno Belo (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu, em primeiro lugar, quero lembrar que, em setembro de 2020, o Membro do Governo que discutiu essa matéria foi o então Sr. Secretário Regional Berto Messias, mais uma das suas valências, que ao longo da legislatura demonstrou em diversas áreas.

Deputado Berto Messias (PS): Obrigado, Sr. Deputado! Estou aqui em pulgas!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Especialista em generalidades!

O Orador: Mas, Sr. Deputado José Eduardo, em primeiro lugar, quero-lhe dizer que 24 horas bastaram para mudar o seu discurso. Ontem, o problema não era o conteúdo, era a forma.

Deputada Ana Luís (PS): Ele vai ter que ler outra vez a intervenção?

O Orador: Eventualmente, aquilo que estava a ser feito era uma usurpação. Hoje, não. Hoje, é o conteúdo e já não concorda com as exceções.

Deputada Joana Pombo (PS): Quer reescrever o que foi dito!

O Orador: Ó Sr. Deputado, o senhor se concorda que as exceções aconteçam, vai ter oportunidade de, nesta semana do Parlamento, ter uma outra iniciativa, que já deu entrada e que pode o Partido Socialista alterar a sua posição e mostrar se concorda ou não concorda com as restrições ou com as exceções.

Ó Sr. Deputado, sabe muito bem, e aquilo que o Sr. Secretário acabou de dizer há

pedaço, sabe muito bem que esse Decreto Regulamentar já estava, na sua globalidade, elaborado, naturalmente. Agora, é preciso é assumir, naquela altura e com aquele Decreto Regulamentar elaborado, quem é que o elaborou. E agora não pode criticar só porque outro Governo é que o implementou.

Deputada Joana Pombo (PS): Ó senhor, isso não está em causa!

O Orador: É só isso, Sr. Deputado. É uma questão de coerência.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas. Faça favor.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não pretendo alongar muito esta discussão, mas, Sr. Deputado José Eduardo, o senhor acabou por entrar no campo do contorcionismo, já não é ginástica, o senhor já se contorceu.

O senhor, ontem, disse que o DRR tinha preceitos contrários ao DLR. Ora, se este DRR já estava praticamente concluído quando o Governo toma posse, ...

Deputada Ana Luís (PS): Não é isto que está aqui em causa!

O Orador: ... e era o DRR que o Partido Socialista se preparava para aprovar e regulamentar, então, mas qual é que é a sua dúvida? Agora já é contra?! Quando digo cambalhota, é porque numa altura seria de uma forma e noutra altura é de outra forma!

Deputado José Eduardo (PS): Não, senhor!

O Orador: Com certeza que sim!

E em relação à minha intervenção nesse debate, mantenho, naturalmente, a posição que tive naquela altura em toda a sua extensão.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faz favor, tem a palavra.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para participar no debate, porque me parece importante esclarecer alguns aspetos que foram aqui referidos e que relevam, pelo menos, na nossa opinião, para a compreensão do trajeto que a Região tem feito nesta matéria. O seu a seu dono. Julgo que a primeira vez que este assunto foi trazido aqui a esta Assembleia foi pela mão da Sra. Deputada Zuraida Soares, do Bloco de Esquerda.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não. Aníbal Pires, do PCP!

O Orador: Bom, eu recordo-me desta intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares sobre esse assunto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): No âmbito de uma proposta do PCP!

O Orador: E, nessa altura, a proposta foi rejeitada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: Chegamos àquele que é o Decreto Legislativo Regional aprovado há dois anos, portanto, em 2020.

E sobre a matéria que está aqui em discussão, eu, da minha parte, distingo dois aspetos: um aspeto formal e um aspeto de substância. E, aliás, por caminhos diferentes, julgo que é isso que a iniciativa apresentada pelo Iniciativa Liberal

também faz, em relação a esse assunto.

Primeiro, a questão de forma: o Decreto Regulamentar Regional vai em sentido contrário àquilo que estabelece o Decreto Legislativo Regional. E isso é claro! Basta ler o Decreto Legislativo Regional e ver o teor do Decreto Regulamentar Regional.

Relativamente à questão de um regulamento que estaria em preparação, Sr. Secretário, se isso ainda não lhe aconteceu, acredite que lhe vai acontecer várias vezes ao longo da sua função como Secretário Regional, que é receber dos serviços propostas que o senhor manda para trás.

Deputado Joaquim Machado (PSD): A culpa é sempre dos serviços!

O Orador: Este regulamento não foi a Conselho do Governo Regional anterior. Este regulamento, que eu me recorde, não foi sequer enviado para agendamento num Conselho do Governo anterior. E, se tivesse sido enviado para agendamento, teria sido enviado para trás, porque viola o Decreto Legislativo Regional.

Essa é a questão de forma.

Deputado Joaquim Machado (PSD): A culpa é dos serviços!

O Orador: E, portanto, a ideia de dizer que o PS no Governo se preparava para fazer uma coisa a que agora diz que não, julgo que há uma forma de tirar esse tira-teimas, que é, exatamente, – e aí chego à questão de substância –, qualquer partido nesta Casa é inteiramente livre de entender que a proibição que está estabelecida no Decreto Legislativo Regional é excessiva. Isso é um direito que assiste a cada um. E isso, do ponto de vista democrático, digamos assim, não é censurável. Pode ser censurável do ponto de vista da opinião política, da posição política, e acho que é, mas esse é outro patamar da discussão.

Agora, do ponto de vista formal, aquilo que o Decreto Regulamentar Regional fez não devia ter feito, porque se o Governo Regional, legitimamente, entende que a proibição é excessiva, o que deveria ter feito é aquilo que o Iniciativa Liberal faz: trazia um Decreto Legislativo a esta Casa e dizia: aquilo que os senhores, em

setembro do ano passado, se juntaram todos para aprovar, nós entendemos que isso é excessivo, ou recebemos a informação de que têm existido problemas em relação à aplicação deste diploma e, portanto, entendemos que deve ser alterado. O que era uma posição, do ponto de vista de procedimento, inteiramente legítima. Politicamente, quanto ao nosso posicionamento em relação ao assunto, poderia, ou não, obviamente, ter a concordância.

Agora, a questão formal evolui para outros aspetos, o primeiro dos quais é, exatamente: quem coloca a centralidade do Parlamento em cima da mesa tem essas atitudes? Eu acho que não foi uma boa atitude e não devia ter sido feito dessa forma. É a minha opinião como Deputado desta Casa. Esse é um dos aspetos.

A questão de fundo que aqui está em discussão é saber se devem ou não devem existir exceções à proibição de utilização de glifosato em espaços públicos. Não tem a ver com agricultura. Até, inevitavelmente, acho eu, vamos chegar aí, mas não é isso que o Decreto Legislativo fez.

Quem entende que não devem existir exceções, tem uma proposta sobre a qual se pronuncia. Quem entende que, ao contrário do que foi aprovado em 2020, devem existir exceções, também tem essa oportunidade nesse voto.

Agora, há algo que não se deve, julgo eu, na minha opinião, confundir. Primeiro, confundir é dizer que não, que o Decreto Regulamentar Regional faz exatamente aquilo que o Decreto Legislativo determina. Eu peço imensa desculpa, isso não é verdade. E, portanto, viola uma proibição que foi estabelecida em termos absolutos.

Sr. Deputado Rui Martins, não tem “mas”. Não tem, desculpe. O senhor não está a ler bem o artigo do diploma. Não tem “mas”. Eu acho que dessa parte ainda percebo um bocadinho. Não tem “mas”! Tem uma proibição em termos taxativos, que cada um dos partidos aqui dentro pode entender que foi excessiva, que não foi excessiva, que não devia ter sido feito daquela forma. Esse é um assunto.

Outro assunto é saber, e esse aí releva do ponto de vista político, se esta Assembleia, estabelecendo uma proibição nos termos em que o fez, o Governo Regional, por Decreto Regulamentar, pode vir dizer: bom, esta proibição tem exceções. A nossa convicção mais profunda é que não pode e não deve fazer isso, em termos formais e em termos políticos, desde logo a partir daquilo que o próprio Governo tem apregoado da centralidade do Parlamento.

Temos, hoje, esta proposta. Teremos, ainda esta semana, julgo eu, a proposta do Iniciativa Liberal. E em relação a cada uma delas, teremos a oportunidade de nos pronunciar.

Um último aspeto que me parece que, também, politicamente, é relevante: este é mais um exemplo de um percurso de retrocesso que a Região está a fazer em diversas matérias. Porquê? Há vários exemplos e, sobretudo, nesta área ambiental. Há vários retrocessos que estão a acontecer, não só face àquilo que era uma prática anterior, vamos esquecer essa, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tenho uma palavra para si: incineradora!

O Orador: ... mas, em relação àquela que é a tendência por toda a Europa, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Incineradora, uma palavra para si!

O Orador: ... os Açores, desse ponto de vista, estão a seguir um caminho que diverge daquelas que são as soluções que, por toda a Europa, estão a ser aplicadas. Era isso que gostaria de partilhar com a Câmara.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu aprecio-lhe o esforço de nos tentar convencer de que esse problema que agora se coloca é um problema que tem a sua origem única e simplesmente naquilo que o Governo fez.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não, não é! Não é!

O Orador: Em primeiro lugar, eu devo-lhe dizer, e vamos olhar para esta circunstância com a clareza que ela deve ter: em 2019, o Bloco de Esquerda apresenta uma iniciativa, e o Partido Socialista, naturalmente, enquanto Governo desta Região, não querendo ser ultrapassado, aprova a iniciativa. E porque estávamos também próximo de eleições, não era politicamente bom tomar uma decisão contrária àquela que era a iniciativa do Bloco de Esquerda. Naturalmente, o Partido Socialista tinha consciência de que eram necessárias exceções, porque não havia alternativas viáveis do ponto de vista da eficácia do trabalho que se pretendia, mas também do ponto de vista financeiro.

Deputado António Lima (BE): Não é isso que está em causa!

O Orador: Isto é natural, Sr. Deputado.

E é aqui que o Partido Socialista, naturalmente, também, elabora um Decreto Regulamentar que continha as suas exceções, que nada de mal tem nisso. Basta só assumir que, naquela altura, perante determinadas circunstâncias, eram necessárias. É só isso, Sr. Deputado. Não é mais do que isso.

Relativamente ao retrocesso que o Sr. Deputado refere que esta Região está a fazer relativamente a matérias ambientais, Sr. Deputado, é nesta Câmara que se apresentam iniciativas legislativas. E o Partido Socialista pode fazê-lo, ...

Deputada Joana Pombo (PS): E o Governo também!

O Orador: ... no sentido de, na sua ótica, evitar esse retrocesso. É só isso, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sras. e Srs. Deputados, ficamos, hoje, a conhecer a profunda convicção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Confesso que não sei se esta proposta de DRR foi agendada para o Conselho de Governo quando o senhor era Presidente do Governo. Confesso, não sei dizer. Sei que, a 15 dias do final do prazo concedido para a regulamentação, era esta a posição do Partido Socialista em relação a esta matéria.

Deputada Joana Pombo (PS): Não é verdade!

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

O Orador: Não sei se seria aprovado no Conselho de Governo. Essa parte não lhe consigo dizer. Mas quem tinha competência para preparar a proposta de Regulamento preparou neste sentido. Portanto, quer na forma, quer no conteúdo, era isto que o Partido Socialista ia fazer! Não era diferente!

Deputada Ana Luís (PS): O Governo não é um partido!

Deputada Joana Pombo (PS): É diferente do que é agora! Os funcionários são seus!

O Orador: Agora, não posso dizer, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que o senhor, enquanto Presidente do Governo, não pudesse barrar a aprovação deste DRR. Com certeza que poderia. Não sei. Não vou adivinhar. Não vou fazer um exercício

de adivinhação.

Sei que, a 15 dias, decorridos três quartos do prazo de regulamentação, era essa a posição que estava e era essa a proposta em cima da mesa. Essa parte eu sei-lhe dizer.

E em relação a retrocessos ambientais, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, como é que o senhor pode considerar um retrocesso ambiental quando nós estamos a falar de um regime excecional, exatamente por utilidade pública, para proteger, nomeadamente, património natural, endemismos raros, espécies classificadas? Explique-me! Explique-me porque é que o senhor pode dizer que entidades que toda a vida trabalharam em conservação da natureza, em restauro ecológico, em preservação da biodiversidade, estão erradas! Porque elas defendem um regime de exceção para a utilização do glifosato. Porque o glifosato tem capacidades que as outras alternativas não têm em determinadas situações. É exatamente por isso que essas entidades defendem um regime excecional.

E, portanto, quer na forma, quer no conteúdo, era isto que o Partido Socialista, e bem, repito, porque sempre disse, desde o início, no exercício das minhas funções, que tudo o que estava bem era para se manter, independentemente de vir e de provir do Governo anterior, porque houve coisas bem feitas, e eu sempre disse isto. E nós, quando herdamos, herdamos aquilo que está bem feito e aquilo que está mal feito. Quando está bem feito, não há que retirar o cunho autoral às propostas. Aliás, o partido ao qual eu pertença sempre defendeu isso. O cunho autoral é importante e não há que ser retirado.

E, portanto, esta proposta estava preparada. Nós chegamos, com pouco tempo, olhamos, estava bem feita, aprovamos. O Parlamento Regional endossou-nos essa responsabilidade. Nós procedemos em conformidade, com responsabilidade, com bom senso e dentro daquele que é o respeito total pelas competências próprias do Parlamento Regional dos Açores.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor.

(O Deputado Rui Martins prescindiu do uso da palavra)

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faça favor.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bruno Belo, o problema não tem origem naquilo que aquele Governo fez. Há dois problemas, na minha opinião, em análise nesta questão: primeiro, o problema de forma, e aí, sim, é um ato daquele Governo que aprovou o Decreto Regulamentar Regional, que viola o Decreto Legislativo Regional; e o problema de substância, que tem a ver com a avaliação que, hoje, pode ser feita, legitimamente, quanto ao mérito da proibição nos termos em que foi feita no Decreto Legislativo de 2020.

E, portanto, a única questão em que eu acho que aquele Governo falhou do ponto de vista formal, e que é um ato que não devia ter tomado porque viola o Decreto Legislativo, é a questão do Decreto Regulamentar Regional. É tão simples quanto isso.

Quanto à questão de substância, bom, cada um é livre. Uns entenderão: não faz sentido a proibição nesses termos. Outros entenderão: não, faz sentido, é por aí que nós temos que ir.

Sr. Secretário Regional, o senhor não pode dizer aquilo que disse. O senhor não

pode considerar que o trabalho técnico feito ao nível de uma Direção Regional é o trabalho do Partido Socialista.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*):

Não foi isso que eu disse!

Deputada Ana Luís (*PS*): Disse, disse!

O Orador: Disse, sim, senhor. Pode ter-se expressado mal. Se o fez, terá, certamente, a oportunidade de corrigir. Mas o senhor não tem nenhuma posição do Partido Socialista. A única posição que o senhor tem do Partido Socialista sobre a questão da utilização do glifosato é o voto a favor da proibição total da utilização de glifosato no espaço público.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*):

Não, senhor!

Deputada Ana Luís (*PS*): É, é!

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*):

Não, senhor! Já vamos ver!

O Orador: É essa a única posição que o senhor tem do Partido Socialista, mais recente, em relação a esta matéria.

E, portanto, não é correto, para não dizer outra coisa, dizer que o trabalho técnico que estava a ser feito é o trabalho do Partido Socialista, porque na Direção Regional que estava a trabalhar sobre isso há técnicos, creio eu, do Partido Socialista, do PSD, do CDS, do PPM e até alguns sem terem partido nenhum.

Deputado Bruno Belo (*PSD*): Do PSD há poucos!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Do PPM não há nenhum!

O Orador: Também pode haver algum.

E, portanto, o que lhe digo é tão simples quanto isso: do ponto de vista do posicionamento político, a nossa posição sobre este assunto é clara, nós achamos que o Governo Regional procedeu mal na aprovação do Decreto Regulamentar Regional, porque esse Decreto Regulamentar Regional viola o Decreto

Legislativo Regional que mereceu o voto a favor do Partido Socialista nesta Câmara.

E nós entendemos que a questão de substância, vamos votá-la, vamos decidir se a proibição deve vigorar ou não deve vigorar e em que termos é que deve vigorar, se assim se entender.

Para mim, a questão é simples, e é colocada nesses termos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu volto a dizer-lhe que nada de mal teria se assumisse que poderia até ser intenção do Partido Socialista em criar um instrumento legislativo que criasse exceções. E a prova de que poderia ser esta e seria esta a intenção do Partido Socialista, volto a referir aquela que foi a intervenção do então Sr. Secretário Berto Messias, que dizia o seguinte: “A verdade é que, quando nós discutimos esta matéria, temos de discutir sempre, e é indissociável daquilo que é aqui proposto, quais são as alternativas.” Dizia ainda: “Em boa verdade, estamos nós num esforço gradual de redução da utilização significativa deste tipo de compostos. Obviamente que há zonas que não devem ser consideradas como zonas de usufruto público. Refiro-me às zonas que tenham situações de descontrolo ou de grande dimensão de infestantes, que ainda justificam a utilização destes compostos.”

Deputada Joana Pombo (PS): Não é isso que está em causa!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, mais claro do que isto não é necessário. Portanto, era intenção do Partido Socialista, na altura, criar essas exceções. E, agora, o Partido Socialista é que está a dar a cambalhota a dizer que não. Mas era

isso e a prova está aqui, Sr. Deputado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputada Joana Pombo (PS): Ninguém está dando cambalhota!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional do Ambiente, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entroncando na intervenção que me antecedeu, do Sr. Deputado Bruno Belo, acrescentaria ainda àquilo que foi dito pelo, à altura, Sr. Secretário Berto Messias, que, “havendo proibição total, o trabalho que estava a ser desenvolvido era na recolha de meios mecânicos para controlo de infestantes, continuar a testar novas soluções alternativas e complementares, nomeadamente a utilização de alternativas sem glifosato e monda térmica com chama. E que era este o trabalho, depois daquilo que foi aprovado no orçamento, que estava a ser desenvolvido de forma a ser possível aplicar e implementar alternativas que sejam, de facto, eficazes.”

Deputada Joana Pombo (PS): Alternativas ao glifosato.

Deputado Berto Messias (PS): Alternativas ao glifosato.

O Orador: Sr. (agora Deputado) Berto Messias, não encontrei nada feito quando cheguei. Portanto, se estava a ser desenvolvido esse trabalho, pois, confesso que não encontrei absolutamente nada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Esse trabalho poderia ser uma boa intenção. Trabalho efetivo não encontrei nenhum.

Deputada Joana Pombo (PS): As alternativas estavam sendo feitas em cada ilha, Sr. Secretário! É só perguntar!

O Orador: E, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, quem faz as nomeações dos Diretores Regionais é o Governo Regional, que eu saiba. Os nossos Diretores Regionais foram nomeados pelo Governo Regional.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições. Vamos lá ver se é desta que passamos à votação. Vamos então votar este Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 43/XII – “Revogação do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 5/2021/A, de 26 de abril – Proibição de utilização de glifosato”.

Vamos votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 43/XII foi aprovado, na generalidade, com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1

do PAN; 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do Deputado independente.

Presidente: Vamos avançar para o debate e votação na especialidade. Pergunto se há inscrições. Não havendo...

O diploma tem dois artigos. Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto. Sras. e Srs. Deputados, pergunto à Câmara se posso votar os dois artigos do diploma em conjunto. Não havendo oposição, é assim que vou proceder.

Estão à votação o 1.º e 2.º artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Vamos repetir a votação.

Nós votamos o diploma na generalidade. Ele foi aprovado. Estamos na especialidade. E vamos votar em conjunto os dois artigos do diploma. Portanto, estão à votação o 1.º e 2.º artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do Deputado independente.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 43/XII foi aprovado,

em votação final global, com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do Deputado independente.

Presidente: Sr. Deputado Bruno Belo, para uma declaração de voto, faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De forma muito rápida, a declaração de voto do PSD: o PSD vota contra esta iniciativa do Bloco de Esquerda porque entende que são necessárias exceções e que, neste momento, não estão criadas as condições do ponto de vista da eficácia do trabalho e da sustentabilidade financeira para uma proibição total.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima..

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com esta votação e com este resultado, este Parlamento reconhece que o Governo Regional ultrapassou aquelas que eram as suas competências ao contrariar uma lei desta Casa através de um regulamento.

É a reafirmação de que o que é aprovado neste Parlamento sob a forma de Decreto Legislativo Regional não pode ser contrariado por qualquer Governo, qualquer que seja a cor que tenha.

E esta é, apesar de tudo e apesar das propostas que surgirão, que serão ainda possivelmente debatidas nesta semana, que pretendem repor a situação pré-existente no que diz respeito ao ambiente, esta é, no entanto, uma vitória da democracia e da defesa da legalidade.

E é uma vitória que fica também registada, porque qualquer Governo, no futuro, este ou qualquer outro, qualquer que seja a cor, pensará duas vezes antes de

procurar por via de regulamentação contrariar a lei.

E é um sinal também de que este Parlamento está atento e não se deixa pressionar e não se deixa levar pelos excessos que muitas vezes os poderes, neste caso o poder Executivo, tendem a cometer. E este é um resultado de uma votação, por isso, importante, porque é o reconhecimento de que, de facto, este Governo errou e é um reconhecimento que vai para além dos partidos da oposição. Por isso, o Governo, julgo eu, tem também de refletir sobre a sua atuação e sobre o resultado dessa votação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rui Martins, faça favor, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

O Grupo Parlamentar do CDS, obviamente, votou contra este Projeto de Decreto Legislativo, do Bloco de Esquerda, porque consideramos que, analisando aquilo que foi o debate que levou, na altura, ainda com outro Governo, à aprovação do Decreto Legislativo Regional e que previa, efetivamente, essa regulamentação por parte do Governo, o nosso entendimento é que seguiu, o Governo, aquilo que era a tramitação normal e agiu dentro das suas competências.

No nosso entender, não há nenhuma exceção sem critério, como foi tentado fazer passar por alguns partidos da oposição e por algumas intervenções, em que havia uma exceção sem critério. Não é esse o nosso entendimento. Logo, o nosso voto contra esta alteração, porque consideramos que o Governo não foi além das suas competências.

Por outro lado, voltando àquilo que disse, analisando todas as intervenções do debate anterior, fica claro que, mesmo quem estava na altura no Governo e que defendeu o diploma, também estava perfeitamente consciente e tinha a plena capacidade e conhecimento de que haveria, eventualmente, situações em que teria

que haver um uso excecional. E mesmo não dizendo diretamente no Decreto Legislativo Regional o “mas”, efetivamente, para o CDS, haver essa regulamentação consiste, exatamente, sobretudo por toda a argumentação que foi aduzida à altura dessa aprovação, e não vai contra o espírito da lei nem do legislador, porque, efetivamente, o espírito do legislador foi esse, foi remeter para o Governo a regulamentação daquilo que pudesse configurar uma exceção, porque, efetivamente, não podemos abdicar do arsenal terapêutico, por assim dizer, neste caso de combate a infestantes, pondo em risco aquilo que é a nossa maior riqueza natural. Por isso, daí, o nosso voto contra.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Votei contra este diploma apresentado pelo Bloco de Esquerda, porque entendo que é preciso, muitas vezes, pôr em prática determinados mecanismos que não se compadecem com os tempos de espera que eventualmente pudessem originar outra votação diferente daquela que eu entendo que seria a normal. E refiro-me ao seguinte, concretamente: embora tenhamos a consciência de que, nesta semana, será, provavelmente, votado e discutido mais um diploma sobre o mesmo tema, é certo, mas também não há nenhuma garantia de que esse diploma seja aprovado. E se assim acontecesse, poderíamos estar a cair aqui num vazio regulamentar que impedia, que, até que aparecesse outra iniciativa no mesmo sentido, não se poderia

pôr em prática qualquer mecanismo que fosse para além daquilo que estava aprovado no Decreto Legislativo Regional n.º 28/2020.

Isso, no fundo, na prática, seria que, aqui nesta Casa, estávamos a obstaculizar qualquer iniciativa do ponto de vista mecânico ou, neste caso, químico que pudesse controlar infestantes que existem na nossa Região em determinadas situações.

Portanto, eu acho que cabe ao poder político legislar, é certo, mas também não pode, este poder político, criar mecanismos que impeçam que a sociedade funcione, que sejam tomadas as devidas medidas para, nesse caso em concreto, o controlo de infestantes.

Portanto, percebendo que a outra iniciativa não há garantia nenhuma de que seja aprovada, mais valia que houvesse esta, embora, como já foi aqui discutido, se calhar, a regulamentação excedeu-se em termos daquilo que são as competências do Governo Regional, mas, no meu entender, mais valia que houvesse esta regulamentação do que, efetivamente, cairmos aqui na situação de não termos nenhuma regulamentação relativamente a esse assunto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto. Não havendo, damos por encerrado este ponto 2 da nossa Agenda e avançamos para o ponto 3: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 36/XII – “Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o regime jurídico de atividades sujeitas a licenciamento das câmaras municipais na Região Autónoma dos Açores”**. Esta é uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do PAN.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para a sua apresentação. Faz favor.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN tem uma posição reiteradamente combativa perante todas as práticas que recorrem à utilização de animais como meio de diversão ou entretenimento, e que, para esse proveito, atentem contra a integridade física dos animais, causando-lhes dor, sofrimento, *stress*, ou qualquer outra sintomatologia que resulte da sua indevida manipulação ou de uma comprovada instrumentalização.

A proteção, saúde e bem-estar dos animais é uma preocupação crescente da sociedade contemporânea, reveladora de uma maior consciencialização face à capacidade de sofrimento e sensibilidade dos animais. Contudo, ainda se operam, com a conivência legislativa.

A “ferra” a fogo em touros de lide é uma prática que se mantém nos Açores. Imbuída e escamoteada numa veste ritualizada, continua a ser um exercício inserido na atividade tauromáquica e, tal como o fim em si, não pressupõe nem pugna por qualquer zelo no campo do bem-estar animal.

Como toda e qualquer práxis que não merece unanimidade social, ela é questionada, ainda mais quando reiteradamente legislada de forma a apresentar-se fidedigna com uma roupagem normalizadora, somente aos olhos de quem a aceita e pratica.

A ferra mereceu já a respetiva censura popular pelo reconhecimento público dos malefícios causados nos animais, especificamente nos bovinos, de tenra idade, destinados à lide, sujeitos a esta realidade.

Vivemos, ainda, numa sociedade marcadamente antropocêntrica e utilitarista. O PAN rejeita esta visão que quer patentear os animais como meros instrumentos ou recursos naturais, perpetuando uma visão explicitamente indiferente à integridade física e à realidade do seu sofrimento. Tão ostensivamente indiferente quanto a ação do Senhor Secretário Regional da Agricultura e do Senhor Diretor Regional da Cultura, como atores principais de uma película que despertou na comunidade sentimentos de revolta em relação a esta prática.

A “ferra” é uma marcação a fogo, que implica o maneiço forçado do animal, a sua

incapacitação para qualquer movimento ou fuga de uma situação que lhe causa dor e stress pela aplicação de um ferro incandescente diretamente, ficando permanentemente inscrita na pele do animal.

Não bastasse a marcação dos animais, vulgo «ferra», poder ser realizada a fogo, veio S. Exa., Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, apregoar que a mesma também pode ser realizada a frio, a azoto líquido, como se de uma inovação se tratasse, e que isto se traduza na redução do impacto na dor e sofrimento causado ao animal aquando da sua marcação.

Tenhamos a honestidade intelectual de admitir que a «ferra», independentemente do elemento utilizado, seja a frio ou a quente, se traduz, em termos práticos, na queima do animal com o fim de o identificar.

E é isto que, por ora, pretendemos alterar. Pretendemos que a marcação/identificação dos bovinos de tenra idade seja feita com recurso à biotecnologia existente, ou seja, eletronicamente, através de *microchip* ou *transponder*.

A identificação eletrónica dos animais, neste caso concreto dos bovinos, com recurso à biotecnologia, é uma prática há muito recomendada pela União Europeia, em diversos normativos.

O Projeto Europeu «Identificação Eletrónica dos Animais» (IDEA) foi pioneiro na necessidade de aproveitamento e utilização desta tecnologia em matéria de bem-estar e proteção animal. Os progressos tecnológicos, com assento nas normas ISO, têm permitido a identificação eletrónica dos bovinos de forma fidedigna e segura.

A própria Direção Geral de Alimentação e Veterinária recomenda o uso da tecnologia na identificação dos bovinos. A Identificação Eletrónica de Bovinos (IDE) é uma identificação oficial. Esta forma de biotecnologia, que deve ser utilizada na identificação dos bovinos, tem como vantagens, segundo a própria DGAV, o melhoramento da gestão da produção e dos Livros Genealógicos,

agilização do registo e monitorização automática de dados dos animais, controlo da movimentação e localização dos animais, bem como a sua rastreabilidade.

Por isso, propomos, por um lado, a proibição da queima dos bovinos a fogo ou a azoto líquido, por outro, pretendemos que doravante a identificação dos bovinos destinados à lide passe a ser realizada através da implantação de chip.

Ao longo da história mundial recente, temos assistido ao fim gradual dessas práticas e é esse o caminho que desejamos trilhar na salvaguarda dos direitos básicos a que todos os animais têm direito nos Açores. O desígnio é ver acolhidas algumas das nossas medidas que visam esse epílogo.

Dar o passo em frente no progresso pela salvaguarda no bem-estar animal foi o que nos impeliu a apresentar a iniciativa que nos traz aqui, e que é também reclamada por uma grande parte da própria sociedade açoriana.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa e estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Luís Soares, faça favor, tem a palavra.

Deputado Luís Soares (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta apreciação tem por base uma vivência pessoal das tradições tauromáquicas, especialmente da ilha Terceira, mas também um parecer conjunto formulado por entidades como as Câmaras Municipais de Angra do Heroísmo, Praia da Vitória, Santa Cruz da Graciosa, Velas e Calheta de São Jorge, Associação de Criadores de Toiros da Tourada à Corda, a ProToiro, a Tertúlia Tauromáquica Terceirense e a Tertúlia Tauromáquica Praiense.

Este documento consegue, de uma forma clara e objetiva, traduzir a visão de quem lida na prática com os problemas decorrentes do manejo de uma ganadaria de bravo.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o regime jurídico de atividades sujeitas a licenciamento das Câmaras Municipais na Região Autónoma dos Açores, deve reger-se por princípios que estejam de acordo com as várias vertentes de uma temática que é uma tradição cultural, uma herança genética e um capital ambiental próprio dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Os açorianos orgulham-se da sua diversidade cultural, sendo que cada ilha tem contributos enriquecedores do todo arquipelágico, assumindo as diferenças como naturais e complementares.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: O toiro bravo é uma herança do passado que o homem moldou e preservou como símbolo no presente, sem subverter as suas características naturais.

A defesa cultural da Tauromaquia é inerente às razões ecológica, científica e ética de perpetuação daquela arte.

Essa atividade cultural deu sentido e justificou a preservação do toiro bravo, o animal selvagem com maior área de habitat natural preservada em toda a Europa, permitindo a sua existência e assegurando mesmo a sobrevivência de outras espécies animais e vegetais, como refere um estudo do Prof. Dr. Eduardo Dias, da Universidade dos Açores, para quem a existência do toiro bravo garantiu, na ilha Terceira, a preservação da maior área de floresta endémica dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Passa também a desmistificação dos conceitos através do rigor, pois têm-se confundido termos como sentimento e dor, associados à humanização cientificamente injustificada do comportamento animal.

Passam ainda os direitos e os deveres, pois juridicamente é impossível falar-se de direitos dos animais, porquanto tal pressuporia deveres. Devemos falar de deveres

dos homens para com os animais resultantes dos laços que com eles estabelecem e que, como diz o filósofo Francis Wolff, no seu livro “Filosofia das Corridas de Toiros”, são diferentes de espécie para espécie, ou seja, o grau de afetividade que estabelecemos com os nossos animais de companhia, o cão ou o gato, é o oposto do que desenvolvemos por exemplo em relação às pulgas que os infestam, sendo todos animais e sendo todos domésticos.

Assim, a relação tida com o toiro, fruto da sua natureza, é a do combate, que se pauta pela ética dos valores, e que incluem o respeito pela natureza inata de um animal territorial predisposto à luta. Desta forma, o bem-estar animal resulta, não da determinação humanizada do conceito, mas do respeito pelas condições inatas de cada espécie e do seu comportamento natural.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: O toiro bravo é a razão e a essência da tauromaquia. Sem uso, o toiro bravo pode, efetivamente, desaparecer. E, com ele, um meio ambiente naturalmente preservado, uma cultura secular rica em valores éticos e estéticos e uma atividade económica que sustenta a manutenção de uma vivência rural plena de conhecimentos ancestrais e tradições.

Não se pode comparar o comportamento de um animal de raça brava com o comportamento de um bovino de produção de leite ou de carne.

Nervoso e agressivo, é a melhor maneira de definir o temperamento do animal de raça brava. São animais criados em sistemas extensivos, com encabeçamentos médios por hectare muito baixos, isolados no interior das ilhas, também conhecido por “mato”, que vivem em manadas, mantêm tendências (querença) que desenvolvem ao longo do tempo. A sua agressividade aumenta quando está isolado da manada.

Só é possível identificar os animais jovens no campo, antes de serem ferrados, através dos números marcados no costado das mães, uma vez que estes seguem as suas mães para se alimentarem. Essa identificação fica dificultada quando os

animais jovens deixam de acompanhar as suas mães, pelo que se torna necessário, para o bom maneio da exploração, que sejam identificados com marcação na pele. Os ganadeiros procedem à ferra dos animais pela necessidade da sua marcação definitiva com o ferro próprio e número sequencial da ganadaria e registo genealógico, por aquela ser a única forma de os identificar à distância, dado ao comportamento da referida raça.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A utilização de um transponder/chip como método de identificação destes animais é apenas e tão só uma ideia utópica, que revela desconhecimento completo da vivência dos animais destas raças no campo. O processo de leitura via transponder de um determinado animal implicaria “fechar” toda a manada para fazer a leitura do transponder.

Além disso, a identificação eletrônica não substitui a marcação permanente do animal, pois há muitos casos de migração do microchip do local de colocação, podendo mesmo tornar-se inativo. É necessária a continuidade da marcação dos animais no costado, tal como é referido nos Livros Genealógicos da raça, bem como nos Regulamentos Europeus que estabelecem disposições especiais para a identificação de bovinos de raças criadas especificamente para eventos culturais e desportivos tradicionais.

Os Açores, e em particular a ilha Terceira, possuem uma cultura tauromáquica muito vincada, em que as suas gentes aprenderam geracionalmente a apreciar o toiro em todas as suas valências. Esse gosto pelo toiro existe desde a sua criação até ao seu desempenho nas corridas de toiros, na tourada à corda, ou mesmo analisando o seu comportamento para selecionar os animais, tendo em vista as várias manifestações de cariz popular. Daí que os ganadeiros permitam a presença de pessoas nas ferras, que são mais um momento que a população aficionada aproveita para apreciar o toiro e para conviver.

Convém sempre sublinhar que os festejos taurinos contribuem para a melhoria

das relações socioculturais de quem vive em ilhas, pois desenvolvem a arte de bem receber e a vontade de interagir, assim como tornam o povo festeiro e alegre. Para além da sua grande importância económica.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: A ferra é uma atividade regular das ganadarias (em Portugal, Espanha, França, México, Equador, Colômbia, Peru e Venezuela, bem como nos Estados Unidos e no Canadá onde existem mesmo ganadarias de emigrantes açorianos). Essa aplicação permite, numa simples, rápida e distante observação, a identificação do animal, da sua propriedade e da inscrição no livro genológico apropriado e legalmente definido e ano de nascimento.

Essa marcação a fogo ou azoto é permitida a nível comunitário.

A identificação no gado bravo é indispensável para controlo da manada, como para perceber se algum animal saiu da propriedade ou até foi responsável por algum acidente. E ainda para a contratação e salvaguarda dos requisitos dos animais nos festejos.

Na tourada à corda, os toiros são contratados pelas comissões de festa pelo número de costado, e esta identificação possibilita que toda a população comprove, no decorrer do espetáculo, que o animal foi contratado e está presente no festejo.

O subscritor recomenda, como solução, a aplicação subcutânea de microchip, não atendendo a que a imobilização do animal para a colocação do microchip é maior e mais prolongada, uma contradição, além de que a leitura da informação contida no microchip só é possível a cerca de 30 centímetros, o que se afigura impossível em animais em estado natural, e que se pretende mantenham o mínimo contacto com humanos de forma a potenciar a sua criação em harmonia com a natureza.

Lembramos ainda que a maioria das ganadarias de bravo se localiza em zonas interiores das ilhas, sem rede elétrica ou de telecomunicações, tornando inviável o uso de aparelhos eletrónicos.

Deste modo, a ferra assegura as marcações cutâneas necessárias à identificação

legal dos animais, através de um processo rápido e único na vida dos mesmos, preservando o bem-estar animal sem implicar posteriores sujeições e manipulações de leitura, nem equipamento cujo uso é pouco adequado aos ambientes naturais, mas também a identificação rápida e à distância da informação contida, essencial tanto para o manejo da manada, como para o controlo dos diversos espetáculos de rua, ou em recintos fechados.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Soares, vou começar pelo fim, neste caso pela mentira que você disse. Você está a dar um determinado microchip, que é uma tecnologia de 96. As coisas mudaram. Exatamente como o seu pensamento, que é um pensamento obsoleto relativamente aos animais, mas isso são, obviamente, posições diferentes, você também tem um pensamento obsoleto sobre a tecnologia.

E se você verificar (é muito fácil, toda a gente tem Google, toda a gente tem internet) várias empresas, que já se usa mesmo em touros mais agitados, não estamos a falar dos bois, estamos a falar do touro bravo, que se pode usar e usa-se o Bluetooth, pode-se usar o GPS, até mesmo direção a laser. Não se precisa de retirar da manada.

Se pensar, à partida, que o Deputado do PAN não entende nada e tentar-se pelo menos descredibilizar porque nós não entendemos nada, isso é completamente

errado. Tente ir pela sua posição. Ok. Pela quantidade de palmas que você recebeu. Aí, tudo bem, pode ganhar, sem dúvida. Agora, não pela ignorância do PAN.

Sobre a parte cultural, você falou sobre o regulamento europeu e sobre a sua exceção, que diz, também, se o animal, à partida, não é para alimentação humana, pode muito bem ser inserido o microchip. Aliás, eu posso usar exatamente o mesmo argumento do mesmo regulamento europeu para dizer exatamente a mesma coisa. Para fins culturais, como os senhores dizem que é o touro bravo, pode-se usar, obviamente, outro tipo de marcação.

Você também fala sobre a humanização. Nós não estamos a falar... Primeiro, cientificamente, nós não conseguimos nunca provar, não é mensurável, a quantidade de dor de um animal. A não ser que eles já falaram consigo. Comigo ainda não e eu sou do PAN. Nem eu posso sequer definir a quantidade de dor, nem você consegue definir a quantidade de ser indolor. Nós não podemos, não conseguimos.

A sua forma de argumentar é que diz: nós estamos a humanizar. Não, não, o Sr. Deputado é que quer humanizar, porque, à partida, você tem uma ação humana relativamente ao animal. Eu quero que o animal continue a ser o touro de lide, sem marcação, ou então uma marcação que não precisa de ser à ferra ou a azoto. Você, no seu argumento... o Sr. Deputado, peço desculpa, no seu argumento, falou sobre... aliás, mais de 60% foi sobre o touro bravo e sobre a extinção do touro bravo. Sr. Deputado, não precisa de ter medo. Aqui, eu só estou a falar da ferra. Não estou a falar da extinção do touro bravo, nem de querer retirar a tauromaquia.

Deputado Luís Soares (PSD): Por enquanto!

O Orador: Aliás, isso é um posicionamento completamente diferente. Aqui, é simplesmente retirar, pelo menos, aquilo que nós sabemos que é anacrónico e é uma reatualização daquilo que se faz ao touro bravo.

E não me venham dizer que é técnico. É um ritual, é cultural. Pelo menos

admitam! Têm que admitir! Se conseguirem admitir isso, nós, obviamente, conseguimos registar e saber, à partida, qual é o animal com outras ferramentas. Isto é um ritual. Tanto é um ritual, que o Sr. Secretário Regional da Agricultura e o Sr. Diretor Regional da Cultura foram a esse ritual como fosse uma festa. Ok, eu compreendo. Não concordo, mas compreendo.

Deputada Alexandra Manes (BE): Em pandemia!

O Orador: Não posso é dizer que é algo técnico. Não se pode dizer que é algo técnico. É ritual. Têm é que admitir. E aí muda completamente o argumento. Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O bovino, sendo dotado de sistema nervoso central, o mesmo que nos permite experienciar as sensações como o quente, o frio e também a dor, entre outras (aliás, que já são explicadas em manuais do 1.º ciclo do ensino básico) sente a dor da marcação, seja ela feita com ferros em brasa, seja ela feita com azoto.

Por seu lado, as infeções desencadeadas pelo ato da marcação com os ferros em brasa, que provoca um grau de dor elevado por não ser utilizado qualquer tipo de anestesia ou analgésico.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): A anestesia ou analgésico é que vai prevenir a infeção? Essa é boa!

A Oradora: A extensão e profundidade das queimaduras provoca feridas que acabam muitas vezes por infetar, pois também não é administrada medicação que vise prevenir futuras infeções.

Todo este processo é feito num ambiente festivo, onde gerações mais avançadas tentam incutir nas gerações mais novas a necessidade de um animal ser sujeito a todo este processo.

O futuro desta prática de marcar animais por via destes processos, seja de ferro em brasa, seja pelo azoto, será, certamente, em registos audiovisuais.

Queremos acreditar que o futuro próximo dite o fim desta prática, mas para que o futuro aconteça é, muitas vezes, necessário que seja identificada a necessidade. E é o que temos com esta iniciativa, que, mesmo podendo reconhecer alguma dificuldade na execução, não deixa de traçar um caminho para isto.

Sr. Deputado Luís Soares, quando eu ouvi a sua intervenção, pensei que, de repente, estávamos aqui a debater o fim da tauromaquia e ninguém me tinha avisado. Uma coisa impensável.

Deputado Rui Espínola (PSD): É só o princípio!

A Oradora: Mas depois percebi que foi colocando a sua tónica naquilo que é realmente o essencial aqui.

Aqui, ninguém está a querer acabar com a tauromaquia. Aqui, a proposta do PAN é muito objetiva: é acabar com um processo de dor a um animal, sem que isso seja necessário, ponto. É isso. Não há necessidade de submeter um animal ao stress de ser marcado com ferros, sejam eles em brasa, seja azoto. Não há necessidade disso.

E o mundo quando evolui é para isso mesmo, é para vermos aquilo que está mal e que já não há necessidade. É só isso.

Depois, também estranhei o tom entusiástico com que o Sr. Deputado Luís Soares se referiu ao parecer da ProToiro. E vou-lhe explicar porquê: ...

Deputado Pedro Neves (PAN): Esqueci-me dessa!

A Oradora: ... porque o Sr. Deputado Luís Soares, pertencendo ao PSD, um partido que defende a liberdade, a democracia, é no próprio parecer da ProToiro, no seu segundo parágrafo, que esta ProToiro, que esta mesma associação pretende limitar ou condicionar a liberdade do Sr. Deputado Pedro Neves apresentar uma proposta. Porquê? Porque tem poucos eleitores. Se o senhor usa um parecer de uma associação que quer limitar e condicionar um trabalho num Parlamento

porque o Sr. Deputado Pedro Neves teve poucos ou muitos votos, já por aí diz tudo em relação à associação que faz este parecer.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Ele nem sequer fez referência a isso!

A Oradora: Não fez? Leia! Está aqui. Vou passar a citar: “Estranhámos que a iniciativa de um partido com tão pouca expressão eleitoral, menor do que os sócios de coletividades que subscrevem este documento, acolha a atenção por parte de quem representa a maioria da população e que manifestamente não se revê nesta forma de ver o mundo.”

Ou seja, para a associação a quem pediram um parecer e a quem respondeu não havia qualquer liberdade aqui pelo número de votos. Só quem tinha mais votos é que apresentava iniciativas legislativas. E está tudo dito a respeito de quem vos dá esse parecer.

Segundo, esta Associação ProToiro também diz que subscrevem as Câmaras todas que têm essas práticas. Mentira, porque houve, inclusive, a Câmara de Santa Cruz da Graciosa que fez chegar um parecer próprio. Portanto, há aqui duas coisas. E neste parecer que faz chegar nada tem a opor ao Projeto de Decreto Legislativo Regional! E aí define aquelas que são as condicionantes que vê. Mas diz: não tem nada a opor. Portanto, quando a ProToiro diz que é subscrito por todas as Câmaras que têm esse licenciamento, em que há uma Câmara que sente a necessidade de enviar um parecer próprio a dizer que nada tem a opor, está tudo dito.

Relativamente à ferra em si e porque estamos exatamente a debater isto, quando se tenta fazer passar a ideia de que não há dor e que o touro é um animal grande e que aquilo e aquele outro, aquelas coisas do costume, pronto, aquela cartilha que já está mais do que vista, eu só gostava de mostrar aqui algumas imagens, algumas já bem conhecidas desta Câmara.

(Foram exibidas imagens à Câmara pela oradora)

Temos aqui uma figura regional bem conhecida, em que está a ferrar, exatamente, um animal e que está a sair fumo. Eu não sei se aquele fumo são pauzinhos de incenso. A mim parece-me que sejam resultado da marcação que está a ser feita. E a mim custa-me a crer que não haja pessoa nenhuma nesta Câmara que não reconheça que este ato causa dor.

Também temos aqui o Sr. Secretário da Agricultura, que está muito preocupado com o futuro do bem-estar animal, mas que não se coibiu em nada, em plena pandemia e sem uso da máscara, quando nós todos estávamos condicionados nas nossas liberdades, de ir também ferrar um animal!

Quando se fala de stress... falam todos de stress e o stress de apartar o animal para poder colocar o chip e não sei quê, esquecem-se de todos os processos que são necessários, seja para apanhar o animal e para colocá-lo pronto a ser marcado.

(Foram exibidas imagens à Câmara pela oradora)

E mais uma vez aqui uma sessão de pauzinhos de incenso.

Sras. e Srs. Deputados, querer dizer que esta proposta não é válida ou que não existe necessidade de se tratar isto de uma forma séria e avançarmos finalmente naquele que é o caminho para o bem-estar animal, é triste nesta Casa.

Obrigada.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Se tivéssemos todos a mesma opinião, isso é que era triste!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Soares.

(*) Deputado Luís Soares (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Alexandra Manes, fazia-lhe bem uma tourada, que alivia o stress e põe-nos bem mais calmos.

Deputada Alexandra Manes (BE): Isso é para si, não é para mim!

O Orador: Eu não vou questionar a legitimidade de ninguém para apresentar o que quer que seja nesta Casa. A legitimidade dos Deputados desta Casa é toda igual, independentemente da expressão eleitoral que tenham.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Não ponho em causa essa legitimidade, como não quero que ponham em causa o meu aficionismo e a minha forma de defender a tauromaquia.

Sr. Deputado Pedro Neves, o senhor quando diz que está apenas a falar da ferra, não. O senhor, no início, disse: por enquanto, por enquanto é a ferra. Isto é a morte lenta, chama-se a morte lenta. Foi a sorte de varas, foram os touros de morte, agora era a ferra e a seguir a tauromaquia.

A tauromaquia faz parte da identidade de um povo. E eu vou-lhe dizer só alguns números, porque os números também interessam:

Deputado Pedro Neves (PAN): Tem de provar esses números! Não é só falar e não saber a fonte desses números!

O Orador: Na ilha Terceira, São Jorge e Graciosa, as três ilhas taurinas, principalmente a Terceira, mas outras também, Graciosa e São Jorge, mantêm-na em fase ainda a crescer. São Jorge e Graciosa mantêm a tauromaquia e estão a fazê-la crescer.

Deputado Pedro Neves (PAN): Você não consegue provar esses números!

O Orador: Essa é que é essa. Portanto, estas ilhas representam 67 mil habitantes. Estas três ilhas têm 24 ganadarias. Estas três ilhas têm três tertúlias (vão a caminho da quarta), têm dois grupos de forcados, têm um matador e seis cavaleiros como alternativa, realizam mais de 300 espetáculos taurinos por ano. Isso é vontade do

povo e essa ninguém lhes pode negar!

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Soares, eu pensava que ia falar do PIB. E aí nós não conseguimos provar qual é o PIB real na Terceira. Nem os tauromáquicos conseguem dizer que é de 10 a 15%, nem eu consigo dizer que é 0,5 a 1%. Os economistas não conseguem provar. E é pena, porque senão eu tinha esses dados aqui e demonstrava que é impossível ser mais do que 10%.

Deputado Rui Espínola (PSD): E já é muito!

O Orador: Sr. Deputado Luís Soares, obrigado por me defender como Deputado, com o respeito que tem por mim. Independentemente das nossas posições, eu respeito-o exatamente da mesma forma.

Contudo, o brejeirão do Secretário-geral da Associação da ProToiro, Hélder Milheiro, não pode, nem deve, num parecer de um Deputado, dizer aquilo que disse no preâmbulo. E daí fica completamente irrelevante o parecer. Esse é que é o problema. O parecer começa logo a ser irrelevante por causa do preâmbulo. Ali demonstra, obviamente, a sua arrogância... não só arrogância, a forma como ele adora as pessoas do PAN.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acho que é recíproco!

O Orador: E, depois, naquele preâmbulo diz aquilo que não deve. Ele tem que dar um parecer técnico relativamente à iniciativa. Contudo, nem vou desrespeitar,

obviamente, a associação em si, porque não estou aqui a dar, obviamente, um parecer à associação, porque, se desse um parecer, também teria um preâmbulo muito bonito.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo Partido Socialista, a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Joana Pombo (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os açorianos orgulham-se da sua identidade cultural em que cada ilha é um contributo para o arquipélago, sendo que em algumas ilhas há a prática da tauromaquia.

A tauromaquia possui uma envolvimento, por vezes desconhecida, contribuindo por exemplo para a preservação de habitats naturais, não só garantindo a sobrevivência desta espécie, mas de tantas outras.

Citando um parecer sobre este projeto legislativo que deu entrada na Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, *“o toiro é a razão e a essência da tauromaquia, tauromaquia essa que se rege por regras e códigos de conduta que fundem cultura, ética, estética e arte, num combate com simbolismo ritual”*.

O toiro como raça brava que é, foi e continua a ser selecionado por ter um comportamento de bravura e agressividade, o que impossibilita aplicar o maneio tido em explorações de bovinos domésticos.

O que define a raça brava é a sua rusticidade, adaptando-se a todo o tipo de terrenos, altitude e condições climatéricas adversas durante grande parte do ano, estando estes sujeitos a um ambiente agressivo e inóspito.

O animal de raça brava é pelo que se espera agressivo, territorial e com pouca tolerância à presença humana, dificultando o seu maneio diário.

A marcação destes animais é realizada enquanto juvenis, causando a menor dor possível, e sendo este constrangimento um dos únicos pelo que o animal passa, no que diz respeito à sua identificação.

A proposta apresentada, e para a correta leitura, implicará o isolamento forçado com frequência do animal, para que seja realizada a leitura do microchip, causando, no entendimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, trauma mais frequente ao longo da vida deste, do que a simples ferra feita no animal, nos primeiros meses de vida, que permite a leitura visual para o resto da sua vida.

Consideramos ainda que a escolha do animal para a corrida é um culto, com observação deste animal no campo, que sem a identificação visual se torna impossível, assim como a confirmação pela população do animal escolhido.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que a proposta apresentada originará maior constrangimento ao animal pelas consecutivas imobilizações que serão necessárias ao longo da vida do toiro, do que a simples ferra a fogo, ou azoto líquido, que ocorre nos primeiros meses de vida.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O touro é um animal, um animal que, como todos, merece o nosso respeito, assim como todas as pessoas que preservam o touro e a sua cultura.

E é o respeito que está em causa com esta proposta do PAN: é o respeito pela nossa cultura; é o respeito pelas nossas tradições; é o respeito pelos nossos animais.

O PAN assume-se como o partido dos animais, mas de touradas nada percebe. Apresenta uma proposta para substituir a marcação do gado bravo com fogo ou azoto líquido por microchips, argumentando que pode ser um processo praticamente indolor e sem qualquer manuseio forçado do animal. É mesmo não perceber nada de marcação de gado bravo!

Sr. Deputado, o senhor julga que o tourinho é como um bichano que se leva numa alcofa ao veterinário?

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP)

Como é que se vai identificar no meio da manada o touro que foi escolhido à distância no pasto, se as únicas marcações que o touro terá estarão num microchip no interior do animal?

E, durante toda a vida do animal, quantas serão as vezes que os touros vão ter que ser manuseados para se descobrir qual o touro que se escolheu para determinada tourada?

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: O PAN apregoa que se preocupa com os animais, mas a proposta que apresenta será causadora de muito maior stress do que a tradicional ferra, porque os animais passarão a vida a ser manuseados e confinados para a leitura dos microchips.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Com esta proposta de Decreto Legislativo Regional, o PAN comete dois atentados: o primeiro atentado é contra a cultura nos Açores, é contra a cultura do nosso país, querendo apagar artificialmente o nosso passado histórico;

o segundo atentado é contra a biodiversidade, o partido dos animais e da natureza atenta contra a biodiversidade quando quer acabar com as nossas tradições culturais taurinas, que terá como consequência a extinção do touro bravo. Por este caminho, qualquer dia nem num jardim zoológico será possível ver um touro bravo.

Estranho partido este dos animais e da natureza, que pretende provocar a extinção de um animal que perdura nos dias de hoje graças às nossas tradições históricas e culturais

Sr. Deputado, seria mais honesto propor o fim das touradas, em vez de andar de roda a criar dificuldades artificiais.

O PAN despreza o nosso passado histórico.

O PAN tenta impor uma arrogância metropolitana, uma sobranceria urbana, sobre os valores tradicionais e rurais.

Mas é a terra que nos dá o pão que comemos. São os agricultores, com os seus valores culturais, concordemos ou discordemos deles, que amanhã a terra e dela retiram o pão que nos alimenta.

O partido que diz defender os animais e a natureza tenta mais uma vez, através deste Parlamento, impor uma esterilização dos valores e tradições culturais dos açorianos.

Até se entende que quem nunca esteve à beira de um touro, não saiba o que é um touro e o que ele representa. Mas tentar acabar de todas as formas e feitios com as tradições culturais taurinas é uma demonstração de profunda falta de respeito pelos açorianos.

E o CDS está e estará aqui para impedir este ataque à nossa cultura!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS fez o pior erro que devia fazer: tentar desacreditar o mensageiro e não a mensagem. Dizer, à partida, que quem é do PAN não percebe absolutamente nada.

Aliás, pela sua ignorância, da parte do Grupo Parlamentar do CDS, tenta, porque tem argumentos muito fraquinhos, retirar a credibilidade de quem fala.

Para que fique registado e só vou dizer uma vez: primeiro, eu venho de uma família de ganeiros; segundo, a minha infância foi ao lado dos touros, nas lezírias. Eu já estive mesmo em frente aos touros.

Deputado José Pacheco (CH): Mas com distância!

O Orador: E não, nem todos são agressivos. E não, nem todos precisam de ferra. Essa é que é a diferença Sr. Deputado Pedro Pinto. Não diga, não tente desacreditar a dizer que eu sou urbano, porque eu não sou urbano! Não retire a credibilidade das pessoas! Retire a credibilidade do tema pela posição que você defende! São coisas completamente diferentes. Tem que ser honesto intelectualmente! E você não é honesto intelectualmente! Esse é que é o problema, você tenta mandar abaixo de uma forma de *bullying* os Deputados que são contra a sua posição, à partida, porque acha que sabe do passado de um Deputado, para dizer aquilo que diz. Aquilo que diz é completamente irrelevante quando, à partida, você quer defender uma coisa completamente diferente da minha.

Não, não quero tirar aquilo que é cultural. Mas eu não vejo isto cultural, vejo isto é um ritual. Coisas completamente diferentes.

Nós podemos evoluir. Como seres humanos, podemos evoluir. E por isso é que há muita coisa que foi tradição e deixou de o ser, obviamente, porque vamos evoluir. Evoluímos nós todos como seres humanos, à partida.

E não estou aqui a querer retirar os agricultores. Você... o Sr. Deputado, sempre que tem um argumento, seja qual for o tema, nem que o tema seja um saco plástico, vamos falar sempre dos agricultores e que o PAN é contra os agricultores.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Pedro Neves veio aqui trazer um tema (é para aquela câmara), e qualquer pessoa que está ali sentado diz: eh pá, realmente, ferrar o touro e tal... isto, realmente, é um absurdo. Pois, é assim que se começa. É assim. Vamos devagarinho, pé ante pé, até à vitória final. É assim.

E veja-se só quem é que se associou a si? O Bloco de Esquerda.

E depois vêm os senhores falar do populismo. Populismo é isto! Que é devagarinho nós enfiamos a nossa agenda, enfiamos. O que aqui está dito é acabar com as touradas! Isso é só o começo!

A nossa posição nestas coisas é: a tourada é uma tradição dos Açores, é cultural. E nós, Chega, defendemos a cultura dos Açores. Coitadinha, anda tão mal amanhã, mas também defendemos aqui.

Depois, cada um faz o juízo que quiser fazer. Quem quiser ir às touradas vai às touradas.

Agora, também é assim: a nível de animais (estava aqui há bocado a pensar), eu acho muito bem que se defenda os animais, todos! Os carrapatos? Os ratos? As pulgas?

Deputada Alexandra Manes (BE): E os porcos?

O Orador: Então, se é para defender... E o bem-estar desses carrapatos? E o bem-estar das pulgas? As térmitas... Isto é que é populismo, então! Se os senhores querem defender, defendam tudo, pá! Não enganem aquelas pessoas (já me

desligaram a câmara) que estão ali, pá! Não enganem!

As pessoas estiveram toda a sua vida, durante séculos, nesses pedaços de rocha chamados Açores, que nós vivemos, sempre souberam tratar bem os animais. Não estraguem a tradição, porque os senhores, principalmente o Bloco de Esquerda, tem uma agenda popular, que é uma coisinha urbana, que agora que entra um gatinho, fica todo muito a tremer, não se vai maltratar os gatinhos... Eu também não quero maltratar.

Eu não vou falar de Pituco outra vez, mas a verdade é que, se é para defender os animais, vamos defender todos. Então, como é que andamos a matar os ratos? Como é que andamos a matar aí as pulgas? Ó senhores, se é para falar, então digam! Digam, como alguém aqui já disse! A sério, querem acabar com as touradas? Assumam!

Deputada Alexandra Manes (BE): Quer acabar com os porcos?

O Orador: Assumam e digam assim: as touradas é para acabar. Façam bandeiras. Façam faixas. Façam outdoors. Façam manifestações. Façam uma música: “Eu quero acabar com as touradas.” Não sejam é hipócritas! Devagarinho, devagarinho, vão pondo a coisa.

Deixem a nossa tradição em paz! Deixem a ilha Terceira, São Jorge, Graciosa, que têm isso, deixem viver em paz com as suas tradições!

Não tarda, até a pombinha do Espírito Santo não vai escapar!

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP)

Deputada Ana Luís (PS): Vocês acham todos piada a isto, não é? Fica-vos muito bem! Acham que é honesto defender este tipo de discurso na Assembleia?

Deputada Alexandra Manes (BE): Quer acabar com os porcos?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PAN quer falar de honestidade intelectual. Pois, eu lancei um desafio ao Sr. Deputado do PAN. Eu disse-lhe que seria mais honesto propor o fim das touradas em vez de andar de roda a criar dificuldades artificiais. Pois bem, o Sr. Deputado do PAN interveio logo a seguir a mim para me acusar de desonestidade intelectual, em vez de assumir se quer ou se não quer terminar com as touradas.

Pois, o ponto n.º 13 das propostas eleitorais à Assembleia da República do PAN é abolir as touradas. Está aqui.

V. Exa. esteve naquela tribuna. V. Exa. já fez férias intervenções desse seu lugar. Em momento algum, o senhor teve a honestidade de assumir aquilo que o seu partido pôs no manifesto eleitoral para as próximas eleições do dia 30 de janeiro. Assuma-se!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Pinto, você está nervoso. E acha, à partida, que eu não sou honesto porque não estou a assumir. Eu acho que o Sr. Deputado devia olhar para os programas eleitorais nos Açores, desde 2012 que nós assumimos isso mesmo. E eu contei-lhe a história da minha infância, mesmo para dizer que conheço muito bem. Por isso é que eu sou contra.

Não sou contra o touro bravo. Não sou contra. Mas assumo que quero, obviamente, acabar com aquilo que é a tauromaquia. Porquê? Apenas por uma

coisa: nós assumimos, o PAN assume e eu assumo, individualmente, sobre a liberdade de escolha de cada pessoa, não pode é haver vítima! E na tauromaquia existe uma vítima, que nunca ninguém questionou se ele quer estar lá ou não. Essa é a diferença.

Agora, tenho algum problema de assumir?! Mas alguém não sabe aquilo que eu sou contra e aquilo que eu quero?! São coisas completamente diferentes. Agora, se vou conseguir ou não, não. Até vou-lhe ser sincero. Muito provavelmente. Isto é a parte popular. Só a parte popular é que pode retirar. Eu posso assumir isso.

Eu não estou aqui pé ante pé!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ai está, está!

O Orador: Não! Simplesmente, eu vejo algo que é ritualizado, que querem dizer que é técnico e é ritualizado. E que, na minha opinião, dá dor ao animal. E nós podemos ter outra ferramenta, ao contrário do glifosato que pelos vistos não há mais nada no mercado. Nós temos ferramentas que podemos evoluir de outra forma, em vez de estarmos a meter uma ferra de fogo, que para mim é completamente anacrónico. Essa é a diferença.

Agora, eu não sou honesto porque tenho algum problema de assumir?! Desde 2012, continua a ter em 2020. É por isso que eu fui eleito. Poucochinho, pela Associação ProToiro, mas aqui estou e é por isso que os Srs. Deputados vão votar, obviamente, com a sua liberdade, relativamente a algo que não estamos aqui a tentar como uma agenda. O tema é sobre a ferra, que pode ser alterado. E nada muda sobre a tauromaquia. A tauromaquia é outra coisa. Provavelmente, durante este ano, irei ter, obviamente, uma iniciativa sobre isso.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A minha camarada e colega Joana Pombo já manifestou aqui aquela que é a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista relativamente a esta matéria, mas eu uso da palavra, com, naturalmente, o devido respeito que o Sr. Deputado Pedro Neves e que o PAN me merece, quer seja dentro deste Parlamento, ou fora deste Parlamento, independentemente do número de votos que o trouxeram até aqui, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ui, o que o senhor dizia do Sr. Deputado Paulo Estêvão!

O Orador: ... eu uso da palavra tendo em conta aquela que foi a penúltima frase do Sr. Deputado Pedro Neves, não nesta intervenção, mas na anterior, quando refere aqui que apresenta, como alternativa à marcação de fogo ou azoto líquido, uma alternativa que consiste numa evolução naquilo que é a marcação cutânea, neste caso tendo em conta aquilo que defende o PAN sobre cutânea, relativamente àquilo que é feito.

E, na minha perspetiva e na perspetiva daqueles que trabalham diariamente nesta matéria, a alternativa que é proposta aqui pelo PAN piora consideravelmente o bem-estar animal, no caso em apreço do touro bravo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Nós estamos em presença daquilo que é a marcação a fogo ou a azoto líquido a determinada altura da vida de um novilho ou de uma novilha, quando tem entre oito a dez meses, e que por uma única vez sua vida tem marcação a fogo ou a azoto líquido, quer para inscrever o número sequencial da ganadaria, quer para inscrever o último algarismo do ano em que nasceu, quer para inscrever o ferro da ganadaria. Uma única vez na sua vida.

E, em alternativa, aquilo que o Sr. Deputado Pedro Neves propõe é a introdução subcutânea de um microchip neste animal, que seja depois identificado através de um identificador. E que, naturalmente, para ser identificado, tem que ser feito em

proximidade.

Relativamente a esta matéria, eu julgo que na documentação anexa àquilo que foi o trabalho desenvolvido pela CAPADS, na minha perspetiva, sem a parte do preâmbulo que classifica politicamente aquele que é o trabalho do PAN e sobre a qual, naturalmente, o Partido Socialista não subscreve – qualquer Deputado aqui eleito tem toda a legitimidade para aqui estar igualmente com os seus pares –, que, aliás, o Sr. Deputado Luís Soares fez o favor de ler na íntegra aquele que é o parecer apresentado, transformando isso na sua intervenção, o parecer apresentado pela Associação de Criadores de Touros da Tourada à Corda, na nossa perspetiva, é um parecer muito feliz pela apreciação técnica e concreta que faz relativamente a este assunto.

Já foi aqui referido por vários intervenientes. Eu não vou estar aqui... As nossas diferenças são consideráveis nessa matéria, sobretudo as minhas, pessoalmente, com as do Sr. Deputado Pedro Neves. Eu não vou estar aqui a promover ou a desenvolver discussões filosóficas sobre aquilo que é a dor no animal, sobre aquilo que o touro bravo representa. A minha posição sobre essa matéria é amplamente conhecida.

Mas é inegável que existem matérias do ponto de vista prático que, se nós abdicarmos da marcação a ferro ou a azoto líquido, piora consideravelmente o bem-estar e o conforto destes animais, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... desde logo aquilo que é a possibilidade de identificação do animal em causa à distância. Estes animais, como já foi aqui referido, têm maneio em regimes extensivos, com encabeçamento médio por hectare muito baixo, não podem estar em presença permanente de grandes massas humanas em contexto de campo. E por isso é que têm que ter esta marcação a fogo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: O microchip e a sua introdução subcutânea originaria a imobilização

muito mais vezes, para a identificação dos dados que constam nesse microchip, do que aquela que é a marcação a fogo, ...

Deputado Pedro Neves (PAN): Isso não é verdade!

O Orador: ... uma única vez na sua vida quando os novilhos ou novilhas têm entre oito a dez meses.

Outras questões práticas que poderiam levar até no limite à exposição prematura do animal a alguns contextos que poderiam aumentar o seu stress, desde logo a permanência da imobilização muito mais vezes do que a ferra. Estes animais não podem ter contacto permanente e constante com o povo, com os humanos, em contexto de campo, porque criam crenças, porque ganham sentidos, porque ganham mais agressividade, mais nervosismo e mais stress. Isso está tudo amplamente explicado e comprovado cientificamente.

Aliás, do ponto de vista regulamentar e dos espetáculos que são definidos, está em causa também a possibilidade de expor prematuramente estes animais a espetáculos tauromáquicos antes do tempo. Dou um exemplo concreto para que se perceba: nas corridas de touros, aquilo que consta do regulamento que regula a atividade e as regras para a atividade tauromáquica nas praças de touros, naquilo que é classificado como corridas de touros, pressupõe que o animal tenha que ter pelo menos quatro anos. Essa idade é comprovada por aquilo que está inscrito no animal, estando lá inscrito o último número do ano em que o animal nasceu. Não estando esse número lá inscrito, poderia, por alguma eventualidade, ser colocado em lide um animal com três anos ou menos. E isso seria, na nossa perspetiva, sendo impossibilitado de verificar isso a olho nu, desde logo pelos intervenientes, mas também pelo público, que tem um efeito e um papel fiscalizador muito relevante nesta matéria, poderia expor o animal a stress e a uma situação de aumento de nervosismo ou de menos bem-estar animal muito antes do tempo.

Além disso, há outras questões: aquilo que é o trabalho prático das ganadarias; a divisão em lotes dos animais dentro das ganadarias; aquilo que é o

acompanhamento da parição nas ganadarias; aquilo que é a identificação dos bezerros com as mães, que só é possível fazer através do número sequencial da sua mãe. O animal quando deixa de se alimentar através do leite da mãe e passa para a erva é que é ferrado, para ser mais fácil acompanhar em contexto de campo. E eu volto a dizer, nós estamos a falar, aliás, como já foi aqui dito, em animais que vivem no campo, em zonas inóspitas, afastadas, longe da vista humana e que tem, portanto, que ter um conjunto de questões, na nossa perspetiva, altamente salvaguardadas.

E, portanto, para dizer o seguinte: nós teremos, com certeza, a oportunidade de discutir profundamente aquilo que é a tauromaquia, o fenómeno tauromáquico, aquilo que isso representa, as diferenças que são abismais nesta matéria em concreto entre Deputados do Partido Socialista, entre aquilo que defende o PAN, entre aquilo que defende também a Sra. Deputada Alexandra Manes. Neste caso em concreto, tendo o PAN apresentado esta proposta tendo por pressuposto central aquilo que é o bem-estar do touro bravo, é absolutamente indiscutível, por toda a informação que nós temos do ponto de vista técnico e de quem trabalha diariamente nesta matéria, que a introdução subcutânea de um microchip no touro bravo iria piorar consideravelmente o seu bem-estar animal. Para terminar, Sr. Deputado Pedro Neves, e eu faço esta referência sem qualquer ponta de ironia ou de qualquer, enfim, introdução aqui de uma abordagem jocosa, porque, para mim, para nós, para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a festa brava é uma matéria muito séria por tudo aquilo que representa, ...

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: ... faço-lhe, com toda a sinceridade, o convite para visitar as ganadarias da ilha Terceira, mais do que uma, para que depois não nos acuse de estramos a preparar uma visita só para o Sr. Deputado Pedro Neves, visite comigo, eu acompanho-o com muito gosto, as várias ganadarias da Terceira, em que verá que, do ponto de vista do bem-estar animal, da preservação do touro bravo e do

ecossistema em que ele se insere, são cumpridos de forma muitíssimo rigorosa aquilo que são os pressupostos mais elementares e importantes do bem-estar animal e naquilo que representa o touro bravo para a ilha Terceira e para os Açores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Faz favor.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Participo também neste debate para tentar clarificar algumas posições, quer técnicas, quer também de orientação e planeamento político do Governo dos Açores sobre esta questão em apreço.

Dizer-vos que o bem-estar animal nos Açores é uma prioridade e uma evidência deste Governo dos Açores, mas também seria de qualquer Governo. Hoje em dia, sem evidenciar as questões do bem-estar animal não é possível criar credibilidade e confiança com os consumidores.

E nos Açores não é difícil, mesmo nada difícil, evidenciar esse relacionamento humano com os bovinos, porque, quer no percurso histórico e mesmo cultural, esse relacionamento é um relacionamento que até intitula de familiar, com muito respeito mútuo de ambas as partes.

Ora, nesse sentido, nós vamos iniciar, em 2022, a certificação, como já tinha anunciado, das explorações pecuárias nos Açores, quer no âmbito da bovinicultura de carne, quer no âmbito da bovinicultura de leite.

E, no dia 19, será apresentado, nos Açores, aquele que é o protocolo internacional, o Welfair, entre o IRTA e o Governo dos Açores, para a certificação destas mesmas explorações. É um protocolo ajustado, adaptado àquilo que é a realidade produtiva dos Açores.

E, portanto, estão a ser dados passos para evidenciar esta temática do bem-estar animal nos Açores, aliás, como um tema de reconhecimento internacional daquilo que são os Açores na utilização dos bovinos para a produção pecuária.

A iniciativa do PAN, deixe-me dizer, Sr. Deputado, tem o mérito de duvidar. Isto é bom. Tem o mérito de tentar encontrar níveis melhores de bem-estar animal. Isto é bom. E a iniciativa é boa porque permite a reflexão, permite as opiniões dos Srs. Deputados e permite, de facto, chegar a consenso prático, cultural, técnico, histórico, que seja ajustado à realidade. E, portanto, a sua iniciativa, nós não a vemos como uma iniciativa depreciativa, mas, pelo contrário, uma iniciativa louvável, que permite o debate. E as iniciativas que não permitem o debate, essas, sim, não são louváveis.

É nesse mesmo sentido que o bem-estar animal nas raças de bovinos deve estar ajustado à sua etologia e à sua fisiologia, no âmbito do comportamento animal, do stress e daquele que é o comportamento zootécnico dessas mesmas raças.

Já foi aqui dito, várias vezes, que a raça brava, que é uma raça que é reconhecida internacionalmente e também nos Açores, é uma raça como as outras. E, como raça, deve persistir e deve existir, porque tem o seu espaço. É uma raça que não tem a presença humana todos os dias como tem as raças produtivas. É nesse mesmo entendimento e nessa perspetiva que o microchip não é um instrumento de leitura que permita obtermos uma identificação oficial e uma leitura credível.

É verdade, Sr. Deputado Pedro Neves, que é possível ler através do Google, é

possível ler através de satélite, mas isto irá exigir a substituição da pilha do microchip pelo menos uma vez no ano, o que, na prática, significa retirar o microchip e voltar a pôr o microchip.

Outros microchips de leitura, para uma leitura eficaz e condigna do que lá está, irão exigir uma distância inferior a 50 centímetros. Numa raça brava que não tenha a presença diária do humano, isto é impossível e irá provocar, de facto, um comportamento ainda mais agressivo e stressante no animal, que é algo que todos, de facto, não queremos aqui.

Mas preocupados com as questões do bem-estar animal e com a marcação a fogo, é verdade, Sr. Deputado, a marcação a fogo provoca dor, nós iniciamos, no início deste ano, um projeto piloto com as ganadarias na ilha Terceira para a marcação a azoto líquido. A marcação a azoto líquido insensibiliza a zona, anestesia a zona. A marcação a azoto líquido não provoca cicatriz e provoca uma maior visibilidade à distância dos números que lá estão. E, portanto, nós iniciamos este projeto. Já temos bons resultados.

E, certamente, pelos estudos técnicos já realizados, já consultados em bibliografia, mas também pelos estudos técnicos de realidade que nós estamos a fazer com as ganadarias, se assim se revelar um instrumento que provoque menos stress ao animal, como está a ser comprovado, e como é comprovado tecnicamente, nós vamos priorizar e apoiar a marcação a azoto líquido nas ganadarias. É uma questão evolutiva, penso que sim, da dor à não dor. E aí nós estamos todos de acordo. Sem deixar a marcação no costado dos animais da raça bovina brava, mas continuando a marcá-los de forma a que não provoque dor, de uma forma que anestesie as terminações nervosas do animal.

E, portanto, neste sentido, nós evoluímos este ano com um projeto piloto. Esperemos que, no final, na próxima época de marcações a fogo ou a azoto, ou seja, das ferras, possamos já ter resultado dos animais já marcados.

Bom, era este o contributo do Governo dos Açores, para vos dizer que é uma

preocupação, é uma prioridade as questões do bem-estar animal, também na marcação dos animais de raça brava nos Açores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou fazer uma coisa que o Sr. Deputado Berto Messias nunca faria a meu respeito. Vou elogiar a intervenção que o Sr. Deputado Berto Messias fez aqui sobre esta matéria, não só pela forma, a intervenção estava muito bem estruturada, mas também pelo conteúdo. Eu penso que, para quem nos ouviu, foi absolutamente convincente. E trata-se de alguém que tem um conhecimento muito específico nesta matéria. Por isso, eu quero saudar a intervenção que foi realizada. Aliás, tive a oportunidade de a aplaudir, porque, nestas questões, eu nunca me deixo encerrar em questões ideológicas ou partidárias. Eu valorizo cada uma das posições.

Eu também quero dizer que a intervenção do Sr. Secretário António Ventura em relação a esta matéria foi absolutamente esclarecedora e em relação àquilo que o Governo está a fazer também nesta matéria. E também se trata de alguém que tem um conhecimento muito específico nesta matéria.

Devo dizer, em relação ao PAN, que, tendo o PAN um programa e um ideário diferente, eu não vou aqui diabolizar. Cada um tem as ideias que tem. E cada um defende um conjunto de ideias que considera que são as mais apropriadas ou que

são as mais válidas no âmbito da sociedade em que nós vivemos.

Uns consideram que a tourada é uma tradição que deve ser abolida. O senhor tem todo o direito de pensar assim. Aqueles que defendem que a tourada deve ser valorizada, na minha perspetiva, também têm esse direito. O problema é que muitas vezes são diabolizados porque nos querem retirar, a todos aqueles que são aficionados, que é o meu caso também, essa liberdade de pensar isso e de ter essa opção.

Por isso, Sr. Deputado, não vou votar favoravelmente apenas porque não concordo. E o conjunto dos argumentos dispense de lhe apresentar, tendo em conta os argumentos que já aqui foram aduzidos, quer pelo Sr. Deputado Berto Messias, quer pelo Sr. Secretário António Ventura e outras intervenções que o antecederam, mas que eu não tive oportunidade de ouvir integralmente. Mas devo dizer que esses argumentos são argumentos que, da parte do PPM, nos convencem, são argumentos convincentes e que demonstram que a aprovação desta iniciativa não traz vantagem nem sequer para os fins que V. Exa. pretende atingir. Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Faço aqui uma última intervenção para usar das palavras da Sra. Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital, em audição, que disse bem, que já, provavelmente, saberia a volta que isto ia dar aqui em debate, esta questão. A

Sra. Secretária da Cultura disse, e bem, isto tendo em conta os caminhos que este debate todo levou e os argumentos aqui utilizados: “Não se trata de património cultural, é, sim, uma questão técnica.” Eu acho que isto resume tudo acerca do que se passou aqui, aquilo que era para ser debatido e acabou por não ser debatido porque os argumentos levaram-nos para o outro lado.

O Sr. Deputado do Chega já não está, mas eu tinha aqui a sua posição relativamente aos animais a 20 de maio de 2021.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Vamos passar à votação.

Portanto, vamos votar o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 36/XII – “Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o regime jurídico de atividades sujeitas a licenciamento das câmaras municipais na Região Autónoma dos Açores”.

Votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Finalmente juntos!

Presidente: As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 36/XII foi rejeitado, na sua votação na generalidade, com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 da Iniciativa Liberal; 2 a favor do BE e 1 do PAN; 1 voto de abstenção do Deputado independente.

Presidente: Está encerrado este ponto da nossa agenda.

Pergunto se há inscrições para declarações de voto. Não havendo, vamos fazer um intervalo. Regressamos às 17 horas e 50 minutos.

Eram 17 horas e 29 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que reocupem os vossos lugares para darmos continuidade ao nosso trabalho.

Eram 18 horas.

(Após o intervalo, a Deputada Elisa Sousa ocupou o lugar de Secretária da Mesa)

Nós vamos entrar no ponto 4 da nossa Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 23/XII – “Estabelece medidas para a redução do consumo de produtos de utilização única e a promoção da reutilização e reciclagem”**. É, naturalmente, uma proposta apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas. Faz favor, Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nas últimas décadas, a velocidade com que a Humanidade consome recursos e gera resíduos ultrapassa a capacidade que a Natureza tem para apresentar e para gerar novos recursos e absorver os resíduos produzidos.

Com efeito, o planeta já excedeu a sua biocapacidade e não suporta uma economia global, construída com base num modelo de negócios em que a produção de bens assenta na extração de matérias-primas e no fabrico de produtos que, após a sua utilização, são descartados como resíduos.

É crucial inverter esta tendência, promovendo a transição da economia linear para uma economia circular, mais eficiente e regenerativa dos recursos, onde o modelo de produção de bens e serviços promove o retorno dos materiais ao ciclo produtivo

ou à natureza, transformando os resíduos em potenciais subprodutos ou em outros materiais.

É fundamental uma mudança de paradigma rumo à sustentabilidade, que garanta a preservação da qualidade ambiental, a proteção do património natural e a redução da pegada ecológica.

O XIII Governo Regional dos Açores estabeleceu, no seu Programa de Governo, o desenvolvimento sustentável como pilar fundamental e transversal da ação governativa, afirmando a promoção ambiental e a gestão de resíduos como um eixo estratégico para garantir este desiderato.

A Região Autónoma dos Açores está inequivocamente comprometida com os objetivos do desenvolvimento sustentável, centrando as políticas públicas na afirmação de um modelo de desenvolvimento assente nos princípios de uma economia verde e circular, com foco na mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas globais.

A política de gestão de resíduos assume um papel central em todo este processo, pelo que importa reforçar a aposta na prevenção quantitativa e qualitativa dos resíduos produzidos na Região, aliada a uma diminuição do impacto ambiental dos produtos ao longo do seu ciclo de vida, em particular dos produtos de utilização única e não biodegradáveis.

A proposta de Decreto Legislativo Regional que agora se submete à apreciação do Parlamento Regional dos Açores, surge, por isso, da necessidade urgente de melhorar a gestão de recursos naturais e de prevenir e reduzir a produção de resíduos, de modo a minimizar os impactos no ambiente e a degradação dos ecossistemas.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

O plástico é um material versátil que apresenta uma elevada utilidade, com aplicações essenciais em muitos setores. No entanto, a sua utilização em produtos

de curta duração, que não são concebidos para serem reutilizadas ou reciclados, torna os seus padrões de produção e consumo ineficientes e lineares.

Neste contexto, de modo articulado com o Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos, atualmente em revisão, as medidas a implementar no âmbito desta iniciativa são essenciais para a introdução de boas práticas ambientais, para uma mudança de hábitos de consumo e para evitar o desperdício, para dinamizar a consciencialização e a sensibilização ambiental, e para fomentar a transição para uma economia circular.

Nesse sentido, dando seguimento às recomendações constantes da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 9/2019/A, de 4 de junho, e na sequência da aprovação do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2021/A, de 14 de junho, a presente proposta pretende estabelecer medidas para a redução do consumo de produtos de utilização única e a promoção da reutilização e reciclagem, prevenindo a produção de resíduos e o seu impacto no ambiente.

Nesse contexto, procede-se à transposição para o ordenamento jurídico regional da Diretiva 2015/720 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2015, que altera a Diretiva 94/62/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro de 1994, relativamente à redução do consumo de sacos de plástico leves.

Procede-se ainda à transposição parcial da Diretiva 2019/904, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de junho de 2019, no que se refere à redução do impacto de determinados produtos de plástico no ambiente.

De entre as medidas a implementar, destaca-se o aumento da taxa a aplicar sobre os sacos de plástico a disponibilizar ao consumidor nos estabelecimentos de comércio a retalho e de restauração ou de bebidas, passando de 4 para 10 cêntimos por cada saco, bem como a proibição da disponibilização ao consumidor de sacos de plástico de utilização única para embalagem primária de produtos vendidos a

granel, com exceção da carne, peixe e seus derivados, no intuito de contribuir de forma determinante para a prevenção da produção de resíduos nos Açores.

Destaca-se ainda a criação de medidas de restrição à colocação no mercado de embalagens de plástico e de medidas de promoção da reciclagem, através da separação na origem dos resíduos de embalagens, cujo componente estrutural principal seja papel, cartão, plástico, vidro, metal e madeira, e ao seu encaminhamento para destino final adequado.

A aprovação deste diploma é ainda determinante para a execução do projeto em curso para implementação de um “Sistema de depósito de embalagens não reutilizáveis de bebidas nos Açores”, uma vez que determina a sua criação.

Sras. e Srs. Deputados:

Em suma, a aprovação desta proposta de Decreto Legislativo Regional é um passo fundamental para a estratégia de prevenção e redução da produção de resíduos, definida a nível regional, nacional e internacional (comunitário), para garantir a transição para uma economia circular e para salvaguardar a sustentabilidade ambiental, que se quer como imagem da Região.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Está apresentado o diploma e estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Contente, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na generalidade, está de acordo com os princípios e os critérios que foram invocados pelo Sr. Secretário Regional em matéria desta problemática, até porque este diploma, na generalidade, é o diploma que o Governo Regional anterior deixou ao Sr. Secretário para que ele tivesse esta

consequência de hoje estar aqui.

E, nessa altura, como alguns se lembrarão, sobretudo o Sr. Secretário sabe disso, havia três objetivos fundamentais que presidiram à feitura deste diploma: por um lado, era preciso dar uma abrangência mais ampla ao Programa Regional de Prevenção dos Resíduos; por outro lado, era preciso estabelecer medidas de redução dos produtos de utilização única (sacos plásticos, loiça e também embalagens de bebidas); e, finalmente, era preciso, no âmbito de uma motivação geral à população, começar a utilizar práticas de sustentabilidade ambiental para que os Açores mantivessem este bom nível, que eu penso que nacional e internacionalmente se lhe reconhece em várias áreas em matéria de qualidade ambiental.

Resta dizer também que o Governo Regional anterior teve algumas iniciativas que penso que contribuíram para esta problemática, quer alguns programas, que eu passo a dizer o nome: “Diga Não aos Plásticos Descartáveis”; “Açores sem Palhinhas”; e uma Resolução de 2018, que estabeleceu medidas que de algum modo implicavam também a redução de resíduos e aumentavam a necessidade da reciclagem nos Açores.

Aliás, é muito significativo que, neste âmbito, entre 2016 e 2020, se tenham reduzido 2000 toneladas de plásticos nos Açores com mais de 300 milhões de sacos plásticos, em matéria deste programa que, entretanto, foi gizado. Por isso, não poderíamos estar mais de acordo com estes princípios que foram aqui invocados.

Resta-nos, também, dizer que, de facto, o Governo Regional anterior, no âmbito da auscultação que fez ao Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, tinha, de facto, nessa proposta, que foi de algum modo aceite nesse Conselho Regional, e, depois, deixou à possibilidade do LEGISGRA poder ser sujeito à auscultação das pessoas em matéria da finalização deste diploma.

De qualquer modo, o Sr. Secretário, e também explicou em Comissão porquê,

quando se discutiu a primeira alteração que prorrogava o prazo para não prejudicar, em pleno ano de pandemia, todos aqueles que eram os retalhistas, os restaurantes e outras atividades similares que forneciam às pessoas alimentação e outros produtos, quando nós fizemos essa prorrogação inicial, o Sr. Secretário Regional da altura disse que, no dia 31 de maio de 2021, teriam a proposta pronta. Isso não aconteceu. Explicou em Comissão porquê. Nós aceitamos a explicação. E, portanto, no dia 31 de dezembro de 2021... ou melhor, no dia 1 de janeiro, deveria ter entrado em vigor a lei nacional, que, essa sim, iria penalizar os nossos comerciantes, retalhistas, etc.

Também, nós chamamos a atenção em Comissão que seria útil, e o Sr. Secretário tranquilizou-nos em relação a essa matéria, que não entrasse em vigor o regime sancionatório previsto na lei nacional, que iria obrigar a aplicação de coimas pela PSP, pela IRAE e pela Inspeção Regional do Ambiente.

Este diploma vem, um pouco, sanar, portanto, este vazio legal que houve aqui até hoje, desde o dia 1 de janeiro, mas parece-nos, Sr. Secretário, com toda, também, a clareza, que alguns artigos deste diploma não deviam ter sido modificados face à proposta do Governo anterior. E aí está um exemplo, ao contrário do que se discutiu há pouco, em que, de facto, se devia ter mantido o diploma anterior em alguns artigos, nomeadamente naqueles que podem causar, na nossa opinião, algumas discrepâncias, que já na especialidade vamos ver isso.

Aliás, temos propostas de alteração para tentar sanar isso, algumas desses artigos que nos parecem que têm que ser modificados, nomeadamente, só para dar um exemplo, ainda que na especialidade isso vá ser discutido com maior profundidade, na questão da distribuição dessas máquinas de reutilização, que na proposta do Governo anterior estavam distribuídas por várias partes de algumas ilhas. Só para dar um exemplo, no caso de São Miguel, não era só em Ponta Delgada como prevê este atual diploma, era também na costa oeste e na costa norte, nas Capelas. E, portanto, há uma diferença de entendimento da nossa parte

em relação a essa distribuição.

Aliás, nós não entendemos até, mas isso há de ser discutido na especialidade, como é que, por exemplo, o Governo acabou por incentivar a existência de uma dessas máquinas numa entidade privada e porque é que não noutra. Quer dizer, uma delas, dessas máquinas, estaria no Parque Atlântico, mas porque não no Solmar ou noutra sítio qualquer? Portanto, nós temos um entendimento dessa matéria, que na especialidade veremos isso com mais pormenor.

E que, fora essas situações que nos parecem que devem ser alteradas para melhorar o diploma e até para estar conforme aquilo que a Associação Municípios, na altura, também, achou que era o mais razoável e adequado para um diploma desta natureza, achamos que as propostas de alteração que o Partido Socialista e, se calhar, outros partidos que também o farão, mas as propostas do Partido Socialista visam aprimorar, de acordo com aquilo que nos parece que é mais razoável, este diploma, para que ele seja, de facto, um instrumento moderno, um instrumento que cumpra a sua missão sob o ponto de vista de se poder arranjar uma solução para os Açores em que haja redução deste tipo de materiais de utilização única.

E, portanto, na generalidade, o que nós queremos dizer é que, de facto, o espírito do diploma é o espírito do diploma anterior. Acho que há algumas modificações de alguns artigos, não melhoraram o diploma anterior, vieram causar alguns desses problemas, mas isso é matéria da especialidade.

Muito obrigado.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves. Faça favor.

(*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional faz-nos chegar uma proposta de DLR que estabelece

medidas para a redução do consumo de produtos de utilização única e a promoção da reutilização e reciclagem, seguindo uma recomendação desta Assembleia Legislativa e transpondo para o ordenamento jurídico regional as diretivas do Parlamento Europeu e do Conselho relativas à redução do impacto de determinados produtos de plástico no ambiente.

O Grupo Parlamentar do PPM é, claramente, a favor, principalmente da proibição da colocação no mercado dos produtos de plástico de utilização única, ditos produtos descartáveis. Estamos a falar de produtos derivados do petróleo que indevidamente descartados vão parar ao mar, provocando prejuízos ambientais e à vida animal, que, em última instância, são os seres humanos a sofrer as consequências.

Um saco de plástico ou produtos descartáveis de plástico, aparelhos de artes de pesca, entre outros, vão parar ao mar, em que a fauna marinha ingere o lixo marinho, criando uma falsa sensação de estômago cheio, que provocará o desfalecimento do animal e até mesmo o seu falecimento.

Queremos transmitir outra preocupação relativa aos plásticos, que são os microplásticos, inferiores a 0,5 centímetros e que vão até dimensões pelo menos 150 vezes inferiores à espessura de um cabelo humano. A olho nu mal os detetamos ou nem os vemos de todo, mas eles estão lá e os animais comem enganosamente. Dando como exemplo: uma garrafa de plástico pode desagregar-se em milhões de partículas que irão correr o planeta. Não é por acaso que já foi detetado plástico na Fossa das Marianas, detetado também no Monte Everest, no Ártico e Antártico, detetado em amostras de 90% das marcas de sal, em âmbito mundial. E também encontrado, tristemente, em placentas humanas, esses plásticos com espessuras de 0,01 milímetros, dimensão suficiente para serem transportados pela corrente sanguínea no ser humano, ou seja, os bebés estão a nascer pré-poluídos.

Mas nem tudo é negativo neste Arquipélago Açoriano. Com muito esforço,

dedicação e resiliência, conhecida nesta nossa geografia, existe uma equipa de investigadores que já descobriu uma forma de utilizar as fibras naturais da cana-roca como uma nova geração de material que pode ser produzido em escala e contribuir para a nossa Região ser pioneira nessa matéria de substituição do plástico.

Aproveito para mandar um abraço forte a essa equipa.

E, sim, Sra. Deputada Alexandra Manes, já os levei à ilha das Flores. E estamos a acertar agulhas com o Governo Regional para, a partir do ocidente, vingarmos neste âmbito. Será o dito dois em um: desplastificação e o combate às invasoras exóticas.

Em suma, este ano de 2022 trará boas novidades ecologicamente sustentáveis para a Região, a começar com a implementação deste DLR e com a utilização das fibras naturais antes referidas.

Um bem-haja.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa. Faça favor.

(*) Deputado Marco Costa (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Programa do XIII Governo dos Açores refere que a qualidade ambiental é a imagem de marca dos Açores.

Com a proposta agora apresentada, o Governo dos Açores prossegue com aqueles que são os seus propósitos para as políticas ambientais.

Para a elevação e consolidação do Estatuto Ambiental dos Açores, o Governo dos

Açores propõe-se promover um sistema eficiente de prevenção e gestão de resíduos, alcançando as metas comunitárias e criando legislação direcionada às populações e às empresas, para as práticas de maior convergência com os mais altos padrões ambientais.

Propõe-se desenvolver campanhas de informação e sensibilização para a redução, reutilização e reciclagem de resíduos, no que se refere aos diferentes tipos de resíduos.

É no contexto do cumprimento da legislação comunitária e vontade explícita dos decisores políticos regionais que o Governo Regional nos apresenta a proposta de DLR agora em análise, que se propõe estabelecer medidas para a redução do consumo de produtos de utilização única e promoção da reutilização e reciclagem, combatendo a realidade preocupante da contaminação global pelos plásticos.

Esta linha política assenta:

Num primeiro plano, na sensibilização ambiental.

Num segundo, nas medidas concretas de redução do consumo de produtos de utilização única, os plásticos de utilização única, aqui bem referidos, os plásticos oxodegradáveis.

Num terceiro plano, nos sacos de plástico, com a proibição da disponibilização a partir de 1 de junho 2023, com uma alteração em relação às taxas e em relação aos critérios de publicidade e sensibilização nos sacos.

Num quarto plano, nas embalagens de bebidas.

Num quinto, nos outros produtos de plástico de utilização única, como sejam as louças plásticas. Tudo isto num contexto de comércio, retalho, alojamento, restauração e bebidas.

Num sexto plano, nas medidas de promoção da reutilização e reciclagem, obrigatórias para todos os agentes envolvidos na sua prática.

Por outro lado, não existe qualquer complexo em reconhecer o trajeto já percorrido, acrescentando conhecimento e vontade em melhorar e habilitar toda a

sociedade para as melhores práticas. Exemplo disso, podemos referir o relatório da implementação das medidas de redução do consumo de sacos de plásticos, referidas no DLR n.º 10/2014, e que demonstram a diminuição do consumo de sacos de plástico desde 2018, refletindo essa redução na taxa cobrada. E diminuição do número de sacos utilizados isentos de cobrança (sacos de embalagens direta de alimentos), com um decréscimo desde 2016. Sendo que o consumo de sacos *per capita* se situa muito abaixo dos valores estabelecidos na Diretiva, situando-se, no caso dos Açores, em 60 unidades anuais, quando a Diretiva estabelece um máximo de 90.

Portanto, fica claro o trajeto que foi percorrido. Fica claro as medidas que já foram implementadas. E não há qualquer complexo em assumir tudo o que já foi legislado e bem legislado.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: Gostaria de dar uma nota e fazer um comentário àquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado José Contente. Obviamente que está claro o que era a legislação produzida e os prazos que tinham que ser cumpridos, mas é óbvio que também consideramos que houve um período de amadurecimento do trabalho técnico que tinha que existir para esta legislação.

E a leitura que fazemos é que não é de deixar, de forma nenhuma, de lado o que foi o parecer da ACRA, da AHRESP, da ERSARA, da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, da Direção Regional do Tesouro, da Autoridade Tributária, da Inspeção Regional do Ambiente, da IRAE. E, portanto, são tudo acréscimos para que hoje possamos estar aqui e que o Governo nos apresente um documento consolidado.

Depois, o Sr. Deputado referiu a questão do diploma que o Governo tinha. Eu não sei qual é o diploma.

Deputado José Contente (PS): O Sr. Secretário sabe!

O Orador: Portanto, não sei se o senhor tinha acesso a algum diploma. O que eu

sei é de um diploma que foi apresentado pelo Governo a todos os Deputados da Região e está aqui a ser escrutinado. Agora, um diploma que o senhor refere... Fiquei sem perceber se o senhor tinha privilégio de ter acesso a um diploma ou não. Eu não sei qual é o diploma, portanto, não o posso comentar.

Depois, por último, dizer que, realmente, este é um processo que implica o trabalho de todos, uma pedagogia enorme junto dos empresários, de todos os agentes económicos, de toda a população. Mas, também, é preciso levar em conta que essas próprias empresas já são sujeitas, digamos, a assessoria, no caso concreto do HCCP, que as direcionam nesse caminho que têm que percorrer para o cumprimento da legislação agora a aplicar.

E, portanto, não comungamos da preocupação que o Sr. Deputado fez aqui eco sobre a questão de termos talvez aqui um vazio de um mês até à publicação da legislação.

E, portanto, entendemos que houve um trabalho que foi feito, houve a auscultação que tinha que ser tida em conta. E, hoje, o Governo apresenta-nos um documento sólido.

E, portanto, termino dizendo que este é um trajeto que temos que ir percorrendo, que só conseguimos consolidar o Estatuto Ambiental dos Açores com o contributo de todos os açorianos, de todos os empresários, e que este Estatuto Ambiental também se faz da mensagem que passamos das nossas práticas aos locais e a quem nos visita.

Disse.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós apoiamos esta iniciativa do Governo, obviamente, apesar de acharmos que é um pouco envergonhada e muito pouco ambiciosa. Podíamos ir um pouco mais longe, mas pelo menos o PAN fez uma proposta de alteração relativamente a este diploma, e mandei a tempo, mandei com umas horinhas de antecedência, para tentar mesmo vedar em algumas zonas o plástico.

Exatamente como o Sr. Deputado Gustavo Alves falou sobre o lixo oceânico, acredito que o PPM vai, obviamente, acompanhar o PAN nesse aspeto porque nós falamos sobre isso. E temos que ter, exatamente, o cuidado.

Mas mais do que o cuidado e mais do que a retórica que nós podemos ter aqui na Assembleia, nós também podemos é ser o exemplo lá fora. Sem dúvida que os Srs. Deputados se tivessem o cuidado com as garrafas de água de plástico que nós temos aqui, se nós conseguirmos retirar isso e mudarmos esse exemplo, faria toda a diferença e conseguíamos dar o exemplo lá para fora, que, apesar de algum esforço da sociedade que possa existir, é, sem dúvida, para uma sustentabilidade maior aqui nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Rui Martins, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este XIII Governo Regional deu, desde muito cedo, mostras da importância do ambiente e da atenção a dar às alterações climáticas, desde logo ao promover esta área a Secretaria.

Isso foi algo que sempre aplaudimos desde o início. E julgo que contribui e

concorre para aquilo que é algo que nos deve unir a todos, que é, efetivamente, dar responsabilidades e dar uma área que tem e que pode gerir de forma mais direta, provendo autonomamente medidas e políticas que possam, efetivamente, colmatar aquilo que é a ameaça presente das alterações climáticas.

Relativamente ao diploma em análise e à proposta aqui apresentada pelo Governo Regional e um bocadinho sondando aqui aquilo que foi dito pelo Deputado Gustavo Alves, efetivamente, a questão dos plásticos e dos plásticos descartáveis e, no fundo, do seu processamento até à eliminação correta, ou seja, que permita que não haja uma entrada desses produtos derivados do petróleo, no fundo, na cadeia alimentar também, mas, efetivamente, porque é uma preocupação e é uma preocupação relevante, porque, inclusivamente, sem repetir o que já foi dito, até no próprio ciclo da água já foram encontrados microplásticos, ou seja, na água da chuva que foi analisada e que também já continha microplásticos, isso é algo que nos deve preocupar a todos.

Obviamente, uma maneira mais imediata, que não é a solução, não é a panaceia da problemática dos microplásticos, mas, efetivamente, esta proposta de DLR concorre, efetivamente, para uma maior sustentabilidade ambiental e para que haja uma consciencialização e concretização da redução e das políticas de redução da utilização de embalagens plásticas de uso único ou de utilização única.

Por isso, congratulamo-nos com a proposta do Governo, com as alterações que foram introduzidas desde o início e após as audições feitas ao setor. Consideramos que o setor também deu mostras disso, de já há algum tempo a esta parte se ter vindo a preparar para este tipo de imposição e de limitação, ou seja, já há essa consciencialização.

E também para frisar e reforçar aquilo que foi dito pelo Deputado Marco Costa, que o setor da restauração, efetivamente, já tem vindo a seguir uma rota de adaptação a este tipo de restrições.

E não concordamos, também, com a preocupação do Deputado José Contente, de

que um eventual vazio legal de um mês possa fazer tropeçar aquilo que é a intenção e a concretização deste diploma.

Por isso, da parte do CDS, vemos com muito agrado esta proposta aqui trazida pelo Governo Regional.

Não posso é deixar de dar aqui uma pequena farpa ao Sr. Deputado Pedro Neves, porque, ainda durante este Plenário, nos disse que as alterações devem ser feitas em sede de Comissão. E, pronto, apresentou-nos aqui dez folhas de alterações, que nós estamos a analisar com muito agrado, mas, efetivamente, quando se advoga uma coisa e depois faz-se o contrário, pronto, fica com quem está.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me fazer aqui um ponto prévio de coerência. Sr. Deputado José Contente, o senhor falou em Governo Regional anterior, Governo Regional anterior e Governo Regional anterior. Eu pergunto se este diploma, que, efetivamente, já estava a ser tratado e preparado pelo anterior Governo, foi a Conselho de Governo. Porque o senhor está a falar de um património político do Partido Socialista de algo que não foi a Conselho de Governo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O que é facto é que este diploma já estava a ser preparado, tinha coisas muito

positivas, que nós aproveitamos. Não é verdade que não tivéssemos feito alterações, até porque retiramos dois artigos, adicionamos dois artigos, alteramos um conjunto de artigos, com destaque para o artigo 15.º. Mas já lá vou.

De facto, quando nós discutimos a proposta de DLR que depois resultou no DLR n.º16/2021/A, em março passado, nesta Casa, eu afirmei que o Governo Regional já estava a desenvolver um DLR neste sentido, de forma a corresponder à pretensão do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e que, nesse sentido, seria possível trazer até 31 de maio, como predeterminado, a proposta a este Parlamento. De facto, a peça jurídica, a informação que tinha é que estava num estado avançado e que seria possível.

Mas também disse, nesse debate, tive a oportunidade de dizer que a apresentação da proposta estava dependente de um processo prévio de consulta de um conjunto alargado de entidades que tinham responsabilidade e interesse nesta matéria. E foi exatamente isso que se fez.

E, na sequência, no âmbito desta consulta a mais de uma dezena de entidades, surgiu, de facto, um conjunto de dúvidas e preocupações muito relevantes e que importava, naturalmente, dirimir antes de apresentar este diploma ao Parlamento. De facto, alguns dos pareceres das várias entidades colocavam questões complexas e que importava ter uma análise pormenorizada. Por exemplo, os pareceres da ACRA – Associação de Consumidores, da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores e da AHRESP levantavam questões relativas à segurança alimentar, à viabilidade financeira das empresas e à disponibilização atempada de alternativas. E, portanto, era preciso olhar para isto. E também a Alfândega, a Autoridade Tributária e a Direção Regional do Orçamento e Tesouro levantaram algumas questões importantes em relação à operacionalização da cobrança de taxas.

E, no fundo, todas estas questões levaram a uma obrigatoriedade de uma análise detalhada, que não nos permitiu trazer antes o diploma a esta Casa. Dessa análise,

no âmbito dessa consulta, foram introduzidas, de facto, várias alterações. Foram introduzidos o artigo 4.º e 13.º. Foram eliminados dois artigos. Foram alterados substancialmente muitos dos artigos, especialmente o artigo 15.º.

E em relação à outra questão que levantou e, de facto, levantou na Comissão a preocupação de haver aqui um vazio legal, algumas das medidas que já estão consagradas na legislação nacional, pelo princípio da supletividade, aplicam-se na Região. E isso acontece, por exemplo, com os artigos 4.º e 5.º desta proposta, que entrariam em vigor no dia a seguir à sua aprovação, mas que por força da legislação nacional, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 78/2021, já estão em vigor desde o dia 1 de novembro de 2021.

No entanto, em relação à preocupação efetivamente levantada pelo Sr. Deputado José Contente, que se prende com a entrada em vigor da medida prevista no artigo 6.º deste diploma, referente à proibição da disponibilização de sacos de plástico para embalagem primária de produtos vendidos a granel, de facto, aqui o que se prevê é que esta medida entre em vigor só a 1 de junho de 2023, por se entender que, do ponto de vista técnico, era o tempo necessário para a adaptação do setor. Mas não estando em vigor este diploma que agora estamos a discutir, a preocupação era que se aplicasse o disposto no artigo 5.º da Lei n.º 77/2019, ou seja, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2022. Ora, esta questão não se coloca, porque o artigo 5.º da Lei n.º 77/2019, de 2 de setembro, não tem aplicação na Região, desde logo porque esse normativo não decorre diretamente de uma imposição das Diretivas Europeias, mas, sobretudo, porque já existe legislação na Região em matéria de sacos de plástico.

Atualmente e até à entrada em vigor desta proposta, sendo aprovada, aplica-se na Região o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 10/2014/A, de 3 de julho, na sua redação atual. E, portanto, esse artigo não se aplica à Região e, portanto, esse problema não se coloca neste momento.

Em relação ao artigo 15.º e às máquinas, ao sistema de depósito de embalagens

não reutilizáveis de bebidas, enfim, este artigo define apenas que deve ser criado por Portaria o sistema. Isso, porque, neste momento, estamos a iniciar um projeto piloto para o sistema de posse de embalagens não reutilizáveis nos Açores, que, como sabem, é financiado pelo EEA Grants, e que entra em vigor agora em 2022. E da análise dos resultados e das experiências retiradas desse projeto piloto é possível, de facto, retirar indicadores que nos permitam definir melhor as condições adequadas à sua implementação. A nível nacional também ainda há muita incerteza, não foram ainda definidas as condições e a forma como o sistema vai ser implementado.

Atendendo a todo esse conjunto de indefinições, entendeu-se que não se devia condicionar a atual proposta de DLR com condições específicas que pudessem limitar de futuro o sistema. Assim sendo, de facto, define-se só na generalidade a criação deste sistema. Todas as regras em relação ao seu funcionamento serão depois remetidas para Portaria. O que é facto é que há um interesse na instalação desse sistema.

E também lhe queria dizer que, em relação à questão que levantou da distribuição das máquinas, não corresponde à realidade. As máquinas são 25. Serão distribuídas nas nove ilhas, pelo menos uma por concelho. E, portanto, não há aqui qualquer, enfim... E esta localização ser num privado, não ser num privado, todas as localizações da colocação das máquinas foram articuladas diretamente com os respetivos municípios de acordo com as alternativas que existiam. E esse processo ainda nem está fechado, porque existem alguns municípios que têm preferência noutras localizações. E se for necessário, transportaremos as máquinas para outras localizações.

Julgo que terei respondido a todas as questões. Não registei questões por parte dos Srs. Deputados do PAN, do CDS e também do PSD, mas, naturalmente, sei que deu entrada um conjunto de propostas de alteração, nomeadamente do PAN e do Partido Socialista, que, naturalmente, se forem positivas, iremos analisá-las e, se

for caso disso, também poderemos integrá-las.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente. Faça favor.

(*) Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, então, clarifiquemos o que foi dito. Em primeiro lugar, o que foi dito foi que o Sr. Secretário, e bem, na Comissão, tinha, de facto, admitido que 31 de maio não podia ser cumprido, que foi aquilo que eu disse, por via da necessidade de pedir mais pareceres. Portanto, não há aqui nenhuma coisa diferente do que eu disse, em primeiro lugar, porque pareceu-me isso.

Depois, em segundo lugar, é preciso dizer também que havia, de facto, um vazio legal a partir do dia 1 de janeiro. E isso, de acordo com aquilo que está disposto no Regime Jurídico das Contraordenações Económicas, que são, aliás, um anexo ao Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro, a IRAE e as polícias, também a questão da Inspeção Regional do Ambiente, teriam que atuar.

E era uma preocupação, naturalmente, do Grupo Parlamentar do PS, durante esse *vacatio legis* (vazio legal), como é que as coisas se iam proceder e se, de facto, teria que haver conversas com essas entidades, uma vez que o diploma já estava em andamento.

Portanto, não é nada de especial, antes pelo contrário, era uma medida precaucionária da nossa parte para não prejudicar ninguém.

Depois, também, a nossa preocupação com a questão do artigo 15.º, ainda que não queira entrar na especialidade, é muito simples, quer dizer, obviamente que há um

mapa, que, aliás, faz parte de um relatório de mapeamento que está no site do Governo, que é muito diferente do mapeamento anterior. E a verdade, já para esclarecer esta questão, é que, de facto, o Governo anterior, e eu tenho que falar porque foi o Governo anterior que negociou isso, negociou o Projeto EEA Grants, que deu à Região a possibilidade de fazer um investimento de 941 mil euros para as tais 25 máquinas.

E, efetivamente, a filosofia que presidiu à logística da distribuição dessas máquinas era uma filosofia que nós pensamos que foi alterada com o novo diploma, porque essa filosofia inicial previa, não só zonas urbanas, como também periurbanas e rurais.

E nesse mapa que eu estou a falar, anexo a este diploma, há uma concentração... efetivamente sem prejuízo daquilo que eu ouvi agora do Sr. Secretário, de que há possibilidade de alterar este mapeamento, e ainda bem, até porque não é de balde que eu afirmei que uma dessas máquinas (nós não achamos isso completamente bem, antes pelo contrário) tem é que ir para o Parque Atlântico e não para o Solmar.

E porque é que essas entidades, que são entidades privadas, com 30 mil euros não têm acesso a uma máquina própria, com 15 mil euros, por exemplo, de fundos comunitários e entram no sistema de uma maneira simples?

Ou seja, eu acho que o Governo Regional, no âmbito daquilo que foi delineado com a Associação de Municípios e também com a filosofia inicial, teria que pôr essas máquinas de logística reversa de entrega de embalagens, eventualmente até de recebimento depois por parte de incentivos aos utilizadores, em zonas mais desconcentradas da ilha. Mas, como o Sr. Secretário disse, é um aspeto que está em aberto e que deve ser, na nossa ótica, com a filosofia e o critério que presidiu ao mapeamento anterior.

Portanto, não há, da nossa parte, nenhuma contradição.

E também queria esclarecer outra coisa: eu ouvi duas referências de como é que

nós tínhamos acesso à existência de um outro diploma. Ó Srs. Deputados, por uma razão muito simples: não foi por nenhuma vinda anónima de papelada para nós, foi, exatamente, porque houve dois Conselhos Regionais do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Um, que é público, ...

Deputado José Eduardo (PS): Muito bem!

O Orador: ... no dia 11 de novembro de 2019. Veja lá aos anos que foi. E houve um no dia 30 de setembro de 2020.

Deputado José Eduardo (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso, nós tivemos acesso a uma Anteposta de Decreto Legislativo Regional. Por isso, não há nenhum segredo nem nenhuma situação menos clara ou transparente nesta questão.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que o Governo traz a esta Casa surge também após a aprovação, em maio do ano passado, do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2021, aliás, até gerou uma situação de veto do Sr. Representante da República, mas referia a necessidade de transpor para o ordenamento jurídico regional da Diretiva Europeia 2015/720 do Parlamento e do Conselho.

Esta Diretiva Europeia já foi transposta para o ordenamento jurídico nacional através do Decreto-Lei n.º 78/2021. A Lei n.º 78/2021, também aqui já citada, também versa sobre esta matéria, embora com muito menos detalhe e com muito

menos profundidade. E existia, necessariamente, um ordenamento jurídico, existia legislação sobre esta matéria. Queria apenas deixar esta matéria clara.

No que diz respeito aos sacos de plástico e às taxas de sacos de plástico, também, através do Decreto Legislativo Regional n.º 10/2014/A, essa mesma taxa já existe na Região. Aliás, recebemos, coincidentemente, o relatório de aplicação, durante esta semana, deste mesmo Decreto Legislativo Regional. Ou seja, existia, não na sua totalidade, mas em grande parte. O que versa este Decreto Legislativo Regional está vertido em legislação regional ou em legislação nacional, não obstante existirem alguns aspetos, obviamente, inovadores e que não podemos também deixar de valorizar, porque, de facto, a redução da utilização de produtos de plástico, principalmente no que diz respeito ao plástico não reutilizável, também dos plásticos leves, é essencialmente um imperativo ambiental.

Não diria apenas dos plásticos, a redução da produção de resíduos é um imperativo ambiental, embora, curiosamente, até haja quem ache, nos Açores, e com responsabilidades em gestão de resíduos, que não iremos conseguir reduzir a produção de resíduos e eles irão sempre aumentar. Isso é, de facto, uma visão errada daquilo que é o caminho que nós temos que seguir, não só enquanto Região, também enquanto Região, mas enquanto Planeta, enquanto Humanidade. Não há, de facto, possibilidade física de continuarmos a aumentar drasticamente a produção de resíduos. E esse é um contributo que nós, obviamente, temos que dar na Região, fazendo essa redução, obviamente, com especial incidência nos produtos que não são passíveis ou são de muito difícil reciclagem, como são muitos produtos de plástico não reutilizável.

Eu chamaria também a atenção a um pormenor nesta proposta, que é, de facto, importante, nomeadamente no que diz respeito à separação de resíduos nos estabelecimentos comerciais. E essa obrigatoriedade eu considero, o Bloco de Esquerda considera, que é fundamental, porque muitos dos resíduos que são produzidos, são produzidos nas nossas casas, como é evidente, mas são

produzidos também em estabelecimentos de restauração e bebidas, em escritórios, em lojas de comércio a retalho.

E essa obrigatoriedade é, de facto, fundamental, porque, muitas vezes, muita gente faz um esforço pela separação e é fundamental que também... não estou a dizer que isso não é feito, porque é feito, certamente, em muitos locais, mas essa obrigatoriedade no que diz respeito às empresas é fundamental, porque têm também uma especial responsabilidade tendo em conta a quantidade e o volume de resíduos que produzem. A dificuldade talvez seja aqui no que diz respeito à fiscalização e à garantia do cumprimento dessa mesma separação. É só um alerta que gostaria de deixar e que, obviamente, depois, cabe às entidades com competência de fiscalização, que o terão que fazer.

Há, de facto, também, alguns aspetos no que diz respeito à entrada em vigor, a nosso ver, para além de outros aspetos, também, de pormenor, mas à entrada em vigor da legislação, que nos parecem que podem ser melhorados. Já vimos que eles são, em nosso entender, corrigidos ou com tentativa de alteração pelas propostas de alteração que já surgiram e que nos parece que podem, efetivamente, existir aqui encurtamentos de prazos e prazos diferentes daqueles que são os que estão previstos na Proposta de DLR e que, obviamente, iremos terminar essa análise dessas propostas de alteração que entraram. Mas, na generalidade, obviamente, o diploma terá o voto favorável do Bloco de Esquerda, com, obviamente, as propostas de alteração, algumas delas que iremos também acompanhar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, tem a palavra. Faz favor.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas** (*Alonso Miguel*):

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Contente, a análise prévia que fiz foi simplesmente porque, nesta Casa, hoje, foi dito que o trabalho desenvolvido pelos técnicos não é um património diretamente dos Governos e que só é depois de ir a um Conselho do Governo, eventualmente. E o senhor disse que este era um património do anterior Governo. Ora, isto também foi o trabalho técnico feito no âmbito da Direção Regional do Ambiente.

Em todo o caso, é um facto, é um património do Partido Socialista, decorre, inclusive, de duas iniciativas apresentadas pelo Partido Socialista, nesta Casa: uma Resolução e um Decreto Legislativo Regional. E, portanto, não há dúvidas disso. Eu disse isso em Comissão e não tenho problema nenhum, absolutamente nenhum, de dizer aqui. A única questão é que, enfim, nós, quando queremos também tomar o nosso património, tomamos nas circunstâncias todas, naquilo que é melhor e naquilo que é pior. Há bocadinho não era um património do Partido Socialista e agora é. Mas é verdade. É um facto. E já o tinha dito e digo-o também nesta Casa.

Em relação à preocupação da aplicação do artigo 5.º da Lei n.º 77, de facto, era uma preocupação muito legítima e que nos levou também a fazer uma análise e um aconselhamento jurídico, porque, de facto, não se aplica esse artigo na Região. E, portanto, esta questão não se coloca. Mas, de facto, foi uma boa chamada de atenção, para nós também podermos fazer uma análise mais pormenorizada e termos a certeza daquilo que estávamos a implementar.

Depois, mesmo para concluir, também dizer-lhe que, em relação à distribuição das máquinas, os próprios parceiros municipais, alguns deles, têm dificuldade, porque estas máquinas têm alguns requisitos, é preciso água, é preciso luz, é preciso wi-fi. E, muitas vezes, os municípios, sobretudo os municípios mais pequenos, não têm essas condições. Aliás, grande parte dos municípios preferia

que isso estivesse instalado numa grande superfície. É claro que depois tem esta discussão: porque é que é numa e não é na outra? Mas esta é uma discussão que foi feita diretamente com os nossos parceiros municipais.

Em relação ao Sr. Deputado António Lima, apesar de não ter registado nenhuma questão, a verdade é que não é coincidentemente o relatório ter sido apresentado esta semana, foi apresentado porque decorria de uma norma que estava no DLR, que previa que o Governo Regional trouxesse esse diploma a esta Casa. E, portanto, está a acompanhar. Na altura do debate, já tem em sua posse estas informações.

Muito obrigado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para participar no debate?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma interpelação.

Presidente: Interpelação. Tem a palavra, faz favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No sentido de solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: Eu peço aos Líderes e ao Sr. Subsecretário que se abeirem da Mesa. Eu sei que estão todos com dificuldades relativamente às propostas de alteração. A própria Mesa também tem que preparar as grelhas, que não estão prontas. Peço aos Líderes...

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, atendendo ao número de propostas de alteração que existem sobre este diploma e atendendo que cada Grupo e Representação Parlamentar e Mesa têm de preparar essas votações, nós vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje. Regressamos amanhã às 10 horas.

Boa noite.

Eram 18 horas e 55 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Manuel José da Silva Ramos

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

Partido Popular (CDS/PP)

Rui Miguel Oliveira Martins

O redator, André Silva